

**JÚLIA ARRUDA DA FONSECA PALMIERE**

**CORPOGRAFIAS PARA TRANSGREDIR O  
ABANDONO: UMA POLÍTICA DO BARULHO**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB  
MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA  
CAMPO GRANDE – MS**

**2020**

**JÚLIA ARRUDA DA FONSECA PALMIERE**

**CORPOGRAFIAS PARA TRANSGREDIR O  
ABANDONO: UMA POLÍTICA DO BARULHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação –  
Curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica  
Dom Bosco, área de concentração: Psicologia da Saúde, sob  
a orientação da Professora Dra. Anita Guazzelli Bernardes.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO – UCDB  
MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA  
CAMPO GRANDE – MS**

**2020**

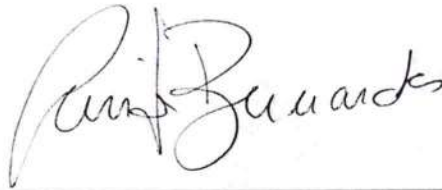
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade Católica Dom Bosco  
Bibliotecária Mourâmise de Moura Viana - CRB-1 3360

P179c Palmiere, Júlia Arruda da Fonseca  
Corpografias para transgredir o abandono: uma política  
do barulho/ Júlia Arruda da Fonseca Palmiere, sob  
orientação da profa. Dra. Anita Guazzelli Bernardes.  
-- Campo Grande, MS : 2021.  
169 p.  
  
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade  
Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, Ano 2021  
Bibliografia: p. 153-169  
  
1. Psicologia cultural - Espaços públicos - Campo  
Grande (MS). 2. Psicologia - Aspectos sociais. 3.  
Corpografia. 4. Espaços urbanos - Manifestações culturais  
- Aspectos psicológicos I. Bernardes, Anita Guazzelli.  
II. Título.

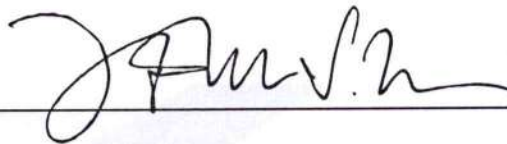
CDD: Ed. 21 -- 155.8

A dissertação apresentada por **JÚLIA ARRUDA DA FONSECA PALMIERE**, intitulada **“CORPOGRAFIAS PARA TRANSGREDIR O ABANDONO: UMA POLÍTICA DO BARULHO”**, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em PSICOLOGIA à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi **APROVADA**.

**BANCA EXAMINADORA**



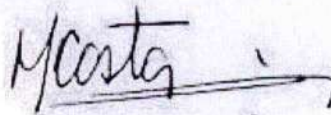
Profa. Dra. Anita Guazzelli Bernardes - UCDB (orientadora)



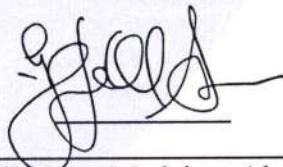
Prof. Dr. José Francisco Sarmiento Nogueira - UCDB (co-orientador)



Prof. Dr. Danichi Hausen Mizoguchi – UFF



Prof. Dr. Márcio Luís Costa - UCDB



Prof. Dr. Gilfranco Medeiros Alves - UFMS

Campo Grande - MS, 17 de dezembro de 2020.

*Às vidas que não se silenciam e insistem em florescer.*

## AGRADECIMENTOS

*Às pessoas que me ocupam e aos encontros que me tornaram o que sou! Tenho muita sorte!!*

*Agradeço ao chão que habito, Campo Grande, e às vidas que o ocupam com cor, arte e alegria, fazendo dessa terra casa e afeto.*

*Eu que nasci quase dentro de uma escola, faço morada nos espaços educacionais que, mesmo com toda violência colonial e androcêntrica, sempre foram onde pude imaginar outros mundos e fabular novas realidades possíveis... Então, agradeço à CAPES pelo investimento na minha formação e à UCDB onde através do ensino, pesquisa e extensão pude me aproximar da pesquisa em Psicologia no PPGPSI.*

*Aos professores que contribuíram com esta investigação. Danichi e Gilfranco, agradeço pela disponibilidade, leitura e contribuição com o trabalho. Ao Zé, meu co-orientador, obrigada pelo olhar afetuoso.*

*À minha orientadora Anita, por ser inspiração e ter acolhido meu encantamento com sensibilidade. Se um dia eu for um pouco da profissional que você é, serei feliz!! Obrigada por todo suporte, gentileza, aulas e orientações. Você é maravilhosa!*

*Às amigas da pesquisa, em especial à Giovana, Gabriel, Gi, Ari, Bruna, Tati, Vanilson e demais colegas do grupo Psicologia da Saúde, Políticas da Cognição e da Subjetividade. Vocês são demais!*

*Às amigas da Iniciação Científica com quem compartilhei o PIBIC e o estágio de docência, obrigada por me permitirem um ensaio com tanto afeto! Em especial à Gaby (porque um sonho compartilhado é mais poderoso) e à Vitória.*

*À minha amiga, prima, professora e parceira Camilla! Que bom te reencontrar! Agradeço imensamente todo carinho e apoio. Você tem o dom de tornar as coisas mais leves. Obrigada por me ensinar o que é cuidado e por me guiar com doçura e paciência pelos caminhos da pesquisa.*

*À Winny, minha querida antropóloga, por compartilhar as angústias da vida acadêmica com um desespero alegre. Lembro com carinho nossas andanças entre a livraria Hamurabi e os restaurantes “rústicos” na época da escola. Que felicidade a dupla falta de companhia para aquele primeiro almoço!! Quando te vejo, sorrio.*

*Às minhas amigas Gabi, Kris e Vic, pelo amor, cumplicidade e amizade nessa trajetória na Psicologia e na vida. Obrigada por me acolherem como eu sou!! Amo vocês, meninas!*

*Ao meu companheiro, João Vitor. Sem nossos deâmbulos por Campo Grande esta pesquisa talvez não aconteceria! Obrigada pelos trajetos compartilhados nos últimos seis anos, pelo seu amor e lealdade. Nosso horizonte está naquela foto tirada por você no Bar Bola 7 (no aniversário do Maracangalha), você sabe...*

*À minha família!!! Em especial à minha avó Iaci e ao meu irmão Luis Guilherme, pela criticidade de criança, nunca esqueço o dia em que de tanto me ver fixada entre o computador e os livros disse sabiamente “meu Deus, só estuda, de tanto estudar vai ficar burra”. Te amo, Gui!*

## RESUMO

Palmiere, J. A. F. (2020). *Corpografias para transgredir o abandono: uma política do barulho*. 169 f. (Dissertação de Mestrado em Psicologia), Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS.

A presente pesquisa aconteceu no território do centro velho de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, com diferentes grupos artísticos e culturais que reivindicam a ocupação de espaços públicos marcados pelo abandono, privatização e higienização. Por meio de uma cartografia, experiências de *slams*, teatro de rua e diferentes artistas foram acompanhadas para compreender como se constituem jogos de limite\transgressão na cidade, com a seguinte questão de pesquisa: como práticas corpográficas se tornam transgressões? Com essa interrogação, partiu-se de uma perspectiva pós-estruturalista da Psicologia com ênfase em Saúde, em articulação com o pensamento decolonial. No plano de imanência desta pesquisa, as principais operadoras conceituais são Judith Butler, Angela Davis, Audre Lorde, Michel Foucault, Gilles Deleuze e as principais ferramentas conceituais são: gestão, subjetividade, transgressão e heterotopia. Esse percurso cartográfico se deu por meio de uma corpografia urbana, considerando a relação corpo\cidade. O ponto de partida é o encontro com o Imaginário Maracangalha na antiga rodoviária da cidade na estreia do documentário T'amo na Rodô, a partir disso se desloca para o espaço heterotópico vagão Larica's da Lu. Pousa atenção em tensionamentos produzidos pelo grupo *Slam* Camélias, o que produz sensibilidade para pensar o silenciamento de corpos no espaço urbano. Aproxima-se da Lei do Silêncio e seu efeito de fechamento de alguns bares\casas noturnas no centro velho. Com a figura do silêncio e do barulho, a presente investigação propõe pensar uma política do silêncio e uma política do barulho para compreender jogos de limite\transgressão, considerando formas de gestão da vida e produção de subjetividades. A montagem dessa investigação se deu por meio de platôs, singularidades que se conectam, incorporando a lógica de encontros e paradas em diferentes pontos na cidade.

**Palavras-chave:** cidade; transgressão; corpografia; centro velho.



## ABSTRACT

Palmiere, J. A. (2020). *Bodygraphys to transgress the abdomnent: a noise policy*. 169 f. (Master's Degree Dissertation in Psychology), Dom Bosco Catholic University – UCDB, Campo Grande, MS.

This research happened in Campo Grande old center territory, Mato Grosso do Sul, with different artistic and cultural groups that claim the occupation of public spaces marked by abandonment, privatization and hygienization. Through cartography, experiences of slams, street theater and different artists were followed to understand how games of limit/transgression are constituted in the city, with the research question: how do bodygraphys practices become transgressions? With this question, we started from a post-structuralism Psychology perspective with an emphasis on Health, in articulation with decolonial thinking. In the research immanence plan, the main conceptual sources are Judith Butler, Angela Davis, Audre Lorde, Gilles Deleuze and the main conceptual tools are: management, subjectivity, transgression and heterotopia. This cartographic journey took place through an urban bodygraphy, considering the body/city relation. The starting point is the encounter with Imaginário Maracangalha at the old city bus station at the premiere of the T'amo na Rodô documentary, then we move to the heterotopic place Larica's da Lu wagon. Then, the research attention is directed to the tension produced by Camélias *Slam* group, what produce sensitivity to think about the bodies silencing in urban space. At this point, we approach the Law of Silence and its effect of closing some bars/nightclubs in the old center. With the figure of silence and noise, the present investigation proposes to think about a policy of silence and a policy of noise to understand games of limit/transgression, considering ways of life management and subjectivities production. This investigation was set up by means of plateaus, singularities that connect, incorporating the logic of meetings and stops at different points in the city.

**Keywords:** city; transgression; bodygraphy; old center.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Mapa da região central de Campo Grande\MS com destaque ao bairro Amambaí no centro velho.....	16
<b>Figura 2.</b> Traçado dos principais pontos do percurso de pesquisa no mapa de Campo Grande\MS.....	25
<b>Figura 3.</b> Mapa com destaque ao bairro Amambaí em Campo Grande\MS.....	42
<b>Figura 4.</b> Antiga rodoviária de Campo Grande em 2018.....	42
<b>Figura 5.</b> Traçado entre os pontos de pesquisa: antiga rodoviária, bar Bola 7, Praça Cuiabá, Orla Morena e sede do Teatro Imaginário Maracangalha.....	49
<b>Figura 6.</b> Intervenção do Teatro Imaginário Maracangalha na antiga rodoviária em 2017.....	49
<b>Figura 7.</b> Cortejo do Teatro Imaginário Maracangalha em evento de comemoração aos 91 anos do bairro Amambaí na Praça Cuiabá.....	51
<b>Figura 8.</b> Evento Sarobá do Chapéu na antiga rodoviária em 2015.....	53
<b>Figura 9.</b> Intervenção cênico-performativa “Areôtorare - o verbo negro e bororo do índio profeta” do Teatro Imaginário Maracangalha na Orla Morena.....	58
<b>Figura 10.</b> Mapa do deslocamento da antiga rodoviária para o vagão Larica’s da Lu.....	64
<b>Figura 11.</b> Registro do vagão Larica’s da Lu na travessa Noroeste.....	64
<b>Figura 12.</b> Evento #salveolaricas no vagão Larica’s da Lu.....	68
<b>Figura 13.</b> Traçado entre os pontos de pesquisa, do vagão Larica’s da Lu para Oficina do Slam Camélias no bairro Amambaí.....	80
<b>Figura 14.</b> Intervenção do Slam Camélias no vagão Larica’s da Lu.....	80
<b>Figura 15.</b> Performance de Berbelá Mortiz no vagão Larica’s da Lu.....	83
<b>Figura 16.</b> Traçado entre os pontos de pesquisa: vagão Larica’s da Lu, praças Ary Coelho e dos Imigrantes, Genuíno bar, Resista Bar, Holandês Voador e Esplanada Ferroviária.....	95
<b>Figura 17.</b> Evento “45 dB não” em Resista Bar.....	95
<b>Figura 18.</b> Intervenção do coletivo Chakaruna no evento Interação das Artes, Genuíno bar.....	102
<b>Figura 19.</b> Intervenção do artista Anderson Lima no evento Interação das Artes, Genuíno bar.....	103

<b>Figura 20.</b> Ponte em área conhecida como Boca do Lixo em Campo Grande\MS.....	106
<b>Figura 21.</b> Atividade “Fala Local” em LabCG na Esplanada Ferroviária.....	110
<b>Figura 22.</b> Traçado entre os pontos de pesquisa: Esplanada Ferroviária e Praças Ary Coelho, Aquidauana, do Rádio Clube e São Francisco.....	115
<b>Figura 23.</b> Evento Democracia em Vertigem do Slam Campão em Praça Aquidauana.....	115
<b>Figura 24.</b> Intervenção performática do Teatro Imaginário Maracangalha na antiga rodoviária.....	126
<b>Figura 25.</b> Obra “o barulho da rua invade a casa” de Umberto Boccioni, 1991.....	129
<b>Figura 26.</b> Peça “Tekoha: ritual de vida e morte do Deus Pequeno” em Praça Ary Coelho.....	132
<b>Figura 27.</b> Teatro Imaginário Maracangalha em vagão Larica’s da Lu.....	137

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	09
<b>1. PONTO DE PARTIDA</b> .....	13
1.1 Vaguear.....	16
<b>2. EMBARCAR</b> .....	24
2.1 Interrogar .....	31
2.2 Cartografar.....	33
<b>3. ABANDONAR</b> .....	41
<b>4. OCUPAR</b> .....	48
<b>5. ILUMINAR</b> .....	63
<b>6. GRITAR</b> .....	79
<b>7. LIMITAR</b> .....	94
7.1. Fragilizar.....	109
<b>8. SILENCIAR</b> .....	114
<b>9. PERTURBAR</b> .....	124
<b>10. TRANSGREDIR</b> .....	136
<b>11. PAUSAR: pós-escrito</b> .....	144
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	153



## APRESENTAÇÃO

---

Esta pesquisa acontece entre praças, cortejos, bares, rodas de conversa e exibições de filmes na rua. Acontece na cidade, mais especificamente no território do centro velho de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, com diferentes grupos artísticos e culturais que reivindicam a ocupação de espaços públicos marcados pelo abandono, privatização e higienização. Tais grupos reivindicam a visibilidade de existências, narrativas, memórias e vozes invisibilizadas por políticas de reconhecimento instituídas. Acompanhei, por meio de uma cartografia, experiências de grupos de *slams*<sup>1</sup>, teatro de rua e de diferentes artistas na rua com o objetivo de compreender como se constituem jogos de limite/transgressão na cidade com a seguinte questão de pesquisa: como práticas corpográficas se tornam transgressões?

Essa questão de pesquisa parte de uma perspectiva pós-estruturalista da Psicologia com ênfase em Saúde, em articulação com o pensamento decolonial. As principais operadoras<sup>2</sup> conceituais do trabalho são Angela Davis, Judith Butler, Audre Lorde, Michel Foucault e Gilles Deleuze. As ferramentas conceituais: gestão, subjetividade, transgressão e heterotopia funcionam como principais operadoras do pensamento no plano de imanência desta pesquisa. O método utilizado é a cartografia, pensada por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) a partir da ideia de rizoma. A produção desse percurso se deu por meio de uma corpografia urbana, considerando a relação corpo/cidade como entendem Fabiana Britto e Paola Jacques (2009).

Enquanto mulher, branca, de classe média e campo-grandense, minhas corpografias assumem certas trajetórias e falo desde um lugar situado. Nesta cartografia, percursos se entrecruzaram com pessoas e grupos que se diferem de mim em termos identitários — como pessoas negras, transgêneras, de periferias da nossa cidade e moradoras de rua cujas corpografias permitiram pensar e interrogar jogos de transgressão/limite, na busca por compreender ontologias do presente. Nisso, há uma implicação ética, política e epistemológica

---

<sup>1</sup> Os *slams* são batalhas de performances poéticas nas quais as *slammers* têm, geralmente, três minutos para recitar sua poesia e são avaliadas por juradas selecionadas da plateia presente no momento da batalha, com notas de 0 a 10. Costumam acontecer em espaços públicos, como praças. A nomenclatura é inglesa, foi dada por um trabalhador da construção civil, Marc Smith, para denominar um evento poético em 1984 na cidade de Chicago. As batalhas se popularizaram no Brasil nos anos 2000 e têm dez etapas ao longo do ano, contemplando o Campeonato Nacional de *Slams* (Br) e a Copa do Mundo de Poesia Falada que acontece anualmente na França, em Paris.

<sup>2</sup> Compreendendo que a linguagem produz realidades, apostamos em contrariar a hegemonia masculinista da língua portuguesa. Como nos explicam Jimena Hernández e Flavio Guilhon (2019), a escrita cartográfica é campo de revoluções moleculares em um devir-construção, em transposição de limites. Entre as incertezas gramaticais no rompimento com uma escrita masculina e o desafio em incorporar todas as formas de existência — mulheres cisgêneras, transgêneras, não-binárias — optamos por afirmar uma escrita devir-feminino. Nessa política de escrita, flexionamos para o feminino artigos, adjetivos, substantivos e pronomes quando gramaticalmente aceitam flexão. Não para manutenção da dimensão material e generificada do corpo-mulher, mas considerando a potência de incitar outros processos de singularização e de narrativa.

com a produção de um conhecimento situado, desde suas condições empíricas (Machado, 2014).

O ponto de partida desta investigação se deu em um encontro com a exibição de estreia do documentário *T'amo na Rodô* (2018) no interior do prédio da antiga rodoviária da cidade, localizada no centro velho de Campo Grande. Nessa estreia, o grupo de teatro de rua Imaginário Maracangalha realizou a abertura como um cortejo, com flâmulas, batuques, danças e vozes. Nesse encontro, sensibilidades e interrogações começaram a se produzir em relação ao abandono de territórios e a insistência em ocupá-los por grupos artísticos e culturais. Com esse indício, segui rastros com o grupo de teatro de rua até o vagão Larica's da Lu, onde experiências heterotópicas se produziam e tensionavam políticas de reconhecimento que invisibilizam existências – de moradoras de rua, usuárias de droga, corpos dissidentes. Com essas experiências foi possível pensar sobre formas higienistas e privatizantes de gestão dos territórios e vidas, bem como pousar a atenção nas experiências do *Slam* Camélias, cujas poéticas urbanas denunciam limites impostos pela gestão da cidade e da vida. Esse grupo de *slam* composto por mulheres – negras, periféricas, pobres, lésbicas, trans, bissexuais – mobilizou a atenção de pesquisa para a problemática do silenciamento dos corpos-mulher nos espaços urbanos.

A partir da sensibilidade para a figura do silêncio nos jogos de transgressão/limite, a cartografia se aproximou dos efeitos da Lei do Silêncio em espaços comerciais/culturais no centro velho. Focalizei o fechamento do Bar Genuíno e de bares/casas noturnas em outro espaço dessa região, conhecido como Boca do Lixo, acompanhando o engendramento de limites para contenção de ocupações. A figura do silêncio e do barulho passaram a compor o plano cartográfico para pensar formas de gestão da aparição de certas vidas em espaços públicos marcados pelo abandono e pela tensão visível/invisível como é o caso do centro velho. Com essas figuras, a presente investigação propõe pensar uma política do silêncio e uma política do barulho para compreender os jogos de limite e transgressão na cidade, considerando o modo como corpografias acompanhadas acionam limites e se transformam em transgressões.

Esse percurso cartográfico se fez por itinerários alternativos e errantes à forma cidade-silenciada, com grupos que fazem barulho, contestam e transgridem os limites que abandonam e precarizam formas de vida. A montagem desse percurso se deu por meio de platôs que possuem intensidade e timbre próprios (Deleuze, 2013), ainda que se conectem e interseccionem. Esta composição do relatório de pesquisa incorpora a lógica dos encontros e

paradas em diferentes pontos da cidade: como em percursos urbanos nos quais pausamos, mudamos de direção, colocamos atenção em certos pontos e intentamos por diferentes coordenadas, delineando trajetórias. Destaca-se que, neste trabalho, a disposição dos platôs se deu conforme passei de um ponto ao outro com a questão de pesquisa, mas a leitora não precisa seguir meu percurso, pois os platôs, em sua descontinuidade e enquanto singularidades que se conectam, podem ser lidos na ordem desejada.





## **1 PONTO DE PARTIDA**

---

A presente trajetória investigativa na cidade se inicia em 2019 no mestrado em Psicologia, mas percursos anteriores criaram condições e sensibilidades para as interrogações que dispararam esta cartografia. Os processos de transformação de si e do espaço já vinham compondo o plano de imanência do meu pensamento a partir da Iniciação Científica, período em que houve aproximação com experiências de transição de gênero. A figura da transformação do gênero inspirava considerar as transgressões relativas aos limites produzidos pelas estratégias biopolíticas de administração do corpo com suas normas de inteligibilidade corpórea. As formas de (trans)gressão, (trans)formação, (trans)valoração dos limites implicavam alteração de si e do espaço em que se vive, na medida em que a não resignação à forma-corpo produzida por normas político-biológicas permite invenções de si. Essa transformação implica certa atitude arriscada (Foucault, 2018) de produzir fissuras no plano de experiência instituído, o que interroga e tensiona normas. As ferramentas conceituais de Michel Foucault como Ética, Práticas de Liberdade e Subjetividade, e conceitos de Gilles Deleuze e Félix Guattari como Corpo sem Órgãos funcionaram como intercessores para pensar as experiências de (trans)gressão. O corpo também passou a se tornar foco do pensamento pela dimensão transgressiva das alterações corpóreas e transformações de si que passam pela instauração de outra corporalidade, tendo em vista a centralidade do corpo no pensamento de Foucault, mas especialmente nas discussões de Judith Butler sobre a produção de matéria e limites discursivos dos corpos.

No plano de imanência (Deleuze & Guattari, 2016), que funciona como uma imagem para o pensamento na relação com figuras conceituais e elementos empíricos, a transgressão em sua dimensão de transformação passou a se tornar problemática para pensar o mundo. Nessa superfície em que linhas, traços e conexões se produzem, o pensamento começou a pousar a atenção em práticas urbanas, através dos encontros com a cidade onde vivo. Durante os anos de 2013 a 2015, em uma espécie de experimentação tateante, frequentei espaços institucionalizados de cultura na área central de Campo Grande, como o Museu da Imagem e do Som (MIS) e Teatro Aracy Balabanian, entre outros que a partir de 2016 começaram a ser precarizados, desocupados e até mesmo fechados. Como efeito, passei a frequentar espaços culturais e artísticos alternativos urbanos nas ruas, praças e plataformas públicas na cidade, sobretudo na região do centro velho. Isto tanto como efeito do fechamento de plataformas institucionalizadas de cultura quanto pela emergência de zonas de visibilidade em relação às intervenções e espaços alternativos urbanos entre as comunidades com as quais me alio. A partir de 2017/2018 passei a circular e habitar esses eventos de rua e em espaços teatrais independentes, período em que pautas políticas relacionadas ao desmonte das políticas públicas,

sucateamento da Cultura, intensificação de discursos de ódio e de conservadorismos estavam efervescentes e se tornaram temática dessas intervenções artísticas na cidade que se produziam como campo político.

As experiências de transformação de si e do espaço produzidas por esses grupos começaram a se tornar foco de atenção e compor o meu pensamento. Pensando em práticas de (trans)gressão e (trans)formação, o território urbano do centro velho passou a adquirir outra consistência e interrogações se produziram, o que permitiu tomá-lo como campo de investigação para pensar o presente nesta pesquisa de mestrado em Psicologia. Esta pesquisa parte do campo da Psicologia com sua ênfase em Saúde, mais especificamente da linha de pesquisa “cultura, produções sociais e políticas públicas”, para pensar jogos de limite/transgressão na cidade que engendram ontologias do presente.

Pensar com a Psicologia sobre territórios urbanos e modos transformadores de viver é também um modo de problematizar a própria disciplina na direção de contribuir para inflexões desta ciência a respeito dos saberes e práticas que a estabilizam, haja vista o distanciamento histórico dos estudos em Psicologia e urbanidade (Ferreira, 2004) e o modo como a Psicologia, enquanto ciência e profissão, voltou-se aos espaços internos de administração da vida (Rose, 2008). Neste trabalho, proponho a aproximação da Psicologia com problemáticas urbanas sem balizá-las em termos psicológicos, preocupando-me com os diferentes modos de subjetivação que compõem nossa atualidade. Aposto na constituição de outro regime de escuta para a produção de conhecimento em Psicologia que, historicamente, afinou a audição para o sujeito doméstico, racional e individualizado, performado na matriz branco-homem-heterossexual-europeu.

Esse movimento permite partir da Psicologia, na Saúde, para transversalizar disciplinas, fronteiras e pensar as subjetividades para além dos espaços internos, atentando-se aos murmúrios e movimentos moleculares que acontecem entre as fronteiras e nos espaços comuns de aparição na cidade, ruas, praças e demais plataformas públicas, considerando o sujeito como efeito de práticas de objetivação e subjetivação. Compor essa trajetória de investigação permite aproximar a disciplina da Psicologia de uma ontologia do presente, considerando o que somos e o que estamos em vias de deixar de ser. Portanto, enquanto forma de gestão da vida, a cidade será acompanhada por meio da cartografia, considerando a realidade como produção heteróclita, em articulação e conexão de múltiplos elementos. Trata-se de uma pesquisa que afirma a dimensão situada e localizada do percurso corpográfico na cidade, essa dimensão será apresentada a seguir.

## 1.1 Vaguear

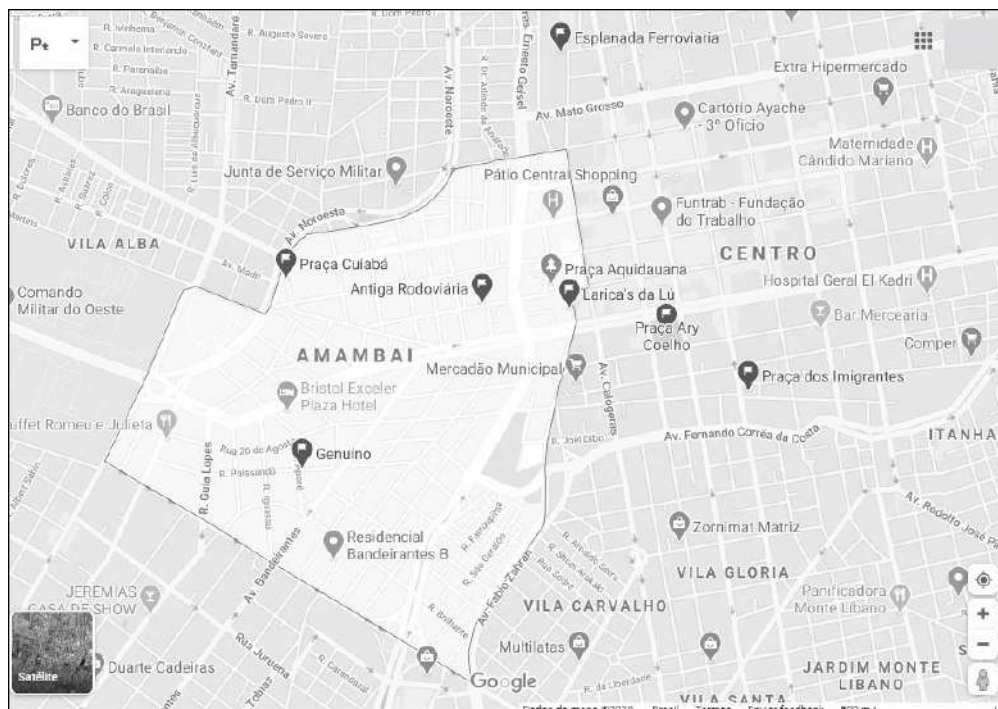


Figura 1. Mapa da região central de Campo Grande/MS com destaque ao bairro Amambai no centro velho.

Fonte: Adaptado de Google Maps, 2020.

A vida na cidade diz respeito a todas e a qualquer uma, com nossos percursos realizados, espaços de encontro, formas de deslocamento e diversos elementos que compõem o modo de organização da vida contemporânea, expressando por meio de práticas heterogêneas. A cidade, enquanto prática, pode ser pensada por meio de experiências urbanas que deixam suas marcas e constituem grafias na relação corpo/cidade. Em Campo Grande, assim como em muitas outras cidades, sujeitos traçam passos para variadas direções na região central. Velocidades e temporalidades distintas orientam as transeuntes, algumas apressadas, outras buscando algo com o olhar. O calor do clima campo-grandense torna desconfortável algumas andanças e o suor brota na pele das transeuntes e daquelas que se locomovem pelo transporte público da cidade, restrito aos ônibus, não conhecidos pela agilidade, mas pelas rotas longas traçadas entre bairros e regiões urbanas atravessadas pelos vazios urbanos de Campo Grande. Outros corpos entram em comércios refrigerados e transitam em veículos com a temperatura amena do ar condicionado. Lojas com letreiros coloridos e fachadas repletas de informação requerem desvio do olhar para o consumo. Em meio ao ritmo acelerado, alguns corpos se trombam e desviam. Nesses momentos, o anonimato da vida urbana é um alívio: o fato de sermos desconhecidos

garante que não paremos para cumprimentos em cada esquina ou a cada olhar cruzado. Caso assim fosse, levaria uma eternidade chegar ao final do trajeto.

Acostumados com o desassossego, manter o olhar baixo e seguir retilíneas garante a eficiência de nossa circulação na urbe. O deslocamento por esse espaço fluído não deixa de ser vigiado por câmeras de segurança estrategicamente localizadas e com cada vez mais pixels, como alertava notícia compartilhada nas mídias locais sobre os *drones* que vigiariam uma avenida recém-revitalizada na área central. Alguns fones acoplados em ouvidos que buscam se desvencilhar dos barulhos incômodos da rua. Outros corpos optam pelo consumo nos ambientes de iluminação artificialmente intensa e climatizados, onde seguranças parecem não permitir que a rua, com sua sujeira e céu aberto, entre. Na grande avenida principal da cidade, a qual conecta bairros e liga importantes trechos em crescente valorização e outros já desvalorizados, carros, motos e ônibus deixam o registro do calor de seus motores pairando no ar. Não utilizamos os automóveis para ver a cidade, mas para a função dada às ruas: locomoção, de preferência com o menor número de interrupções possível (Sennet, 1993). A rua se torna vão de passagem, circulação.

Restos dos edifícios da antiga área central que foram demolidos e hoje abrigam carros e motos, funcionam como estacionamento durante o período de compras e afazeres na área central (Arruda, 2008), evidenciando a priorização do transporte individual nas obras urbanas de infraestrutura relacionada à circulação na cidade (Maricato, 2013). Automóveis da polícia civil militar permanecem acomodados no canteiro da avenida, garantindo a segura circulação pela cidade. Para aqueles que buscam maior sensação de segurança, há os *shopping centers* que garantem a distância dos barulhos da rua, corpos ordinários e encontros inesperados.

O funcionamento globalizado desta cidade se deu com a interiorização da urbanização no território brasileiro (Maricato, 2013). Com isto, a exploração de terras veio do litoral mineiro e paulista transformando terras indígenas e mata nativa em fazendas que logo se transformaram em lotes, quadras, ruas, calçadas, prédios. Traçados urbanos, investimentos em termos de circulação de pessoas, mercadorias e incentivos à residência no primeiro bairro da cidade, o Amambá, foram produzindo a urbanidade e centralidade campo-grandense que se iniciou nos limites da ferrovia Noroeste do Brasil.

Hoje, reparo que existem centro(s) da cidade com seus mundos conflitantes e avizinados. Ruas se encontram e se atravessam entre os bairros Amambá e Centro que configuram a fusão do que pode se chamar, atualmente, de centro antigo ou centro velho. Em meio ao movimento da área central mais antiga e área central comercial, na Praça Ary Coelho, trabalhadores da obra de revitalização da rua 14 de julho costumavam descansar sob a sombra

das árvores nos intervalos de almoço. Ali, cenas invadem ouvidos com melodias, convidam olhares e fazem o corpo de passantes se demorarem. Vestes coloridas, bandeiras em punho, instrumentos que batucam ritmados e ombros carregando sacolas e lascas de maneira como se caminhassem em outro campo-espço abrem fissuras no plano citadino por alguns minutos. A intervenção artística do Teatro Imaginário Maracangalha pede passagem para contar “*uma história que não foi contada nas páginas dos jornais, a história do grande líder guarani Marçal de Souza*” [sic]. Performam e oferecem cor, tom e voz às experiências que atravessam a vida daqueles que vivem na cidade que outrora era mata nativa. Por meio da performance “Tekohá, morte e vida do Deus pequeno” colocam em questão as histórias indígenas enterradas com a colonização, as quais fazem parte da vida neste chão, superfície que habitamos. A intervenção produz fissuras espaços-temporais (Foucault, 2015), instaurando outros gestos e movimentos na ordem da cidade.

A capital dos vazios urbanos é marcada por dimensão interiorana que remete ao seu histórico colonial, de fazenda, ainda hoje. Haja vista que um quarto (cerca de 25%) dos hectares do perímetro urbano são de áreas privadas que compõem os chamados vazios urbanos, conforme pesquisa do arquiteto Ângelo Arruda (2016). A própria urbanização da cidade se conciliou com os recursos da bovinocultura estadual. Um prédio emblemático da cidade, com características da arquitetura moderna construído na região central do país, fora do eixo Rio de Janeiro/São Paulo, é o Hotel Campo Grande cujo valor investido equivalia, na época de sua inauguração na década de 70, a 20 mil cabeças de gado, de acordo com a imprensa local (Arruda, 2016). Temporalidades e espacialidades heterogêneas que dizem respeito ao que este território vem se tornando, suas materialidades, gestos urbanos, ruínas e construções.

A algumas quadras, tanto da Praça Ary Coelho quanto do Hotel Campo Grande, inicia-se o que chamamos de centro velho da cidade, região que se dá no enlace do bairro Centro e Amambá. Nesta composição, a experiência de caminhar por algumas ruas se singulariza, uma vez que a agitação e o colorido dos produtos consumíveis se entrelaçam aos prédios gastos pelo tempo. Comércio minguados e corpos anônimos vagueando pelas calçadas figuram certa estética da degradação. Moradoras de rua, prostituição e usuárias de crack se concentram no entorno da antiga rodoviária da cidade, o Centro Comercial Condomínio Terminal do Oeste, que sobrevive aos temores de desabamento (Campo Grande News, 2018a). Ali foram registradas imagens para o documentário T’amo na Rodoviária, produzido pelo coletivo T’amo na Rodô sobre as histórias e experiências daquelas que ainda ocupam o prédio e seu entorno, buscando produzir outro regime de visibilidade para aquele espaço e para as vidas que insistem em se manter ali.

A presença de seres errantes no local denuncia com sua presença a existência de comércios clandestinos efervescentes na região que parece abandonada pelo consumo. Certo adensamento no ar indica a precarização à qual a região foi exposta nas últimas décadas. Prédios antigos, esquecidos estrategicamente pelo capital sempre tão ávido por novos mercados, figuram trechos em que vidas igualmente esquecidas em sua precariedade circulam.

Invisíveis em suas necessidades e visíveis no incômodo que produzem, enxergamos estes corpos nas marcas e grafias que deixam em nosso trajeto e na intensidade do medo que nos causam. Roupas maltrapilhas, sacos de lixo, pedaços de papelão e diferentes tralhas figuram vidas que dormem e acordam no chão da rua. No chão liso do espaço urbano, as moventes e os automóveis desejam usufruir de seu estado de intensa mobilidade cinética que fornece autonomia política das cidadãs contemporâneas (Lepecki, 2013). O palco urbano parece falhar ao ser habitado por seres lentos que atrapalham a relação entre movimento e arquitetura das cidades contemporâneas, sendo o espaço público tomado como espaço de passagem (Sennet, 1993) e de movimento pelos autômatos humanos (Lepecki, 2013).

No encontro com essas existências na cidade, o corpo se impele ao desvio. Músculos tensos, olhar desconfiado. Em meio às batidas policiais e à presença da Guarda Civil no entorno do prédio, parece haver certa harmonia no estado permanente de guerra para manter a organização da cidade. A precariedade se torna elemento da vida citadina e a miséria não deixa de compor o cenário urbano. A sensação de harmonia, sustentada pela normalização e regulação que permitem certo domínio do tolerável, pode se desmontar quando das andanças destes corpos para além dos zoneamentos definidos para sua existência. Linhas virtuais traçam limites para essas vidas incômodas, tais limites se tornam visíveis apenas quando de sua ultrapassagem, afinal, a transgressão é um gesto relativo ao limite (Foucault, 2015b).

Por entre casas, prédios, lojas e asfalto, entre a Antiga Rodoviária e a área central mais bem valorizada em termos comerciais, deixa seus rastros aquilo que restou da linha férrea desativada em 1996. A linha da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil “fazia com que o trem forçosamente entrasse na cidade” (Ribas, 2004, para. 04), atravessando ruas de paralelepípedos da vila de casas ferroviárias até o asfalto da avenida principal da cidade. Em um de seus trechos, próximos à avenida de intensa circulação, a prefeitura construiu pequenas salas comerciais em formato de vagão de trem a fim de que se tornassem empreendimentos. A arquitetura recorre à dimensão histórica como estratégia para incentivar o consumo neste trecho, o qual parece marcar limites entre área central comercial e centro velho. Investimentos, busca por empreendedorismo e circulação de consumidores são os imperativos nas cidades

contemporâneas que têm se utilizado dos patrimônios históricos como elemento estratégico para revitalizações urbanas (Jacques et al., 2017).

Dos 12 vagões construídos, apenas um abre a janela. Em meio aos registros e marcas urbanas, quando o céu se apaga sobre a cidade, luzes amareladas das lâmpadas dos postes se acendem e o vagão se ilumina, o vagão “Larica’s da Lu”, conhecido como Vagão da Lu. A claridade deixa ver imagens e escritos ilustrando as paredes do vagão: *a cultura ajuda um povo a lutar com as palavras em vez de o fazer com as armas*. O pequeno ponto comercial-cultural-artístico jaz no entremeio de postes amarelados do centro velho e luzes de intensa brancura que figuram a estética do consumo e a assepsia da área recém-revitalizada do centro comercial. O vagão se ilumina, colore e é possível ouvir o compasso de batuques, tamboris, gritos melódicos. Estandartes se erguem em punhos firmes. Fantasia coladas ao corpo. Corpos em movimento. Gestos ritmados. São os movimentos performáticos do Imaginário Maracangalha, da performer Berbela Mortiz e dos coletivos Clandestinas e Chakaruna que, por meio de movimentos errantes, transpõem os limites da cidade-cenário, na medida em que existências esquecidas, descartadas e enterradas fazem aparições através do movimento destes corpos-políticos que transformam a performance em uma política da existência. Ouvem-se músicas vivas do grupo Mandacaru, acompanhadas de pandeiros e agogôs. Palavras firmes e de luta ressoam em forma de poesia e atravessam a boca das meninas do *Slam* Camélias que transpõem os limites do silêncio imposto historicamente aos corpos-mulher, sobretudo à mulher negra (Lorde, 2019; Kilomba, 2019).

Neste espaço narram, performam, cantam sobre violências e subalternizações impostas às negras, aos povos originários, às mulheres e às populações periféricas. Ali também acontecem rodas de conversa propostas por conselhos profissionais e movimentos sociais. O espaço da cidade rompe com o espetáculo e a pretensão de território pacífico para incorporar pensamentos, invenções e fabulações, implicando-se na (com)fabulação de pensamentos outros no coletivo.

No espaço onde atos políticos e festivos ganham existência, aparições *errantes e ordinárias* (Jacques, 2012) acontecem. O entorno do vagão é habitado por moradoras de rua e usuárias de droga que, em diferentes momentos, aproximam-se e se misturam. Não como pedintes a serem tomados por sua mendicância nas ruas, mas como vidas com as quais se estabelecem conversas, trocas, olhares, gestos urbanos. Corpos considerados invisíveis são apreendidos por outra política de reconhecimento, ainda que de modo transitório e fugaz neste espaço heterotópico, onde diferentemente de espaços utópicos possuem existência geográfica



localizável e integram a realidade, ao mesmo tempo em que instauram novas dinâmicas espaços-temporais. São lugares-outros, ora mais, ora menos transitórios (Foucault, 2015a).

Ao mesmo tempo passa a haver policiamento constante, a fim de garantir a boa circulação na área. A atenção policial começa a se voltar às micropolíticas que produzem a ocupação do espaço, como os corpos que pisam no asfalto da travessa onde o vagão se localiza, ainda que ali haja pouca circulação de automóveis e os passos no asfalto não cheguem a atrapalhar o tráfego. Deixar o corpo parar sobre o asfalto passa a merecer atenção policial que direciona seus olhares aos corpos dissidentes que habitam o espaço, iluminando limites que se produzem na relação com essas práticas errantes na cidade.

Um traçado parece se produzir e alguns espaços mostram sua composição híbrida de comércio/cultura e como uma *slammer* disse em noite no vagão “*é mais que um rolê, é um espaço cultural*” [sic]. Na noite da cidade, corpos de performances desviantes, sexualidades não normativas, gêneros híbridos e corpos-artistas habitam certos espaços, convivem e formam alianças. A aliança entre diferentes categorias identitárias e movimentos sociais é potente e central para o fortalecimento de lutas micropolíticas e macropolíticas por liberdade, como o pensamento de Angela Davis (2018) sobre intersecções de raça, gênero e classe permitem considerar.

A atenção começa a se voltar para espaços noturnos alternativos, como o Resista Bar e Holandês Voador que, no momento se encontram fechados e sem prédio/local fixo — apesar de continuarem realizando eventos efêmeros na cidade — em razão da falta de alvará para funcionamento. Com mesas e cadeiras na calçada, localizavam-se em área conhecida como Boca do Lixo, em razão do caráter de abandono das ruas, prédios e população que circula ali, figuravam e se reivindicavam como espaços de contracultura na noite campo-grandense. Mesmo após tentativa de adequação “à lei exigida, com projetos de isolamento acústico, normas de acessibilidade, escoamento e uma porrada de coisas” (Resista, 2018, para. 01), novas normativas se impuseram como limites ao funcionamento do espaço que passou a transgredir o limite de decibéis comprimido em 2018 pela legislação municipal. “O problema é descobrir adequações novas a cada semana e ter que fazer adaptações atrás de adaptações” (Resista, 2018, para. 02).

Esta cidade narrada até o momento começa a se apresentar como espaço de jogos entre transgressão/limite. Apresentar a cidade por meio da narrativa de práticas corpográficas permite situar experiências que se constituem na relação corpo/cidade, considerando a arquitetura urbana, os sons, as normas e as tensões que produzem a vida cidadina. Foi no encontro com grupos que ocupam a região antiga central da cidade e que apostam na produção de outros

regimes de visibilidade para espaços marginalizados que tais problemáticas foram sendo tomadas para pensar jogos de transgressão/limite. Um exemplo é o documentário T'amo na Rodô (2018), em que duas mulheres envolvidas com cena urbana alternativa contam que começam a ocupar a Antiga Rodoviária tanto como uma aposta política naquele espaço e em certo modo de vida quanto por incentivo dos poucos comerciantes que restaram e que desejavam ter o espaço ocupado. Mas após a instauração de um espaço de contracultura no local, a ocupação deixa de ser desejada e se torna um problema. *“De repente acabou: a gente não quer mais brincar com vocês”* [sic]. Um limite é traçado, outrora inexistente ou invisível.

Outra indicação desses limites impostos a certas modalidades de ocupação do espaço se deu em reunião do LabCG (Laboratório Efêmero de Campo Grande) entre agentes culturais de Campo Grande. Ali, o Imaginário Maracangalha, por meio de um representante, começou a problematizar a possibilidade de ocupar o espaço dito público com intervenções artísticas, performances, teatro, música. *“Quando a gente começa a ocupar, a luz para de funcionar, daqui a pouco não sai mais água da torneira”* [sic]. Essa espécie de retirada de condições para o florescimento da vida (Butler, 2015) por meio da imposição de limites, começou a aparecer após a tentativa de retirada de um espaço comercial/cultural na cidade, o vagão da Lu. Uma das falas em encontro de um grupo de *slam* da cidade, o *Slam Camélias*, referiu-se à dimensão de perda dos espaços: *“Perdemos o Drama Bar, perdemos o Resista Bar, perdemos o Holandês Voador e podemos perder esse espaço”* [sic].

Começam a aparecer experiências que se encontram no limiar da possibilidade e não possibilidade de existir. Experiências que, de alguma maneira, incomodam e provocam as normas de gestão do espaço. Considerando a dimensão coletiva dos espaços, encontros e intersecções, passa a ser possível considerar: de que modo esses avizinhamentos vão se tornando transgressões? Percebem-se modos de viver que provocam – e produzem – limites da cidade quando de suas corpografias, de suas marcas e grafias no espaço urbano, quando seus pés se acomodam no chão de asfalto de um trecho com pouca circulação de automóveis, mas repleto de vida artística, quando suas músicas ultrapassam o limite de decibéis definido pela legislação municipal, seus corpos se aproximam e se deixam aproximar de vidas precárias e instauram outras políticas de reconhecimento e regimes de visibilidade para corpos e espaços marcados pelo abandono.

Em meio aos espaços marginalizados e considerados abandonados, gestos urbanos e performances corpóreas costuram o território com ocupações outras: sons, vozes, cores e cheiros que produzem uma estética da existência implicada com outros modos de habitar a cidade, produzindo uma relação com “o bar e a rua a rua e o bar e a gente no meio disso tudo

com muita música ao vivo, performance, poesia, artesanato, artes visuais, dança” (Imaginário Maracangalha, 2019, para. 02). Como se constituem as modalidades de existência que apostam na ocupação de espaços marginalizados? Em meio a essas experiências, afetações e percepções começaram a transpor fronteiras no meu modo de circular e ocupar a cidade.



## **2 EMBARCAR**

---



já conhecida. Há percursos desconhecidos, ruas não frequentadas, bares não demorados, escritos urbanos em paredes não reparadas pelo olhar, cheiros não sentidos, corpos não reconhecidos e modalidades de vida não visíveis. Existem experiências que não ocupam zonas de visibilidade na disciplina psicológica que se atentou para certa versão de sujeito, certas vozes, certas experiências. Considerar essas experiências que reivindicam aparição permite à Psicologia pensar a atualidade, considerar outras modalidades de experiência que compõem formas de subjetivação no presente.

Estas ocupações da cidade se mostram como políticas de vida. Encontrá-las ofereceu a sensação de encontrar uma linha férrea com este Vagão, outrora desconhecida, para percorrer a cidade. Como ingressar um circuito, pegar uma vaga para conhecer caminhos outros e deambular por esta linha que pode ser percorrida como um cortejo do Imaginário Maracangalha, costurando a cidade e provocando furos em bordas identitárias, dicotomias e segregações que marcam o espaço urbano pacificado-espetacularizado. Assim, encontrar este universo e percorrê-lo é como pegar uma vaga e se deixar guiar pelo ritmo e embalo do vagão. Esse movimento cartográfico no cotidiano da pesquisa implicou encontrar outros ritmos, vozes e embalos para pensar com a Psicologia. Outras vozes teóricas, outras vozes urbanas, outra constituição subjetiva. Desse modo, o percurso de pesquisa implicou uma trajetória com a própria Psicologia, uma vez que ela é tensionada e alterada pelo encontro com outridades, pela inserção de outro ritmo e tom para compor essas cartografias. Começa-se, então, a percorrer e ocupar outros espaços da cidade. Os mesmos corpos que encontrei no vagão circulam e ocupam outros espaços na área central cuja existência cintila arte, ocupação e insistência. O sarau de segunda na praça dos imigrantes, algumas ocupações na orla ferroviária e alguns bares e espaços noturnos da cidade como o Genuíno, Holandês Voador e Resista começaram a ser percorridos. Percorridos assim como os cortejos do Imaginário Maracangalha que levam o ajuntamento de corpos-ideia para se entremear pelas ruas da cidade seguindo linhas errantes, seja entre a Praça do Administrador e o Bar Bola Sete, entre a Praça dos Imigrantes e a Orla Ferroviária, entre territórios do bairro Amambaí.

Após o encontro com os movimentos que ocupam as ruas, questões começaram a se engendrar, sobretudo na medida em que os passos pela cidade não eram apenas simples passos entre um ponto e outro, mas incluem a percepção de que sobre o chão se passam histórias, gritos, silêncios e vidas que integram domínios do perceptível e do sensível. Portanto, a presente pesquisa começou a ganhar forma no encontro com esses espaços outros que inspiram a

interrogar e pensar com a cidade. Seguir por linhas forjadas no encontro com grupos que habitam a cidade de outras formas é uma estratégia para pensar com a cidade por meio dessas corpografias, bem como a produzir uma ontologia do presente. A cidade enquanto forma de gestão da vida, é pensada na dimensão da produção de subjetividades, considerando aquilo que nos tornamos em termos de uma ontologia do presente. Nessa perspectiva, os processos de subjetivação acontecem a partir de focos de experiência — relações entre saber/poder/subjetividade — que indicam aquilo que somos e a realidade possível. Indica, também, a abertura para contestações e resistências micropolíticas aos modos de subjetivação instituídos, transformando e alterando a si e ao outro. Nessa abertura, o encontro com o outro tensiona o sujeito identitário em sua posse sobre si mesmo, na medida em que encontrar outras formas de vida é uma maneira de ser despossuído de sujeições identitárias no presente ao estabelecer outras políticas de reconhecimento.

O centro velho começou a se tornar foco de atenção justamente por ser tomado como espaço de aparição de movimentos e corpos que o ocupam, reivindicam e transformam. Fernando Cruz do Imaginário Maracangalha entende que ocupar esses espaços como a Antiga Rodoviária, Orla Ferroviária, praças como a Cabeça de Boi e Praça Cuiabá diz respeito a uma relação afetiva com espaços importantes na constituição histórica da cidade em que se vive. “Por ter memória, o espaço passa a ser de troca de afeto. Arte e cultura na rua podem humanizar as relações” (Cruz, 2014). Ao mesmo tempo em que esse espaço é marcado pelo abandono e precariedade, também é reivindicado como cultural e afetivo por grupos que se configuram como alternativos urbanos em suas intervenções artísticas na cidade. Para Butler (2015) a publicização e o testemunho por meio da aparição é tecnologia fundamental para constituição das vidas e reivindicação de condições de vida, uma vez que a performatividade é um ato de se tornar público. O reconhecimento está condicionado à aparição e à exterioridade, pois é justamente na publicização dos atos performativos que o sujeito pode ser reconhecido como vida vivível.

A antiga rodoviária, figura simbólica do centro velho, é iluminada como a *cracolândia* de Campo Grande e seu entorno é espaço marginalizado e perigoso (Mídia Max, 2019; Correio do Estado, 2019; Enfoque MS, 2019). Mas esse espaço também é reivindicado como cultural e superfície para ocupação de intervenções artísticas (Brasa Comunicação, 2017; Imaginário Maracangalha, 2017; Campo Grande News, 2018e) por alguns grupos que ocupam a cidade. Considerando esses jogos, as intervenções transgressoras urbanas que acontecem no centro

velho se impõem com intensidade diferencial do que aquelas que acontecem nas periferias e bairros distantes no que se refere à insistência das vidas que buscam fazer barulho e afirmar o não esquecimento de espaços e experiências. A ocupação artística cria uma zona de visibilidade na plataforma do centro velho, transformando-o em ponto de tensão para jogos de transgressão/limite, visível/invisível. Ao mesmo tempo em que se produzem invisibilidades em relação às vidas que o habitam, também é um território visível e passível de se tornar observável pela localização central e histórico na constituição de Campo Grande. Há um jogo de visibilidade/invisibilidade que o torna estratégico para considerar a produção de subjetividades no presente.

As existências silenciadas e invisibilizadas, como de pessoas negras, pobres e periféricas, compõem outro regime de luminosidade ao ocupar espaços centrais. São vidas que, de alguma forma, ultrapassam fronteiras. Fronteiras da rua, fronteiras das zonas que corpos errantes podem habitar, fronteiras para os limites sonoros do barulho do que alguns grupos têm a dizer, fronteiras entre vidas vivíveis e vivos não passíveis de reconhecimento. Como entende Foucault (2015b), inspirando-se em discussão de Georges Bataille, a transgressão é um gesto relativo ao limite. Limite e transgressão estabelecem relações entre si que não são de oposição, mas funcionam como uma espécie de jogo que se dá na relação com normas, fronteiras, limites que operam e circulam no campo de experiências — este *a priori* histórico formado por saberes, dispositivos e instituições de modo a estabilizar um plano de possibilidades no presente. A experiência transgressora, no contato com o fora, traça fugas em relação ao plano de possibilidades *a priori*, permitindo deslocamentos e modificações no modo de vida por meio da transformação de si. “O conceito de experiência aqui participa de uma filosofia da diferença e alteridade, refere-se ao que ultrapassa o limite, sob o risco da dissolução do que somos e do que fizemos de nós” (Laval, 2019, p. 109).

Cristian Laval (2019) discute sobre a experiência utópica em Michel Foucault. Essa noção aparece na obra do autor por diferentes nomes: transgressão (2015a), resistência (1989; 2008b, 2015c), ultrapassagem (2005), relacionando-se não à produção de uma utopia inalcançável, mas ao desejo de se tornar outro, transformar-se. É importante destacar que Foucault pensou sobre a experiência alteradora com diferentes termos em decorrência da trajetória de seu pensamento, articulação teórica e dos objetos com os quais se encontrou. As práticas de liberdade adquirem diferentes formas e a transgressão — ferramenta conceitual desta investigação — assume outras modulações na obra do autor, sobretudo em dois



momentos. O primeiro a partir da década de 70, quando o filósofo francês foca seus estudos no poder e se envolve com movimentos de lutas políticas na França (envolvimento no Grupo de Informação sobre as Prisões, apoio aos soviéticos, prisioneiros espanhóis etc.) para pensar as resistências como sublevações, revoltas e levantes. Em suas análises sobre o poder, entende a resistência como inseparável das relações de poder, sendo aquilo que ao mesmo tempo funda e é produzida nessas relações (Foucault, 2015c). Já o outro momento se dá a partir de seus estudos sobre a ética que aparecem nos volumes da História da Sexualidade II, III e IV e em seus cursos no Collège de France a partir de Do Governo dos Vivos (1979-1980) até A Coragem da Verdade (1984). Para Deleuze (2013), em sua proposta de realizar uma genealogia da subjetividade ocidental, Foucault encontra uma terceira dimensão dos focos de experiência, além do saber e do poder: a subjetividade. Com isso, o autor introduz o conceito de práticas de liberdade para pensar a dimensão do governo de si e das formas de resistência.

A experiência transgressiva permite fugas e escapes ao que está instituído como condição histórica de determinada época, por isto está relacionada à capacidade de praticar a liberdade. Essa perspectiva foucaultiana permite situar uma dimensão ético-estética da produção dos sujeitos. A prática de liberdade, portanto, é condição para o exercício de poder e pressupõe um jogo de transposição de limites e fronteiras que condicionam formas de viver. Nesse jogo na cidade, modos de vida praticam liberdades que provocam o instituído e se tornam urgências a serem geridas por novos limites que se instauram. Por isto, tomar certo território da cidade como plano de pesquisa a partir do método cartográfico permite perscrutar configurações afetivas que pedem passagem no território vivo e múltiplo. Toma-se a cidade para pensar experiências de alteração de si e do outro. Nestas transgressões, quais modos de vida são produzidos? De que maneira estas experiências outras permitem pensar as formas de vida na cidade e com a cidade?

Conforme entende David Harvey (2013) “a questão do tipo de cidade que desejamos é inseparável da questão do tipo de pessoa que desejamos nos tornar” (p. 28). Em discussão sobre nossa implicação com a invenção da vida urbana, interroga: “como poderia desejar um mundo alternativo possível, ou mesmo imaginar seus contornos, seus enigmas e charmes, quando estou profundamente imerso na experiência que já existe? (p. 31-32). Para o autor, o direito à cidade é o direito de fazê-la diferente, transformá-la de acordo com necessidades e desejos coletivos, na direção da criação de espaços comuns. Nessa esteira, o modo como os sujeitos se constituem ético-politicamente na relação com a cidade, parece passar por uma postura de transgressão e

transposição de limites e fronteiras que condicionam as formas de vida urbanas. Aquilo que se tem produzido sobre as experiências urbanas, que se encontram territorializadas nos saberes, dispositivos, espaços e subjetividades, auxiliam a pensar as formas instituídas de organização da cidade e, com isto, compreender as experiências-limite que produzem rupturas e descontinuidades, considerando experiências de transgressão e contestação às lógicas hegemônicas.

A América Latina ao sul global incorporou o neoliberalismo como lógica para gestão urbana, além da insistência e sistematização da gestão colonial da vida urbana. Para Mbembe (2018), o Estado moderno funciona em prol do mercado global, situando-se como espécie de empresa colonial, o que condiciona a gestão das cidades e sua forma de organização espacial. Institui-se uma pretensão de universalidade nas formas de viver a cidade, apoiada na lógica de mercado tributária dos processos históricos racistas e eurocêntricos. Por meio da racionalidade colonial se busca homogeneizar experiências e fazê-las funcionar em função da lucratividade e à mercê do capital internacional.

As autoras brasileiras Fabiana Britto e Paolla Jacques (2009) pensam a cidade a partir da noção de cidade-espetáculo de Guy Debord. As cidade-shopping, cidade-cenário são tributárias destas formas de espetacularização do urbano que, sob a lógica da produção de consumo, utilizam-se de estratégias comprometidas com a homogeneização da vida na cidade a partir da importação de modelos coloniais. Nesta lógica, a produção de sensações e percepções, sobretudo do afeto medo, tornam-se dispositivos de segregação e cerceamento do espaço urbano, articulando-se com a constituição de espaços privatizados, controlados. Como efeito, há fragilização de experiências corporais da cidade que são errantes, artísticas, cidadãs. O conceito de corpografia (Britto & Jacques, 2008, 2009) permite considerar a relação corpo/cidade, tendo em vista marcas e grafias urbanas constantemente produzidas. Os grupos acompanhados nessa cartografia produzem corpografias que tensionam lógicas de gestão do espaço público. São performances outras, errantes, que se implicam na experiência de incorporação de outros mundos, considerando o corpo como aquilo que permite escapar e contestar o poder. O corpo, enquanto “ponto-zero” do mundo (Foucault, 2013), é elemento que nos permite afetar e ser afetado, transfigurar, desconfigurar e produzir heterotopias. É através da constituição de um corpo utópico que experiências alteradoras se engendram nos espaços da cidade, espaços heterotópicos, outros.

Entende-se que investigar transgressões e limites que constituem experiências corpográficas urbanas em Campo Grande se insere na aposta político-epistemológica de pensar sobre possibilidades e experiências outras na vida cidadina, as quais se comprometam com políticas de aliança e reconhecimento das vidas, bem como com a minimização da precariedade e ampliação das condições para que a vida floresça. Para Deleuze (2013) “acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempo, mesmo de superfície ou volume reduzidos” (p. 222). Em meio as investidas biopolíticas/necropolíticas de gestão das cidades, modos de vida tensionam lógicas instituídas de organização do espaço urbano e provocam a instauração de novos limites para a vida na cidade. Estes modos de viver de corpos artistas, performáticos, moradores de rua e outros errantes que ocupam a cidade de outras formas, que não de circulação e consumo, provocam estratégias de governo que buscam dar conta das diferenças e heterogeneidades, transformam-se em urgências aos dispositivos de poder

## 2.1 Interrogar

Começo a considerar que há produção de uma outra estética da existência nestas transgressões, outro modo de viver, outra experiência de si e da relação com o outro. Para se tornar outro em um mundo a ser inventado, está em questão a transformação de si, a produção de outras subjetividades, por meio de uma relação ético-estética com as normas que organizam os modos de viver (Foucault, 2004, 2016). Estas experiências de alteração de si podem ser acompanhadas por meio dos gestos urbanos que se tornam intervenções no espaço, interpelando embates de forças do cotidiano na urbe. Nesse movimento, são abertas fissuras no espaço-tempo instituído e, nelas, outros territórios subjetivos, heterotópicos, engendram-se. São corpos que falam, cantam, poetizam, fazem barulho e estabelecem alianças entre si, intersecções. Gestos urbanos (Jacques et. al., 2017; Magnavita, 2017) que irrompem e desestabilizam, ao passo em que colocam em questão procedimentos normalizadores e individualizantes que operam na gestão da vida na cidade.

Através da visibilidade que estes grupos errantes adquirem por meio de suas insistências é possível acompanhar respostas que se engendram para suas contestações. Em março de 2019, em evento na Praça Ary Coelho, o Sar(auto)<sup>2</sup>, uma voz entoou: “*Campo Grande não é apenas a capital do boi e das caminhonetes sujas de barro. Precisamos mostrar que Campo Grande*

*não é só isso, que Mato Grosso do Sul não é só isso. Aqui tem indígena, gay, trans, lésbica, negro*” [sic]. Há uma aposta na visibilidade destes modos de vida. Nessa direção, o conceito de performatividade trabalhado por Judith Butler (2018) auxilia a pensar políticas performativas que se relacionam com a ocupação do espaço público. Para a autora, uma das estratégias políticas para lutar contra a precarização da vida é a visibilidade dos corpos nas ruas. Ao mesmo tempo, conforme a intensificação atual nas sociedades de controle (Deleuze, 2013), Foucault mostrou em *Vigiar e Punir*, nossa sociedade de vigilância tem como condição a permanente visibilidade dos corpos e experiências por meio de poderes invisíveis. Isto se torna uma armadilha, ao passo em que aquilo que é visível pela iluminação cada vez mais imperceptível do poder, torna-se mais facilmente capturável, regulável.

A relação entre visibilidade e captura, bem como a visibilidade performática como estratégia política, começa a aparecer como uma questão. A intersecção da poetiza feminista negra Audre Lorde (2019) auxiliou a pensar jogos de visibilidade/invisibilidade em relação às populações subalternas, *outsiders*. Para ela, “essa visibilidade que nos torna mais vulneráveis é também a fonte de nossa maior força. Porque a máquina vai tentar nos reduzir a pó de qualquer maneira, quer falemos, quer não” (p. 54). A autora aposta na exposição, barulho e transposição do silêncio como estratégia política para visibilizar experiências marginais. Na singularidade da estética da existência destes grupos (teatro de rua, *slams*, artistas), performances, sons, cores e gestos parecem contaminar, afetar e distribuir incômodo, angústia, na medida em que colocam em evidência espaços abandonados, narrativas que foram invisibilizadas e vidas de populações subalternizadas pela lógica colonial (Grosfoguel, 2016).

A problemática dos jogos de transgressão/limite pode ser pensada a partir da visibilidade que estes grupos buscam adquirir e de seus contatos com o poder quando da expansão de modalidades de existência outras. Como certos encontros/avizinhamentos de forças tornam corpografias modos de transgressão? Como as transgressões produzem novos problemas na cidade? Como as transgressões interrogam nossa relação com o espaço urbano? Quais modos outros de viver estas experiências instauram? Quais vidas se iluminam e ganham visibilidade? Quais vozes começam a aumentar de volume? Quais potências emergem destas práticas visibilizadas?

Esta pesquisa, portanto, tem por objetivo compreender os jogos entre transgressão e limite que produzem modos de viver e, com isto, busca servir à problematização da constituição de um *ethos* na cidade, o qual rompe e difere daquilo que nos constitui até então, ou seja, fazer

uma ontologia do presente a partir dos jogos entre transgressão e limites na e com a cidade. Para Donna Haraway (2014), o presente exige o desenvolvimento de uma capacidade de reagir às formas de violência e extermínio da vida por meio da invenção de outras possibilidades de existência, através do cultivo e acolhimento de experiências outras, tais como estas estéticas da existência implicadas na alteração de certa forma de vida. Considerando estas experiências alteradoras e me inspirando na maneira de Foucault abordar uma questão pela via da problematização (2006), não busco definir princípios constitutivos destas experiências urbanas ou afirmar soluções para as tensões entre grupos que transgridem e aqueles que estabelecem os limites transgredidos, pois o interesse é no funcionamento das coisas, “dizer o acontecimento, e não mais a essência” (Deleuze, 2013, p. 37). Assim, percorro um campo problemático para cartografar jogos que produzem experiências de transgressão/limite na cidade, acompanhando formas de viver, por meio das corpografias de grupos que praticam liberdades imaginam/inventam/confabulam.

Por fim, tendo como objetivo pensar sobre jogos de transgressão/limite, a presente pesquisa se ocupa de experiências artísticas e culturais em espaços heterotópicos do centro velho de Campo Grande, tomando como questão-problema: como práticas corpográficas se tornam transgressões? Essa interrogação permitirá pensar sobre as modalidades de existência que se afirmam e se tornam transgressões no espaço urbano, possibilitando visualizar lógicas que sustentam e produzem limites que se comprimem diante de experiências outras. Com isto, pretendo compreender as formas de visibilidade que certas experiências adquirem e passam a provocar políticas de gestão do espaço urbano, tornando-se urgências a serem reguladas por meio do engendramento de novos limites.

## **2.2 Cartografar**

Para percorrer o campo empírico e pensar jogos transgressão/limite na cidade, adoto a cartografia enquanto método de pesquisa. A cartografia é o quinto princípio do rizoma, imagem-pensamento produzida por Deleuze e Guattari (1995), a partir da botânica rizomática de plantas e raízes a-centradas que se ramificam e espraiam com linhas em múltiplas dimensões. Como um mapa acêntrico e aberto às múltiplas conexões, a cartografia em sua dimensão rizomática é desmontável, modificável, comportando múltiplas entradas e saídas, linhas de fuga e deslocamentos. Essa ideia de mapa não se apoia no sentido tradicional da geografia e na

produção de um decalque sobre a realidade, mas indica a produção de um mapa situado, produzido no percurso. Passos e Kastrup (2009) explicam que a cartografia inverte o sentido tradicional de metodologia: *metá-hódos* que etimologicamente indica um caminho percorrido por metas e regras a priori, revertendo-o para *hódos-metá*, indicando um fazer-saber produzido no percurso, já que o ato de conhecer é inventor de realidades. Essa postura metodológica permite abertura à invenção no acompanhamento do engendramento de realidades, bem como permite tomar método e objeto como inseparáveis uma vez que são figuras singulares e correlatas produzidas no movimento da pesquisa.

Nesta cartografia, para acompanhar movimentos micropolíticos que produzem tensionamentos entre transgressões e limites, o território foi percorrido por meio de uma corpografia urbana — considerando a relação corpo/cidade (Britto & Jacques, 2009). Considero o território existencial acompanhado como um plano em movimento, como um diagrama em que relações de força são produzidas a partir de matérias formalizadas e não formalizadas (Deleuze, 2005). No plano de imanência do pensamento, no qual elementos conceituais e empíricos se inscrevem (Deleuze & Guattari, 2016), os principais operadores teóricos inscritos são Michel Foucault e Gilles Deleuze, que oferecem ferramentas metodológicas e conceituais para pensar o presente considerando as formas de governo da vida e produção de subjetividades; Judith Butler, para pensar sobre as formas de valoração das vidas e as políticas de aliança nas ruas, considerando a relação entre corpos e performances; Paolla Jacques e Fabiana Britto, para pensar as corpografias considerando a relação corpo/cidade; autores dos estudos decoloniais, que inseriram outro movimento na imagem do pensamento ao inscreverem a racialidade e colonialidade como dimensões incontornáveis para pensar o presente como Achille Mbembe, Angela Davis, Audre Lorde e Lélia Gonzáles.

A investigação se produziu *com* modos de viver/ocupar/reivindicar territórios urbanos e formas de vida, mais especificamente no centro velho de Campo Grande com grupos artísticos e culturais. Percorrer a cidade *com* eles e a partir das estratégias de pensamento e ocupação urbana produzida por eles faz parte de uma postura ética, política e epistemológica em pesquisa, considerando a produção de um conhecimento situado e coletivo, produzido desde seu local, como entende Adilbênia Machado (2014), “o conhecimento é um acontecimento empírico” (p. 05). O campo de investigação se movimenta e reconfigura a partir dos encontros e implicações ético-estéticas no corpo que pesquisa.

Minhas corpografias de mulher branca de classe média passaram a estabelecer vínculos com os movimentos urbanos acompanhados e com corpos com os quais não me conecto em termos identitários. É desde esse lugar que a presente cartografia se produziu, o que tornou possível realizar e narrar percursos desde certa distância. Esta escrita incorpora a distância e o lugar desde onde meu corpo se situa em relação aos movimentos artísticos e culturais acompanhados. Assumo que a distância é de uma entusiasta encantada aos movimentos, performances, batalhas e intervenções que diferentes corpos produzem. Essa postura – de como quem acompanha um cortejo – modula a descrição das cenas com as quais me encontro.

A estratégia de ocupação urbana do Imaginário Maracangalha se inscreveu no plano de imanência da pesquisa agenciando posturas metodológicas e, inspirando na forma como esse teatro de rua percorre, movimenta-se e ocupa a cidade, seus rastros foram seguidos e a relação com os espaços se deu na articulação entre o corpo que pesquisa e as produções locais. Seguindo os rastros do Imaginário Maracangalha, esta pesquisa partiu da Antiga Rodoviária e se encontrou com o vagão Larica's da Lu, pousou atenção nas experiências do Slam Camélias e a partir da sensibilidade para a figura do silêncio no espaço urbano, aproximou-se dos efeitos da Lei do Silêncio em bares comerciais/culturais no centro velho, sobretudo na região da Boca do Lixo, o que permitiu percorrer mecanismos de contenção de formas de ocupação desse território. Portanto, essa investigação percorreu cortejos em praças, rodas de conversa nas ruas, exibição de produções audiovisuais locais nas ruas, bares e espaços alternativo-urbanos.

Destaca-se que, neste trabalho, aparecem intervenções urbanas com as quais esta cartografia se encontrou, ainda que outras intervenções tenham acontecido em Campo Grande antes, depois e durante esta pesquisa. Não falo da totalidade de intervenções/movimentos/eventos produzidos, mas daqueles que acompanhei e, principalmente, nos quais pousei a atenção. Além das corpografias pelas ruas, também foram percorridas materialidades digitais, como notícias e portagens em mídias locais, considerando o campo de visibilidades e dizibilidades sobre as experiências acompanhadas e como materiais audiovisuais produzidos e publicados pelos coletivos urbanos acompanhados em plataformas de mídias sociais (*Youtube, Instagram, Facebook, Blogs*).

A partir do encontro com o vagão Larica's da Lu, delineou-se a postura de embarcar em diferentes vagas no encontro com a multiplicidade de experiências acompanhadas. As múltiplas formas de ocupação acompanhadas produzem alianças, conexões e vínculos comuns entre si, constituindo rizomas em um plano de dispersão. Com isso, incorporou-se a noção de platôs

(Deleuze & Guattari, 1995) como estratégia de pensamento e montagem do relatório de pesquisa. Os platôs começam a ser delineados no percurso com a cidade, com grupos, pessoas, ruas, cortejos e conforme o percurso me permitia pegar certa vaga para pensar como práticas corpográficas se tornam transgressões, considerando os avizinhos e conexões.

Em entrevista sobre sua obra com Guattari, “Mil platôs”, Deleuze (2013) explica que os platôs funcionam como conjunto de anéis quebrados que podem se atravessar, conectar, transversalizar. Possuem “clima próprio, seu próprio tom ou seu timbre” (p. 37). Ao mesmo tempo que se singularizariam também se conectam e interseccionam. As singularidades dizem respeito aos modos de individuação, mas não a objetos estabilizados. Diferente da lógica de exclusão e unidade, os platôs se apoiam na lógica rizomática em que se opera pelo “e” e no “entre”. Portanto, a ideia de platôs na cartografia permitiu percorrer acontecimentos, encontros e pontos de tensão, considerando o modo como elementos distintos se conectam e avizinham.

Nesta escrita, a disposição narrativa se articula com a lógica da circularidade no espaço, por isso, há certo *looping* de elementos que passam e retornam. Incorporo elementos do mundo não-grafo na disposição topológica deste texto que deixa de seguir uma linearidade para acontecer no meio, em múltiplas direções. Com o privilégio da escrita sobre a oralidade na esteira do discurso colonial de escrita alfabética conectada à história oficial (Machado, 2014), as narrativas acadêmicas se apoiam na verticalidade e linearidade como estruturas de disposição topológica da escrita. Nessa esteira, o espaço de um texto incorpora a lógica dos espaços contemporâneos que passaram a ser tomados pela proximidade entre elementos e pontos definidos (Foucault, 2005). Já nesta política de escrita, como um rizoma, o trabalho “não começa nem conclui<sup>3</sup>, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 17). Com dimensões e direções, esta escrita não tem fim, é um meio, para além de estrutura com posições fixas.

Considerando a dimensão molecular da produção de forças em movimento, a pesquisa acompanha produção de subjetividades e modos de governo da vida. Com isso, é possível produzir uma ontologia do presente por meio de interrogações sobre a atualidade, considerando

---

<sup>3</sup> É válido demarcar que esta pesquisa não se encarrega de propor estratégias para o enfrentamento de problemáticas apresentadas durante seu curso – como mecanismos higienistas de gestão urbana, fechamento e desinvestimento de espaços culturais na cidade etc. Apesar de minha angústia e preocupação com respostas para minimizar as formas de precarização da vida, sobretudo as que se produzem pela invisibilização de movimentos culturais e artísticos que denunciam/visibilizam violências e precarizações da vida, esta pesquisa busca acompanhar um plano de composição de forças, considerando a produção de uma ontologia do presente. Ainda que não seja objetivo desta pesquisa, as reflexões produzidas podem auxiliar proposições em outros espaços (institucionais, coletivos, de gestão etc).



o que somos, o que nos tornamos e o que estamos em vias de deixar de ser (Foucault, 2005). Para além do regime de visibilidade e dizibilidade instituído, as experiências-limite e os processos de dessubjetivação (Foucault, 1996; Deleuze, 2013) também produzem ontologias do presente, considerando a forma que o sujeito adquire no presente, bem como as relações de força que, como máquinas abstratas, indicam o engendramento daquilo que estamos em vias de nos tornar. Portanto, esta pesquisa interroga os jogos de transgressão/limite no território urbano como forma de problematizar o presente e a produção de subjetividades.

Nesta cartografia, entre as ferramentas conceituais utilizadas estão os conceitos de gestão e subjetividade para pensar o engendramento da realidade e jogos de limite/transgressão no centro velho. Considerar as formas de gestão da vida e as produções de subjetividade permite analisar os avizinhamentos e as conexões entre práticas que contestam e afirmam modos instituídos de governo da vida. Com objetivo de pensar a relação entre sujeito e jogos de verdade, Michel Foucault acompanhou o governo das populações nas sociedades ocidentais modernas, sobretudo na Europa. Para o autor, a partir da emergência dos Estados-modernos, a governamentalidade se engendra enquanto modo de governo funcionando por meio de técnicas de gestão biopolítica e disciplinar em que o foco é a vida da população. Mbembe (2016) pensará as formas de governo em sociedades colonizadas a partir da gestão da morte, em que técnicas necropolíticas apoiadas no terror e produção de morte integram a gestão política. Destaca-se que a gestão da vida (Foucault, 2005, 2008, 2015) e da morte (Mbembe, 2016) funciona por meio de tecnologias de poder que se inserem em jogos estratégicos de regulação da vida e da morte. Para Fátima Lima (2018) podemos pensar que, atualmente, no Brasil, formas de acoplamento entre diagramas de soberania/disciplina/biopoder/biopolítica/necropolítica, o que produz uma bio-necropolítica em que técnicas de gestão da vida e da morte, tributários de modos coloniais, tomam não apenas a vida, mas também o matável como organizador das relações.

A gestão, enquanto ferramenta conceitual, permite considerar tecnologias de poder que operam no cotidiano por meio de práticas microfísicas e rizomáticas articuladas às redes de saber/poder, a partir de estratégias voltadas à incitação e produção de modos de viver. A gestão funciona por meio de jogos agonísticos, pois opera através de um conjunto de procedimentos para incitar/produzir/direcionar ações. As tecnologias governamentais operam como jogos estratégicos entre liberdades (Foucault, 2004), organizando e formalizando conjuntos de ações sobre ações possíveis. Portanto, a gestão é uma forma de governo da população que funciona

por meio de mecanismos e estratégias macropolíticas e micropolíticas no campo social, como a partir de políticas públicas, medidas administrativas, leis, normas, legislações em sua dimensão molar e formalizada, e também em sua dimensão molecular de negociação com o instituído.

Enquanto jogos estratégicos entre liberdades, pensar a gestão da vida implica considerar os tensionamentos, incitações, contestações e resistências. A gestão é dimensão importante para considerar os limites impostos aos modos de experiência urbanos, corpográficos e de vida. Pensar sobre essas formas de governo implica considerar políticas urbanísticas, sociais, econômicas e de saúde que produzem a gestão da cidade por meio de práticas cotidianas, sendo a própria cidade uma forma de gestão da vida.

Conforme explicam Foucault (2004) e Deleuze (2013), a ética enquanto dimensão estética e plástica da existência permite ao sujeito práticas refletidas na relação com os códigos e normas de gestão da vida. Por isto, como explica Foucault (2015), ainda que a vida seja integrada exhaustivamente em técnicas de regulação, ela insiste em escapar e negociar com as normas. A subjetividade é pensada pelo autor justamente como aquilo que se produz na relação entre sujeito e normas, entre a dimensão ética e os códigos. A gestão produz formas de subjetivação, ou seja, processos e componentes que forjam as subjetividades, singularizando modos de viver e formas de vida. A subjetivação é produzida no campo social por meio de elementos institucionais, afetivos, maquínicos e políticos que entram em relação com o sujeito e produzem modalidades de existência. Nesse jogo de gestão e subjetivação, a liberdade é condição ontológica para a ética e pressupõe possibilidade de contestação às normas e limites que buscam assujeitar formas de vida da população.

Deleuze (2005, 2013) entende a subjetivação como uma dobra, relação de força de si consigo na relação com as normas enquanto regras facultativas, por meio da dimensão ética e estética da existência. Nesse sentido, o sujeito é efeito de um conjunto de processos de subjetivação e não um ser essencializado, dotado de estruturas a priori. O sujeito se torna possível a partir de políticas de subjetivação. Para além das forças que operam nos mecanismos de gestão sobre outras forças, a subjetivação implica também a inflexão de forças sobre o próprio sujeito. Isso significa o sujeito dobra sobre si códigos e normas instituídas, seja para se assujeitar, negociar, resistir, mais ou menos mediante a relação facultativa com essas normas, é dessa maneira que se dão os processos de subjetivação. Portanto, a ferramenta conceitual

subjetividade é estratégica para pensar os jogos de gestão que produzem limites e transgressões por meio de práticas que se conectam e avizinham no território do centro velho.

Foucault (2014), em “o sujeito e o poder”, apresenta uma das formas de análise das relações de poder instituídas: as transgressões. Por meio da atenção àquilo que emerge como transgressão e contestação é possível acompanhar os limites instituídos, ou seja, as transgressões iluminam os limites. É importante destacar que nesta investigação a ferramenta conceitual utilizada para acompanhar as formas de transformação de si, do espaço e práticas de liberdade é a transgressão. Foucault (2015b) usa esse conceito em texto de 1963, “Prefácio à Transgressão” em que, inspirado em Bataille, compreende a transgressão a partir do jogo duplo com o limite, interessando-se por “esse ponto, esse estranho cruzamento de seres que fora dele não existem, mas que transformam nele totalmente o que eles são” (p. 32).

Considerando esse duplo movimento que limita/organiza/fixa e ultrapassa/transgride/tensiona em uma “relação em espiral que nenhuma simples infração pode extinguir” (Foucault, 2015, p. 33), o conceito de transgressão se tornou ferramenta estratégica para acompanhar os jogos de ocupação/abandono, visibilidade/invisibilidade, barulho/silêncio nas formas de ocupação da cidade. Como discutem Foucault e Deleuze (1989), as ferramentas conceituais devem funcionar, “é preciso que sirva, é preciso que funcione” (p. 71). Além disso, considerando a dimensão empírica desta investigação no acompanhamento de movimentos artísticos e culturais que reivindicam a ocupação de espaços urbanos marcados pelo abandono e estigmatização, há uma afirmação política da dimensão de transvaloração que esse conceito introduz. Isto porque Foucault (2015b) pensou a transgressão da linguagem na literatura moderna, da sexualidade e da loucura, considerando a experiência de morte de Deus, inspirando-se em Nietzsche, Bataille e Blanchot. Há uma afirmação do finito ilimitado que não nega os valores, mas os conduzem aos seus limites, transpondo-os.

Assim, o conceito de transgressão também implica uma certa transvaloração nessa transposição, o que indica a afirmação política do uso do termo para pensar com movimentos artísticos e culturais que contestam formas de governo da cidade. As formas de tensionamento aos modos de gestão instituídos indicam ontologias do presente, ao passo em que anunciam aquilo que somos e estamos em vias de deixar de ser, por meio de práticas de liberdade que podem apontar outras formas de subjetivação no presente. Por isto, refletir como o presente se produz na relação com as políticas de gestão da vida que operam por meio de práticas governamentais e da ordem do cotidiano, permite à Psicologia considerar as formas de

subjetivação no presente, considerando o que Foucault chamou de novo, de atualidade (Deleuze, 2013).



### **3 ABANDONAR**

---



Este platô objetiva pensar sobre a gestão do espaço urbano do centro velho, considerando os limites que produzem esse território. Compreender modos de administração e regulação das áreas urbanas, sobretudo desse espaço, permite pensar as lógicas que o produzem e compreender os enquadramentos e regimes de visibilidade que o estabilizam, a fim de considerar os jogos de limite/transgressão. Para isso, situa-se como o centro velho se tornou o que é, por meio de um breve acompanhamento das formas de governo que o produziram — a partir dos estudos de Wladimir Kureda (2020), Ângelo Arruda (2001, 2002, 2016) e do documentário *T'amo na Rodô* (2020) — e de sua visibilidade em mídias locais, principalmente na *Campo Grande News* e *Mídia Max*. Compreender os enquadramentos desse território, pelo modo como é enunciado na aparição pública em mídias e pela população, contribui para entender o que a gestão do centro velho produz em termos de relações possíveis com esse espaço.

Na expansão da urbanização no interior do Centro-Oeste brasileiro, os traçados do bairro Amambai foram os primeiros de Campo Grande, em 1909. Seus limites foram delimitados pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e pelos quartéis militares inaugurados nesse período. No início do século XX, houve todo um investimento para a ocupação do bairro que se tornava moradia dos ferroviários que trabalhavam na companhia Noroeste do Brasil e dos militares abrigados no complexo militar da cidade. Nesta gestão do território urbano, o Código de Posturas de 1921 determinava a alocação gratuita para grupos que pretendessem residir na cidade (Arruda, 2001). A interiorização da urbanização, conforme explica Maricato (2013) passou pelo campo, subordinando o que era visto pela frente — terras indígenas, florestas, matas nativas e comunidades locais. Em Campo Grande as matas nativas e territórios dos povos tradicionais se transformaram em fazendas que se transformaram em lotes, quadras, casas, ruas, prédios, conforme escrito anteriormente.

As décadas que sucederam a urbanização foram de expansão da circulação de pessoas e mercadorias. Na década de 70 o bairro assiste à inauguração do Condomínio Centro Comercial do Oeste em conjunto com o Terminal Rodoviário Interestadual, o que marcou a urbanização do Centro-Oeste e se tornou um dos motivos para a elevação de Campo Grande ao título de capital do Mato Grosso do Sul, em 1977. A obra durou 09 anos, de 1967 a 1976. O local, de intensa circulação monetária, acompanhou e produziu impactos na organização política, econômica e cotidiana da cidade, engendrando modos de viver e relações no espaço urbano (Kureda, 2020). Tornou-se centro da vida urbana e comentar, hoje, sobre o local suscita

memórias sobre histórias de vida, uma vez que o mesmo mobilizou e influenciou os modos de vida de grande parte dos moradores de Campo Grande (T'amo na Rodô, 2018). Com dois cinemas, Cine Plaza e Cine Center, diversas lojas de departamento que inauguravam na cidade, restaurantes, lanchonetes, agências bancárias e serviço de transporte, o fluxo de urbanização da cidade passou pelo Condomínio e Terminal Rodoviário.

Como explica Magnavita (2013), nos territórios urbanos, em sua dimensão macro e micropolítica, experiências gestuais se acumulam na relação com saberes e poderes. O bairro Amambai e suas imediações marcaram o início da vida urbana de Campo Grande, com isso, subjetividades se engendraram nesse território existencial. Na relação com as políticas de gestão da vida urbana, modos de viver, memórias e sensibilidades se constituíram na relação com as estratégias governamentais do período. Entretanto, ao final da década de 80 os fluxos do capital pegaram condução para outras localidades urbanas e se iniciou um processo de declínio da região no que se refere ao fluxo de circulação comercial e de consumidores. Com essa mudança, começam a aparecer os efeitos dos novos arranjos comerciais que se engendram na cidade, tributários de modificações econômicas, sociais e subjetivas com reflexo nas políticas urbanas. Tem-se a inauguração do primeiro *shopping center* da cidade. Escritórios, lojas, agências bancárias foram se pulverizando e, com isto, abandonaram o prédio. Em 1996 a Ferrovia é desativada como resposta ao desinvestimento em transporte ferroviário no país. Posteriormente, nos anos 2000 ocorre a desativação do Terminal Rodoviário do bairro Amambai e a inauguração de nova rodoviária na cidade, afastada da região geograficamente central.

Inicia-se um processo de rompimento com a dicotomia centro/periferia, tributária da lógica neoliberal de fragmentação na organização espacial. Segundo Spósito (2001) com os rearranjos em relação à lógica centro/periferia, diferentes formas de objetivação das centralidades e periferias têm aparecido. Esse movimento de reorganização do tecido urbano produz uma cidade polinucleada que emerge em razão de novas estratégias econômicas relacionadas à locação de grupos comerciais e de serviços na cidade, o que cria condições para o aparecimento de novas centralidades (Junior & Santos, 2008). A intensa distribuição dos serviços e comércio pelo tecido urbano implica o possível e virtual abandono e desposseção de áreas da cidade, uma vez que os fluxos de capital se movem com velocidade nessa desconcentração. Passam a existir núcleos multicentrados, espalhados pela cidade e localizados em áreas outrora vistas como imune ao desenvolvimento urbano. Atividades que existiam



tradicionalmente apenas no centro, distribuem-se pelo tecido urbano com pontos de aglomerações comerciais e de serviços.

Apesar da proliferação de possíveis áreas comerciais, outro efeito da política neoliberal é a intensificação de problemáticas urbanas relacionadas à precarização da vida em termos de acesso ao transporte, cultura, serviços de saúde e proteção social (Maricato, 2013; Vainer, 2013). Em verdade, a ampliação da política neoliberal produziu efeitos na organização espacial das cidades, que se tornam fragmentos fortificados (Harvey, 2013). Carlos Vainer (2013) discute sobre a neoliberalização das cidades, que produziu reconfigurações no espaço urbano, considerando a relação entre Estado e capital. Como explicam Brida e Morozov (2019) as cidades ocupam espaço particularmente central na imaginação neoliberal. A inserção das cidades no mercado global, a reorientação de planejamentos e planos diretores das cidades para atender tendências do mercado e sua flexibilização, produziram novas relações entre cidade, capital e Estado, na esteira do que aponta Lazzarato (2019) sob o modo como o capital se desloca de território com indiferença, seguindo os fluxos de lucro. As forças produtivas se desenvolvem sob a condição de lucratividade e, portanto, com indiferença aos territórios/vidas pelos quais passam.

Em meio às complexas alterações urbanas, com suas estratégias de gestão da circulação e habitação do espaço urbano, o bairro Amambai passou por um processo de precarização. O território pujante e moderno de Campo Grande se desterritorializou e, ao se reterritorializar, tornou-se o espaço do centro velho, na medida em que as forças produtivas se subordinam ao lucro e territórios são expropriados. Com a desativação do Terminal Rodoviário, o Condomínio Terminal do Oeste se manteve em funcionamento, entretanto, já se encontrava em condição de abandono em termos de investimento econômico. Moradoras de rua passaram a se aglomerar no entorno do prédio que concentra, atualmente, o maior número de pessoas nessa situação em um mesmo espaço da cidade. O espaço, apesar de abandonado por certa modalidade de investimento, recebe outros fluxos comerciais: comércio clandestino de corpos femininos e de drogas, sendo o prédio conhecido como ponto de prostituição feminina e de abuso de substâncias ilícitas. Produz-se uma urbanidade errante, fora dos mecanismos legais de gestão do consumo. Conhecido como Antiga Rodoviária da cidade, o local passou a ser denominado cracolândia de Campo Grande pelas mídias locais e no cotidiano da população (Correio do Estado, 2019; Enfoque MS, 2019, Mídia Max, 2019). Em matéria (Campo Grande News,

2018b) se diz “o abandono tem transformado a região em um deserto e quem trabalha ou mora no local reclama da situação, que está longe de ser resolvida” (para. 07).

Vê-se lojas vazias, decadentes e usuárias de droga, moradoras de rua a pedir dinheiro nos semáforos próximos. Ao mesmo tempo, os chamados “heróis da resistência” (Campo Grande News, 2018c, para. 01.), mantêm seus comércios desde a década de 70 em funcionamento, apesar da baixa circulação de possíveis consumidoras para seus produtos. Loja de confecções, de decoração, de artesanato, cabelereiro, entre outras. Como afirma uma das vozes do documentário T’amo na Rodô (2018) *“quando a Rodoviária saiu daí, ninguém acreditava que o prédio pudesse se reerguer. Todo mundo apostava que até no final do ano não teria nenhum comerciante dentro do prédio”* [sic].

Memórias da população sobre os “tempos dourados” do prédio se misturam com a estética de degradação que o figura em sua materialidade. Em meio às ruínas arquitetônicas do prédio, que o torna quase inabitável em algumas áreas sendo recorrentemente interditado pelo Corpo de Bombeiros (Campo Grande News, 2018a, 2018d), gestos urbanos sobrevivem de alguma maneira, instaurando e misturando temporalidades. Comércios que sustentavam famílias grandes, hoje mal conseguem prover o sustento de um casal (Campo Grande News, 2018c). Saul, que concerta relógios, insiste em contestar o fim dos tempos dourados em que sua loja vivia cheia e conseguia manter três funcionários ocupados durante o dia. Ele contou ao Campo Grande News (2018c) que é chamado de herói da resistência por insistir em manter a loja em funcionamento em meio à precariedade imposta ao local. Nesta reportagem a síndica do prédio contou sobre a dificuldade em mantê-lo em funcionamento:

O estigma é muito ruim. Ao poder público cabe a ele ocupar as áreas dele. Os imóveis desvalorizaram mais de 50%. Ninguém quer investir no Amambaí. É uma região central que está totalmente desvalorizada (2018c, para. 06.).

Dos quase 300 boxes, mais de 60% é privado e conforme o documentário T’amo na Rodoviária mostra, face à ausência de política pública para revitalizar o espaço, os proprietários optam pela especulação imobiliária e aguardam o prédio valorizar em busca de lucro. As mídias locais corriqueiramente questionam o que será feito desse território agora que se tornou cracolância/velharia/abandono/precariedade. Como afirma Maricato (2013), a *terra urbana* continua refém do capital imobiliário e dos interesses privados. As liberdades pessoais de especular rendimentos fazem parte da gestão neoliberal dos territórios citadinos (Lazzarato, 2019).

Face aos jogos de gestão do espaço, o centro velho, expresso principalmente pelo bairro Amambai e pela figura da antiga rodoviária, produz-se como problema social. Os espaços degradados se dão principalmente pela não manutenção de espaços comuns, fechamento de plataformas públicas, especulação imobiliária, não cuidado com bens culturais e históricos da área e negligência com serviços básicos de infraestrutura por parte do Estado. Portanto, a gestão urbana foi produzindo esse território como espaço de abandono, o que produziu um regime de visibilidade que o objetiva como precário, perigoso e marginal, um problema social.



#### **4 OCUPAR**

---



As formas de gestão do território da antiga rodoviária permitem considerar as forças econômicas e políticas que produzem o abandono do centro velho, principalmente do bairro Amambaí, o que se expressa especialmente pela figura precária do prédio da antiga rodoviária, o Condomínio Central Terminal do Oeste. Na relação com os limites que organizam a gestão desse território, outros elementos começam a se conectar e interseccionar, indicando transgressões, contestações e rupturas com o abandono produzido. Em conexão a este modo de gestão, pensando com o “e” e “com” ao invés de “ou” (Deleuze & Parnet, 1988; Deleuze & Guattari, 1995), tem-se uma figura de pensamento que se orienta pelo múltiplo, de forma rizomática, permitindo com que os elementos se conectem sem necessidade de uma ordem linear ou estrutural.

Para Foucault (2014), uma das formas de análise das relações de poder é se voltar para as transgressões. Por meio da atenção àquilo que emerge como transgressão é possível acompanhar os limites instituídos, ou seja, as transgressões iluminam os limites. Esta cartografia se encontrou com as contestações produzidas pelo Imaginário Maracangalha e suas formas de reivindicar a cidade. As experiências desse grupo de teatro de rua se conectam e tensionam com os modos de gestão do Amambaí no centro velho, não como resposta causal, mas como conexão e rizoma não lineares que permitem acompanhar movimentos de contestação e jogos de limites/transgressões neste espaço urbano.

*“Queremos mostrar que o Amambaí não é apenas problema social”* [sic] gritou uma das vozes no microfone do Imaginário Maracangalha em aniversário de comemoração aos 91 anos do bairro mais antigo da cidade de Campo Grande. O cortejo impopular do grupo, passava durante o entardecer com flâmulas esvoaçantes e cores pulsantes em torno da Praça Cuiabá e trecho da Orla Ferroviária. A reunião de corpos-ideia (Maracangalha, 2020), palpitava com a presença dos instrumentos que faziam barulho em meio ao silêncio de vozes, pensamentos e canções na cidade onde o trânsito se encarregava da trilha sonora. Os corpos em meio às luzes dos postes noturnos que se acendiam com o apagar do céu, desenhavam multicoloridos no chão da praça e do asfalto. Fernando falava em um microfone portátil: *“Artigo 5 da constituição: liberdade de expressão”* [sic]. Outras vozes gritavam *“a cidade é nossa, vamos ocupar”* [sic], em tom melódico que acompanhava as batidas instrumentais. Os versos da canção composta pelo grupo e embasadas no universo dos autores entoavam nas bocas, produzindo movimentos, danças, gestos urbanos: *“abre essa porta, que esse risco no chão nos dê vida, derruba as fronteiras da rua que ninguém segura esse nosso cordão”* [sic].



Figura 7. Cortejo do Teatro Imaginário Maracangalha na Praça Cuiabá.

Fonte: arquivo pessoal.

Penso se o cortejo consegue inspirar os “moradores das ruas, das casas, dos comércios, dos butecos, aos passantes, os seres que ousam atravessar fronteiras sem medo de gente e com o pertencimento da liberdade que nos é de direito acima de tudo a se unir a soma de corpos que buscam transformar o espaço da rua” (Imaginário Maracangalha, 2017, para. 01), ou se as moradoras inclinam suas cabeças para olhar a rua através da janela buscando ver o cortejo passar ou se procuram um cômodo mais reservado ou até fone de ouvido para se afastar das vozes que impelem gritos e cantos na rua. Sobre o chão da rua passam pegadas que se entrecruzam aos rastros das vozes que contam da precariedade daquele território. São essas vozes que o Imaginário Maracangalha busca colocar para falar em suas ações na rua, misturando temporalidades e espacialidades por meio de cênicas performáticas, teatrais, musicais.

Em 2018 um cortejo do grupo cênico-teatral abriu a estreia do documentário T’amo na Rodoviária. Em nove capítulos o longa-metragem conta sobre isto que se chama Antiga Rodoviária por meio de histórias de vida com depoimentos e imagens do prédio e seus eventos.

O documentário reuniu fotografias, vídeos e relatos que se produziram durante 10 anos, pelo Coletivo T'amo na Rodô, composto por pessoas ligadas ao audiovisual e às artes na cidade. Através dos relatos de pessoas que trabalham e tem conexão com o prédio, são descritas imagens de um por vir da Antiga Rodoviária. Vozes dos comerciantes pensando sobre o que aquele local poderia se tornar: posto de saúde, loja de colchões, *shopping*, prefeitura, um Departamento Estadual de Trânsito - Detran, o camelô, um centro cultural, colégio, creche, um bloco colorido, uma grande praça de alimentação, um teatro com apresentação de circo, entre outros possíveis.

Alguns depoimentos encenados são de mulheres que buscaram construir um espaço cultural urbano no local. Circulava a notícia de que a associação das proprietárias dos imóveis buscava pessoas que desejassem instalar comércio ali por meio do pagamento de um aluguel simbólico, com valor acessível. O objetivo desse investimento era incentivar a ocupação do prédio. Então, abriram pequenos negócios alternativos e formaram um espaço comum voltado aos eventos alternativo-urbano:

Nosso objetivo era trazer a galera, abrir espaço para novos artistas, . . . tinha aula de break, a gente chegou a ter aula de inglês, fizemos uma festa a fantasia para reformar o telhado. A gente tinha vontade de abrir essas portas todo final de semana, sabe, fazer bazar, fazer feira, fazer festa, arrecadar grana pro prédio mesmo, pintar isso aqui, . . . Mas, de repente acabou: “a gente não quer mais brincar com vocês” (T'amo na Rodô, 2018).

Nesse período aconteceu o primeiro Sarobá, movimento criado entre artistas locais “*que surgiu no boteco, onde também surgiu o movimento de carnaval de rua em Campo Grande*” (Imaginário Maracangalha, 2015). O Sarobá ocupou, literalmente, a rua no entorno do prédio da Antiga Rodoviária. O nome do evento é homenagem ao poeta modernista corumbaense Lobivar Matos. Apesar de o modernismo brasileiro ser associado exclusivamente à Semana de 22 em São Paulo, o movimento também se deu em diferentes localidades no país, como no Pantanal mato-grossense. A obra Sarobá tem em seu nome alusão ao território periférico e de difícil acesso em que povos negros, mestiços e indígenas foram alocados após a guerra do Paraguai. Ali aconteciam rodas de samba, eventos musicais e de cultura popular conhecidas pela festividade e alegria.





Figura 8. Evento Sarobá do Chapéu na antiga rodoviária em 2015.

Fonte: Blog Imaginário Maracangalha, 2015. Recuperado de <http://imaginariomaracangalha.blogspot.com/p/saroba.html>

Portanto, a denominação Sarobá pretende resgatar essa dimensão festiva em meio à precariedade da vida e fortalecer formas de reunião de corpos nas ruas, no espaço comum de encontro. “*Na rua não tem camarote, na rua todo mundo se iguala, a criança, o adulto, o idoso, a mulher, o pobre*” [sic]. Diante da precariedade do prédio e seu entorno a ocupação com arte, musicalidade e festividade se tornou uma estratégia política de ocupação do espaço urbano, transpondo os limites do abandono imposto ao território. Na rua, no asfalto, com cadeiras e mesas, rodas de cantigas e sarau a céu aberto, o Sarobá transformava a rua em espaço de encontro, acontecimentos e alianças. Tomava a rua não como espaço do medo do assalto, da violência, pois “*quando tem arte, tem gente bacana, tem alegria e não tem violência*” [sic].

Nessa esteira, o Coletivo T’amo na Rodô também aposta na ocupação de espaços precários da cidade e se conecta com diferentes grupos de artistas na cidade ligados aos movimentos alternativos urbanos. Um dos projetos é o TransCine, “*que nasceu nos corredores do Condomínio Comercial do Oeste (Antiga Rodoviária) e percorre locais estigmatizados provando que qualquer local pode ser um ponto de exibição se assim desejado*” (Santos, 2015). O TransCine aposta na transformação da visibilidade dos espaços, criando zonas de aparição para experiências outras. Os materiais audiovisuais exibidos costumam ser de artistas locais, vinculados às experiências da comunidade.

Outros eventos aconteceram no período, como a festa Ziriguidum, festa à fantasia e pequenos *shows* de artistas locais que iluminaram o espaço precário com arte e festividade.

Entretanto, tensões marcaram essa ocupação e a administração do prédio interrompeu os eventos. Ao explicar sobre a interrupção do aluguel para pessoas ligadas à arte de rua, uma das organizadoras do evento enunciou a fase: Mas, de repente acabou: “*a gente não quer mais brincar com vocês*” [sic], referindo-se à postura da administração do prédio, como citado anteriormente. Essa frase funcionou como primeiro indício para considerar certa postura na relação com grupos que buscam ocupar o prédio da Antiga Rodoviária. O indício é um elemento que indica uma singularidade, um rastro a ser seguido. Não é um elemento pequeno que compõe um todo, mas um evento cotidiano, trivial que sai de uma zona de opacidade para se tornar um acontecimento (Bernardes, 2018), como efeito de um conjunto de articulações e se torna perceptível a partir de sensibilidades produzidas no percurso de investigação, bem como permite seguir rastros para outros indícios.

Apesar do incentivo (por meio de um aluguel simbólico para abertura de pequenos comércios) à ocupação do prédio, quando certas modalidades de ocupação acontecem alguns limites se produzem. Não são todas as formas de ocupação e vida que podem *brincar* ali. De certo modo, o movimento, barulho e festividade desses grupos produziram incômodos na ordem do espaço. Os grupos que ocuparam a Antiga Rodoviária com intervenções artístico-performáticas, ao iluminarem o espaço, encontraram-se com um limite outrora virtual: o imperativo pela desocupação.

Esses diferentes grupos — o Imaginário Maracangalha, os envolvidos no Sarobá, o Coletivo T’amo na Rodô, etc — produzem outros enquadramentos (Butler, 2015) em territórios precários e abandonados, por meio de suas intervenções artísticas. Intervenções que se tornam possíveis na aliança entre corpos, ideias, coletivos e propostas. No *blog* do grupo Imaginário Maracangalha, a Antiga Rodoviária é apresentada como:

Retrato do abandono e da ausência do Estado, porém, lugar também habitado por moradores da cidade, gente. Acreditamos que o direito a cidade é viável e estamos aí para isso mesmo, transformar, somar, construir derrubando paredes e muros erguendo outro mundo possível (Imaginário Maracangalha, 2017, para. 02).

Apesar do abandono, mundos possíveis são suscitados. A discussão de Foucault (2015a) sobre transformações nos espaços urbanos contribui para pensar essas experiências outras. O autor pensa sobre a experiência de espaço produzida no Ocidente que entrelaçou tempo e espaço, para considerar espaços outros, heterotópicos. O espaço, no pensamento ocidental, foi organizado por redes de saberes que o delimitaram e formalizaram, mas há uma espécie de fora

dos territórios estratificados em que vivemos. Foucault (2015a) os denomina de heterotópicos, são lugares outros, cujo funcionamento contesta a espacialidade instituída. As heterotopias possuem dinâmicas complexas e não generalizáveis nas quais está em jogo a produção de fissuras espaço-temporais e a criação de um espaço outro, ora mais, ora menos transitório e que assume temporalidades heterogêneas. Diferentemente das utopias, que não possuem lugar real, as heterotopias possuem localização geográfica e fazem parte, de forma concreta, de uma sociedade. São “espécies de utopias realizadas nas quais todos os outros sítios reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos” (Foucault, 2015a, p. 415).

Para o autor, as heterotopias costumam se relacionar com pequenos rasgos temporais, rupturas com a tradição temporal instituída, denominadas de heterocronias, um dos princípios heterotópicos. Algumas modalidades de heterotopias são mencionadas enquanto explica sobre esse quarto princípio que a compõe: como os museus característicos do século XIX, onde o tempo se acumula e se empilha sobre si mesmo; nas feiras em que o tempo se mostra transitório, passageiro, fugaz; e nas aldeias de férias, que seriam espaços onde o cidadão experimenta a abolição temporal, rompendo com a lógica do tempo nas cidades.

As heterotopias podem permitir considerar a constituição de um espaço outro, o qual transgride limites instituídos pela produção tempo-espacial. Esses espaços, ao produzir fissuras na ordem instituída, permitem considerar formas de subjetivação que indicam ontologias do presente, considerando formas de vida engendradas no movimento de contestação da gestão. A experiência espaço-temporal funciona como modo de gestão da vida ao passo que produz formas de relação com o tempo, espaço, aceleração, contração, movimentos temporais e espaciais. Jacques et al., (2017), pensando sobre as cidades contemporâneas na esteira das discussões de Foucault, falam sobre gestos urbanos que funcionam como movimentos aberrantes produzindo fissuras na linearidade positivista do tempo, com sua cronologia linear e associada à ideia de progresso. Esses gestos compõem a experiência heterotópica e o corpo heterotópico que se transforma, transgride.

Pasqualino Magnavita (2013) discute sobre os gestos urbanos, afirmando que são compostos por ações, velocidades, lentidão, sendo “uma expressão corporal perceptiva e afetiva” (p. 210). A gestualidade é agenciada por estratos formados socialmente em determinado tempo histórico. Assim, há uma espécie de território gestual produzido na relação entre saberes e poderes, forças e formas que se acumulam ao longo do tempo. Os gestos dizem

respeito aos modos de vida, como a gestualidade da frieza técnica de algumas relações ciberespaciais ou a violência gestual urbana mobilizada pelo medo de determinados grupos populacionais, entre outros. Os gestos são corpográficos pois se produzem na relação corpo/cidade. Pensando o jogo de transgressão e limite na cidade, começa a ser possível compreender que os gestos urbanos outros instauram experiências heterotópicas transgressoras às lógicas instituídas, ou seja, há tensões entre as micropolíticas que se instauram e a gestão de Campo Grande.

\* \* \*

*O cortejo do Imaginário Maracangalha costurou as ruas do Amambai desde a Praça Cuiabá até o bar Bola Sete, em frente da Antiga Rodoviária. Uma chuva começou a descer do céu noturno e ser recebida pelos corpos, batuques e flâmulas que caminhavam em passos dançantes e ritmados. O cortejo se apressou para entrar debaixo da varanda do bar, onde a área coberta o aguardava. Quando parecia que todos os corpos buscariam alguma espécie de teto, telhado, proteção dos respingos, uma dança sob o chuvisco, agora mais fino, fazia-se performance na rua. Uma moradora de rua dançava de forma suave, a encantar. Gestos dançantes de um corpo de intensa magreza, cujas formas remetiam à intensa precariedade, irrompiam no espaço-tempo comum se guiando pelo ritmo que ecoava da varanda do bar. Havia uma beleza no corpo que dançava sob a chuva entremeada pela luz amarelada dos postes do bairro. Outros enquadramentos se engendram e gestos de olhar contemplativo se voltam para a dança que se fez intervenção performática. O corpo que vive na rua, nessa fissura heterotópica, deixa de ser o corpo que nos trancafia na própria sala. O corpo no qual tropeçamos e desviamos nas andanças pela cidade. Para além de um corpo louco, drogado, enquadram-se novas comoções, sensibilidades e na cena do reconhecimento, outras gestualidades irrompem. Fissuras na ordem do não reconhecimento de uma vida.*

\* \* \*

As gestualidades que de alguma maneira escapam àquilo que se espera em sua inventividade produzem desterritorializações gestuais. Entende-se que nestes espaços heterotópicos os gestos urbanos produzem uma espécie de desvio na ordem urbana. Como excessos, as intervenções artísticas instauram outra conformação espaço-temporal tal como ao

produzir outro enquadramento em relação aos corpos que vivem na rua e em território marcado pelo abandono de algumas vidas.

Outro modo de desvio na ordem citadina produzida por grupos que acompanhei se dá quando de suas intervenções performáticas, instaurando outras corpografias. Em uma foto de um dos integrantes do grupo Imaginário Maracangalha que está em meio às águas da fonte decorativa localizada no centro da Praça Ary Coelho, debaixo do Sol, com a legenda *desobedeça*, produzem-se outros enquadramentos por meio da visibilidade das performances na cidade. Essa produção de outro enquadramento inaugura uma zona de aparição e visibilidade. Isso é importante, pois na aparição e na experiência performática e corpórea de aparição nas plataformas públicas o sujeito se constitui como político, como explica Butler (2015, 2018). A publicização desses gestos outros instaura processos de exterioridade que permitem que esses espaços heterotópicos afetem, sejam visíveis, iluminados e impactem as formas de apreensão de vidas.

Se o espaço é marcado pelo abandono, a produção de visibilidades tensiona o jogo de gestão. Nisso, ocupar pode se tornar uma contestação ao abandono, transgressão ao abandono. Na ocupação, há criação de zonas de aparição e visibilidade para as vidas abandonadas e para as experiências heterotópicas produzidas. Ao iluminá-las novos limites aparecem com fronteiras e problemáticas relacionadas aos modos de ocupação do espaço e a possibilidade de ocupação. As singularidades, enquanto resistências, produzem novas figuras de luz (Levy, 2011). Ao passo em que novas singularidades iluminam um espaço, de certo modo já formalizado enquanto espaço de abandono, novos problemas emergem, pois há rupturas, descontinuidades e abalos no regime de visibilidade instituído. A tensão limite/transgressão indica um jogo relacionado à própria gestão da visibilidade e invisibilidade. A produção de regimes de visibilidade se dá micropoliticamente por meio de rupturas microfísicas e moleculares nos territórios.

Em 2018 uma das intervenções do grupo aconteceu em meio ao início de noite na Orla Morena. A ação ceno-poética denominada *Areôtorare - o verbo negro e bororo do índio profeta* visitou ruas, praças, feiras e terminais de ônibus, inspirada nas obras de Lobivar Matos, escritor modernista do Mato Grosso do Sul que abordava questões que atravessam vidas até hoje, como desigualdade, preconceito e desenvolvimento econômico, sob a perspectiva de trabalhadores, negros e povos tradicionais. Com trajes brancos, pandeiros, batuques e um megafone em punho

e uma flâmula com o nome de Lobivar Matos, iniciaram a intervenção recitando o texto do escritor e poeta, Manifesto à Minha Gente, de 1935.

Foram-se os tempos em que eles faziam da arte um divertimento espiritual, falavam de si, de suas tristezas, de suas mágoas, de seus amores, de suas emoções. Tudo em formas apropriadas, em quartetos de rimas ricas ou sonetos metrificados a rigor. Hoje os poetas refletem as revoltas, as durezas amargas da época e do meio em que vivem. Quebrando os velhos moldes, abandonando os temas irrisórios, dando largas ao pensamento livre, os poetas da geração moderna têm a obrigação de falar das coisas humildes, dos dramas cruciantes dos miseráveis, dos desgraçados, dos párias sem pão, sem amor e sem trabalho. Esse é o papel dos poetas da minha geração.



Figura 9. Intervenção cênico-performativa “Areôtorare - o verbo negro e bororo do índio profeta” do Teatro Imaginário Maracangalha na Orla Morena.  
Fonte: Facebook\Fernando Cruz, 2018.

Conforme a intervenção se iniciou, os corpos artistas caminhavam pela Orla, fazendo com que aqueles que os assistiam se sentissem convidados a caminhar e segui-los na ação cênica, bem como faziam com que outros corpos os percebessem e acompanhassem. “*Na rua não tem camarote, na rua todo mundo se iguala, a criança, o adulto, o idoso, a mulher, o pobre*” [sic]. Como explicado anteriormente, para Butler (2018) a ocupação das ruas pode produzir espaço de aparição, uma zona de visibilidade para possíveis demandas por condições de vida, o que torna a ocupação da rua um elemento estratégico para a gestão da vida na cidade.

O repertório do grupo é marcado pela conexão com os povos tradicionais do Brasil, considerando a luta pela retomada de terras indígenas e pela preservação da cultura desses povos no Brasil. Essa aposta surgiu da conexão com a realidade local, como explica Fernando Cruz (2020) do Imaginário Maracangalha: “*Campo Grande é uma cidade ruralista, um grande*

*espaço do agronegócio, coronelista. Um dos lugares onde mais se mata índio. Nos últimos 10 anos tivemos mais de 300 lideranças indígenas assassinadas no estado” [sic].*

Na relação corpo/cidade, esses artistas trazem em seu repertório oral, gestual e corporal elementos da história, tanto do espaço sobre o qual pisam o chão quanto de elementos que dizem respeito a vidas precárias em nossa sociedade e as histórias que não são contadas nos jornais. A conexão com essas vidas é expressa em carta aberta e coletiva do XXI Encontro da Rede Brasileira de Teatro de Rua (2017) compartilhada pelo Imaginário Maracangalha.

Pelo fim da censura e da perseguição de povos indígenas, negr@s, LGBTTs, mulheres, religiões de matrizes africanas, d@s artistas de rua e trabalhador@s da Cultura, população em situação de rua, campones@s e sem terras, refugiad@s, ambulantes, periféric@s e tod@s @s oprimid@s. Que as Margens não se calem e não se deixem ser caladas.

Criar visibilidade para essas vidas e corpos é construir outro campo político, tensionando a gestão urbana. O espaço público ou visível funciona como plataforma de testemunho e tecnologia fundamental para a publicização de performances (Butler, 2015), permitindo explicitar sujeitos políticos que reivindicam reconhecimento de suas vidas. O encontro com esses diferentes corpos e produções subjetivas pode ser uma maneira de despossessão de identidades unitárias, bem como das sujeições que fixam essas identidades. Para Safatle (2015), estar diante daquilo que nos despossui, desestrutura e desfaz tem importante implicação política. Nesse sentido, ser despossuído é uma política de vida que afirma a interconexão entre corpos e a transformação de si, produzindo outras ontologias.

É válido destacar que as diferentes categorias identitárias – mulher, negra, trans, migrante, trabalhadora etc. – são forjadas por meio de um conjunto de tecnologias que produzem concepções ontológicas sobre os sujeitos, estabilizando-as em identidades. Isso não significa recair em uma perspectiva identitária da performatividade social, como se os sujeitos fossem assujeitados às normas e identidades. Nesse sentido, a identidade não é essência ou fruto da natureza humana, mas efeito de jogos de poder que criam ontologias corpóreas a partir de marcas/sinais biológicos e sociais, ou seja, das marcas identitárias. Butler (1998) entende as categorias de identidade não são apenas descritivas, mas normativas e exclusivistas na medida em que buscam afirmar uma unidade. Ao diferenciar uma “política de identidade” e uma “política de coalização”, a autora entende que a primeira busca produzir unidades, enquanto a segunda diz respeito ao engendramento de alianças a partir de marcas e sinais comuns.

Enquanto efeitos, as identidades se produzem através de marcadores que valoram as vidas. Assim, o uso de categorias identitárias pode ser estratégico em lutas políticas na medida em que singularizam e demarcam diferenças entre necessidades e pautas. Isso é importante uma vez que as tecnologias de governo da vida operam com noções identitárias para regular e gerir as vidas vivíveis e matáveis, por meio de políticas de reconhecimento (Butler, 2018; Mbembe, 2003), sobretudo a partir da intersecção de raça, classe e gênero (Davis, 2018) que operam como eixo de segmentação identitária no mundo colonial-patriarcal-capitalista (Preciado, 2020). Portanto, é possível utilizar categorias identitárias sem afirmar um identitarismo que naturalize identidades fixas, a fim de reconhecer diferenças e considerar intersecções e vínculos comuns entre categorias, sempre provisórias e incessantemente produzidas, performadas.

Em relação aos grupos acompanhados, no modo de enunciação e na construção corpórea performática que produzem cenas interventivas, são diferentes expressões, conexões, temporalidades que engendram as experiências no espaço, de forma efêmera, gestual, durante a intervenção cênica. Os gestos são concebidos como provisórios, não reproduzíveis. A performance corpórea não se materializa em *pele de imagem*, tal como a escrita (Kopenawa & Albert, 2015), mas se dá por meio de movimentos que produzem experiências efêmeras que dizem respeito a certa modalidade de vida, como memórias e as narrativas que precisam se fazer presentes e atuais como modo de ação política. A visibilidade destas narrativas e experiências na cidade instauram um espaço heterotópico, em que há uma fissura aberta pelos gestos performáticos. A arte produz afetações ao criar zonas de visibilidade e os gestos artísticos e políticos transgridem a gestão do espaço urbano, ao passo que instauram a aparição de experiências outras e vidas não reconhecíveis e não vivíveis.

O chão do Amambá assistiu mundos findarem e se iniciarem, bem como vidas precárias o habitarem. Como forma de reagir e insistir nesse espaço e nessas vidas, os coletivos acompanhados produzem outras experiências gestuais na cidade. Isso inspira a considerar uma relação ética com o chão que habitamos como discute Lepecki sobre uma política do chão (2013), com as vidas que deixaram suas marcas e histórias registradas nos prédios da cidade: em seus muros, edifícios, calçamentos, arquitetura. Nesse sentido, *a memória é uma ação política*, pois entra em jogo certo acolhimento das histórias, dos modos de vida que se findaram, mas ainda existem por meio de gestos urbanos que instauram outras temporalidades em uma heterocronia na cidade. O espaço na concepção de Milton Santos (2008) é “um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das



coisas fixadas na paisagem criada” (p. 173). Enquanto plataforma de aparição pública, o território enquanto testemunho se torna terreno para sujeitos se explicitarem, tornarem-se visíveis e se constituírem como sujeitos de ação, como discute Butler (2018), sendo o corpo o elemento por excelência do movimento de se tornar público e exigir respostas éticas para a precariedade da vida.

O Imaginário Maracangalha, ao ocupar a rua de território que testemunha abandonos e precariedades, produz heterotopias com sua arte, incitando outros enquadramentos e modos de apreensão do espaço. O espaço heterotópico, ao produzir uma experiência alteradora, transgride limites delineados pelo campo de possibilidades instituído, pelos enquadramentos instituídos. As intervenções artístico-culturais apostam politicamente na proliferação de vozes e pautas de grupos identitários precarizados, por meio da produção de afetações e sensibilidades nessas zonas de visibilidade engendradas. Esse movimento de mostrar que o Amambaí não é só problema social, tensiona e contesta enquadramentos que produzem formas de visibilidade do território do centro velho e da população que passou a ocupá-lo, como moradoras de rua e usuárias de drogas.

Butler (2018) pensa os enquadramentos ao discutir sobre as formas de apreensão das vidas, considerando normas explícitas ou tácitas que condicionam a inteligibilidade das vidas, sobretudo da corporeidade. Os enquadramentos regulam o perceptível em relação a um conjunto de imagens e narrativas, com isso produzem modos de apreensão ou reconhecimento da vida. Algumas vidas são reconhecidas como vidas vivíveis, outras apenas apreendidas como vivos. As respostas afetivas para o reconhecimento ou não de uma vida se articulam com os enquadramentos. Essas respostas se relacionam com os enquadramentos de quais vidas são passíveis de proteção, luto e comoção e quais não são sequer reconhecidas como vidas, apenas vivos passíveis de um luto episódico e marginal (Butler, 2018, 2019). Destaca-se que os enquadramentos são em si próprios instáveis e nunca integralmente estabilizados. Encontram-se em disputa permanente.

Considerando o exposto, a gestão do emolduramento do centro velho produz regulação das respostas afetivas e de reconhecimento em relação às vidas. Tomando a cidade como modo de gestão da vida, os enquadramentos produzidos sobre certos territórios se inserem no jogo de regulação das vidas. A gestão do emolduramento do centro velho produz regulação das respostas afetivas de comoção e exercício ético com o espaço, com a população. O jogo que enquadra o Amambaí em regime de visibilidade precário, desinvestido pelo comércio legal e

abandonado por fluxos comerciais é tensionado por práticas corpográficas de coletivos como o Imaginário Maracangalha, TransCine e artistas locais. Iluminar vidas não reconhecíveis pelo esquema valorativo de inteligibilidade — vidas negras, indígenas, migrantes, trabalhadoras, transgêneras — produz fissuras na gestão instituída. As normas que gerem o reconhecimento dos corpos afetam o acesso às infraestruturas, plataformas públicas e suportes coletivos existentes no espaço público.

Pensando os jogos de transgressão/limite, essas experiências heterotópicas começam a iluminar o movimento de contrição dos limites que operam na gestão urbana, como quando eventos artísticos são impedidos de seguir acontecendo. Essas experiências heterotópicas que contestam o abandono também iluminam a existência de modos de gestão que perpassam e regulam quais vidas são passíveis de serem iluminadas e habitarem zonas de aparição. De forma micropolítica e molecular os gestos corpográficos instaurados pelo Imaginário Maracangalha, pelos grupos que produzem o Sarobá, TransCine e eventos artísticos no centro velho, sobretudo no Amambá e na antiga rodoviária, criam zonas de visibilidade e afetação. Essas zonas, ao se produzirem como espaços heterotópicos, visibilizam experiências outras, errantes e voltadas às reivindicações de vidas não reconhecíveis, de vidas precárias. Vidas que moram nas ruas, vidas de trabalhadoras, de pobres, de negras. Vidas que esses grupos artísticos iluminam por meio da arte, exteriorizando existências.

Então, formas de insistência na ocupação desse território e reivindicação de outros enquadramentos entram no jogo transgressão/limite, mostram como práticas corpográficas tensionam limites que gerem o reconhecimento das vidas e os enquadramentos dos territórios, bem como o modo que heterotopias são produzidas nessas transgressões como forma de contestação e insistência no tensionamento dos enquadramentos. Portanto, para investigar esses jogos transgressão/limite, o Imaginário Maracangalha se torna figura a ser acompanhada em seus movimentos urbanos de reivindicação e produção artística.



## 5 ILUMINAR

---

***Iluminar:*** verbo transitivo. Alumiar, clarear com luz viva. [Figurado] Esclarecer, ilustrar, ensinar. Aconselhar, inspirar: ilumine-me Deus. Ilustrar, civilizar: grandes pensadores iluminaram a Europa. Adornar, realçar: lindos sorrisos lhe iluminavam o rosto. Ornar com iluminuras (Dicio, 2020).



Figura 10. Mapa do deslocamento da antiga rodoviária para o vagão Larica's da Lu.  
Fonte: Adaptada de Google Maps, 2020.



Figura 11: Registro do vagão Larica's da Lu na travessa Noroeste.  
Fonte: arquivo pessoal, 2019.

Pela Antiga Rodoviária e o acompanhamento da gestão que produz o centro velho – marcando-o pelo abandono e precariedade – apoiando-me nas seguintes ferramentas conceituais: transgressão, subjetividade e heterotopia, o encontro com o Imaginário Maracangalha me permitiu voltar a atenção às formas de contestação dos enquadramentos que precarizam territórios e existências. A conexão com o Imaginário Maracangalha possibilitou bifurcar a própria relação com esse grupo que passou a 1) compor o campo de investigação para tensionar o pensamento por transgressões e insistências; e 2) passou a inspirar metodologicamente esta cartografia. O teatro de rua se produz na relação com a realidade e seus elementos empíricos: banco, rua, pessoas, transeuntes, moradoras de rua, diferenças. Produz-se com e na cidade, em uma relação imanente entre artista/cidade, roteiro/improviso e na própria relação e encontro dos limites urbanos e das contestações que se produzem na atualização dos modos de ocupar a cidade. Na estratégia do Teatro de Rua existe uma produção da artista sobre si, como motor para ação, que se torna possível apenas na relação com a realidade, no encontro com as pessoas, com as ruas, com o clima etc. É por essa razão que ações teatrais de rua muitas vezes não são antecedidas de avisos, funcionando como uma arte do dia-a-dia, mais do que uma arte do espetáculo.

Considerando o conhecimento como acontecimento empírico, como entende Adilbênia Machado (2014), a metodologia de ocupação da cidade pelo teatro de rua inspira a adoção de estratégia metodológica: percorrer a cidade a partir dos movimentos da própria cidade. Movimentos dos grupos que a ocupam, atualizam usos por meio de apropriações, improvisos e invenções de novas articulações corpo/cidade. As corpografias artísticas do Imaginário Maracangalha percorrem diferentes pontos da cidade, mas reivindicam a iluminação do centro velho como plataforma vivível e habitável. Seguiu, então, com esse grupo de teatro de rua, com seus cortejos iluminados, coloridos e festivos, atentando-me aos caminhos percorridos pelo grupo, os eventos realizados e intersecções com outros coletivos urbanos (T'amo na Rodô, TransCine, MSTs, Economia Solidária, etc). Constituí rizoma com grupos que intervêm na cidade: grupos de *slam*, de teatro de rua, de performance urbana, de músicos, de artistas.

Percorrendo corpograficamente a cidade com o Imaginário Maracangalha, o itinerário de pesquisa se encontrou com o vagão Larica's da Lu, localizado a algumas quadras da Antiga Rodoviária. Caminhando com a questão de pesquisa para compreender avizinhamentos entre práticas que indicam tensões entre limites/transgressões, o movimento atencional cartográfico pousou a atenção nesse vagão. Esse encontro permitiu acompanhar heterotopias que engendram

outros regimes de visibilidade em plataformas públicas centrais, iluminando iniciativas de higienização da cidade que compõem limites de administração da vida.

Em 2012, foram construídos doze vagões pela prefeitura em trecho da Orla Ferroviária próximo à avenida principal da cidade. Em formato de vagão de trem, as salas comerciais foram construídas no trecho que marca, de certa forma, a divisão entre centro velho e centro popular comercial. O objetivo anunciado pelo secretário de obras do Município era para que se tornassem empreendimentos e recuperassem aquela área. A busca por circulação de consumidores se utilizou da ideia dos vagões como figura histórica da Ferrovia, sendo a circulação comercial em patrimônios históricos elemento estratégico das revitalizações dos centros urbanos (Jacques et al., 2017). Enquanto empreendimento, o objetivo era privatizar o espaço, condicionando sua ocupação à possibilidade de consumo<sup>4</sup>. Entretanto, os vagões atraíram grupos alternativo-urbanos que conseguiam se relacionar com o espaço pouco iluminado em área central considerada abandonada/marginalizada e habitado por moradoras de rua e usuárias de droga.

Como resposta à falta de apoio na infraestrutura e sensação de insegurança por parte dos proprietários dos demais vagões, em 2015 apenas o vagão “Estação Urbana” se manteve em funcionamento. Sua lógica de funcionamento contornava a produção de sensação de medo e insegurança, conseguindo estabelecer relação com a população que habitava aquele trecho da Orla Ferroviária. O vagão promovia feira, às quartas-feiras, com performances, música, cinema na rua e comércio de ambulantes com artesanato e alimentos. O projeto que durou um ano, optou pelo fim em razão da “truculência das constantes abordagens policiais” (Secure, 2019, para. 03). Para esse coletivo, a insegurança não advinha da relação com os corpos de moradoras de rua e usuárias de droga, mas das abordagens policiais. Com essa desocupação, outros corpos começaram a ocupar o vagão: moradoras de rua que passaram a dormir na estrutura. Como resposta e parte de um projeto de revitalização do centro urbano de Campo Grande, o vagão Estação Urbana e outros vagões “desocupados” foram retirados pela prefeitura em 2018 e substituídos por monumento de locomotiva para homenagear a história da cidade, marcada pela passagem da Ferrovia NOB96 até a década de 90. O enorme monumento marcou a estética como turística, voltada mais para espetacularização daquela área do que para a possibilidade de ocupá-la, habitá-la.

---

<sup>4</sup> No urbanismo, essa forma de política urbana é denominada “top down” para designar intervenções que criam espaços espetaculares com investimento de parcerias público-privada, incentivos fiscais e verbas governamentais sem haver, de fato, uma consulta às pessoas que vivem a cidade no cotidiano (Rocha & Reis, 2017).

Dos 12 vagões, a estrutura de seis foi mantida. Em 2016 o vagão Larica's da Lu abriu com proposta semelhante ao vagão Estação Urbana, estabelecendo conexões com os mesmos grupos que o produziam e ocupavam. Frequentado por artistas de rua, universitárias, trabalhadoras, mulheres negras, performers, pessoas LGBTQIA+. Era aberto para encontros de movimentos sociais, categorias profissionais e rodas de conversa sobre diferentes pautas emergentes e urgências: feminicídio, homofobia, visibilidade lésbica, racismo etc. O acesso era gratuito, ainda que funcionasse como bar e lanchonete onde alimentos e bebidas eram comercializados. Funcionando de terça-feira a domingo, das 18h às 23h, o espaço se tornou conhecido pela produção artística e enquanto espaço cultural alternativo urbano. O vagão passou a produzir uma experiência coletiva no espaço público, ao invés da experiência de empreendimento privado, como a gestão urbana pretendia, o que produziu tensionamentos. Um dos meus primeiros encontros acompanhados nessa cartografia entre o Imaginário Maracangalha e o vagão se deu em dia de reivindicação pela permanência/existência do vagão que se afirmava enquanto político, cultural e artístico em Campo Grande.

O encontro se deu na tensão da operacionalização do jogo limite/transgressão nesse território. No dia nove de abril de 2019, às 17h45min chegou ao vagão “uma notificação da SEMADUR de 3 (três) linhas, informando a proprietária Luanna Peralta Rabelo, a Lu, que a mesma teria 12 horas para retirar seus pertences e utensílios de dentro do vagão A verde pois o mesmo seria removido” (Secure, 2019, para. 01). Como resposta à notificação, o vagão amanheceu ocupado com intervenções artísticas e assim permaneceu até o anoitecer com apoio de diferentes grupos musicais, teatrais e performáticos da cidade que se revezaram durante o dia para manter o espaço ocupado, movimentado, visível.





Figura 12. Evento #salveolaricas no vagão Larica's da Lu.  
Fonte: Facebook\Salve o Laricas, 2019.

Inspirando-me em Butler (2018) e Davis (2016, 2018), analiso que as alianças e intersecções coletivas entre diferentes corpos, grupos e pautas políticas permitiram fortalecer a afirmação daquele espaço, além de produzir redes éticas de solidariedade na luta por liberdade. Nesse jogo de poder, a resistência produziu efeitos e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano - SEMADUR não retirou o vagão Larica's da Lu, apenas os demais. A tentativa de retirada do vagão ilumina limites que operam na possibilidade de ocupação desse espaço. Essa tensão entre permanência/exterminio do espaço permite interrogar as lógicas de gestão da cidade, mais especificamente do centro velho. Em trecho do abaixo-assinado postado pelo vagão nas mídias sociais quando do acontecimento, tem-se:

(...) O vagão é um dos poucos estabelecimentos que ainda fomenta e abre as portas para a cultura e arte independente, rodas de conversas e movimentos sociais de maneira democrática e sempre gratuita. Por acreditarmos que esta ação é arbitrária e faz parte do plano de photoshop social (higienização e gentrificação) da cidade, nós, clientes, amigos e amigas, frequentadores, familiares, artistas e apoiadores do Larica's da Lu repudiamos a tentativa de retirada do vagão (...) (Secure, 2019).

Após esse acontecimento, a higienização da cidade passou a figurar nas intervenções e ser questionada em rodas de conversa, performances e poesias em noite de *slam*. No vagão se produziam experiências de encontro habitação comum do espaço na relação com as vidas não



reconhecidas, como moradoras de rua e usuárias de droga que circulam no local, na contramão de formas de higienização e da retirada dessas existências do campo de visão. Para Butler (2018), no coletivo os corpos se encontram ao mesmo tempo em situação de vulnerabilidade e de proteção. Esta dupla vetorização do coletivo — aquele que vulnerabiliza e protege — permite que alianças sejam produzidas entre diferentes corpos e pautas políticas. Apesar das diferenças é possível construir alianças para resistir e lidar com a condição precária da vida. Essas conexões funcionam como intersecções, conforme discute Davis (2018) sobre conexões possíveis entre grupos identitários distintos que se fortalecem ou fragilizam dependendo das formas de vínculo que estabelecem entre si, das redes sociais de ajuda que se engendram.

Frequentemente grupos se encontram à margem da obrigação ética com a vida: “Sem a condição de ser enlutada, não há vida, ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida” (Butler, 2015, p. 33). A qualificação das vidas se produz por meio de um sistema variável e valorativo, produtor de ontologias corporais. Por isso, reconhecer e incitar outro regime de visibilidade às vidas não enlutáveis adquire implicação política transgressiva e pode desestabilizar regimes de visibilidade instituídos, os quais produzem normas, limites e formas de ocupar a cidade. No espaço urbano, o não reconhecimento de vidas e a produção de medo em relação aos seus corpos funcionam pela gestão de um regime de visibilidade que enquadra territórios e corporalidades. Essas normas são instituídas no campo de experiências do presente, funcionando como a priori histórico. Nesse regime de visibilidades e dizibilidades instituído, o campo de possíveis estabiliza limites que funcionam na gestão da vida na cidade. Essas normativas organizam sistemas de apreensão das existências e experiências no espaço urbano, produzindo subjetividades e ontologias no presente.

O texto publicado junto ao abaixo-assinado contrário à retirada do vagão após a notificação da SEMADUR fez referência e denúncia à campanha *Menos andarilhos, mais segurança* que se conecta às estratégias de higienização do centro de Campo Grande, tornando “claro o ideal de higienização e gentrificação do centro da cidade (...) trazendo a ultrapassada ideia de internação compulsória para dependentes químicos em situação de rua” (Secure, 2019). Esse movimento no centro campo-grandense já vinha tensionando espaços e experiências onde havia possibilidade de relação com as vidas a serem retiradas do campo de visão, como no vagão Estação Urbana. A estratégia de afastamento de moradoras de rua do campo de visão é instituída enquanto modo de gestão da vida urbana e transgredida nesse espaço de habitação e encontro comum do vagão.

A dimensão comum das relações está para além da divisão público/privado, mas diz respeito às formas de partilha, convivência e ocupação dos elementos que são comuns à vida de todos, como lazer, arte, água, alimento, dentre outros (Texeira, 2015). As estratégias para espetacularizar o espaço urbano, retirar bancos e condições de habitação das plataformas públicas para que moradoras de rua não durmam em zonas visíveis da cidade e projetos de revitalização urbana que priorizam a estética e embelezamento ao invés das condições de habitação comum, alinham-se ao higienismo. Portanto, as experiências higienistas, ao se apoiarem em justificativas de insegurança e medo, sustentam e mantêm a dicotomia público/privado.

Considerando os jogos limite/transgressão, as relações no vagão tensionam lógicas higienistas de gestão do espaço urbano. A higiene, apoiada em técnicas gerais de saúde da população, tornou-se importante na maquinaria de poder que toma a vida em seus processos biológicos e orgânicos como foco de gestão no século XVIII e XIX. No vínculo entre o saber científico e os fenômenos biológicos, a higiene passou a operar nos mecanismos disciplinares e biopolíticos (Foucault, 2000, 2008b). Foucault (1989) analisou as intervenções de uma medicina que se fez social na Europa, tendo como foco o Estado, a força de trabalho e as cidades. Assim, a higiene incide sobre o corpo-indivíduo e corpo-espécie, sobre o organismo e sobre a disposição dos processos biológicos. A articulação entre medicina e higiene se tornou estratégica na economia da saúde no espaço urbano. A cidade, enquanto organização política da vida, articula mecanismos de governo apoiados no controle do corpo, na disposição dos indivíduos, dos cômodos e da circulação urbana a partir de técnicas de higiene.

No município de Campo Grande, as disposições sobre Higiene são dispostas no Código de polícia administrativa que dispõe sobre a organização urbana. Na composição espacial dos corpos e coisas, a higienização da cidade se tornou estratégica para regular limites para modos de viver (Foucault, 2000, 2008b). Na articulação com a normalização das condutas e recorte de certa visibilidade na cidade, a loucura, a pobreza e a vagabundagem se tornaram foco de higienização por meio de diferentes tecnologias no decorrer dos últimos séculos. No Brasil, com a abolição da escravatura a presença de pessoas no fora do espaço urbano produziu nova complexidade social. Teorias da biologia e antropologia desenvolvidas no século XVIII justificaram o ideal de branqueamento em estratégias higienistas. Essas teorias racistas apoiadas na ideia de degenerescência utilizavam modelos explicativos para associar a criminalidade, loucura e doenças morais às populações não brancas (Schwarcz, 1993; Rodrigues, 2020). A

conexão do discurso médico e teorias de raça produziram a gestão do espaço urbano. O higienismo ao se conectar com as teorias eugênicas também passa a funcionar como política de morte apoiada em colonialidades do poder.

Portanto, sistemas de valoração das vidas estiveram presentes nos mecanismos de higienização das cidades. Não apenas em razão da urgência provocada por pestes, doenças e alta mortalidade, a cidade higiênica se atualiza enquanto modo de gestão da urbanidade do século XIV até a atualidade no mundo ocidental. Considerando as atualizações do higienismo no presente, as discussões de Britto e Jacques (2009) permitem pensar como a gestão da cidade higiênica se conecta à espetacularização do espaço urbano. O higienismo conectado à produção de consumo contribui para a emergência de cidades-shopping, cidades-cenário. Essa forma que a cidade adquire se apoia nos processos estetizadores, privatizantes, excludentes e coloniais. Nessa direção, a discussão realizada por Mbembe em *Crítica da Razão Negra* (2018) analisa o modo como o Estado moderno assume a forma de empresa colonial no presente e condiciona a gestão das cidades em termos de organização espacial. A racionalidade colonial no Brasil, ao pretender homogeneizar as experiências urbanas e produzir lucratividade ao capital internacional, constitui modos de viver a cidade. Esses modos se apoiam na segregação, cerceamento e privatização. Com o higienismo, o medo das doenças se conecta ao medo da violência urbana que se amarra à privatização dos espaços. Os gestos e percursos produzidos na relação com o medo desenham grafias urbanas voltadas aos espaços controlados e espetacularizados.

Fronteiras e zoneamentos são constituídos e se apoiam na produção de ontologias sobre quais vivos são reconhecidos enquanto vidas (Butler, 2015). A gestão higienista das cidades coloniais indica corpos e espaços a serem evitados nesta regulação da circulação na cidade. Com base em esquemas variáveis de inteligibilidade dos corpos, o acesso aos espaços urbanos se distribui diferencialmente entre os grupos sociais. O enquadramento – enquanto uma armação que permite determinar e transmitir formas de visualizar e apreender acontecimentos, corpos, existências – produz espaços e corpos a serem evitados na gestão da circulação e ocupação do espaço urbano. Isso implica necropolíticas ao passo que permite a retirada sistemática de acesso aos serviços que se distribuem na cidade como saúde, educação, lazer, segurança.

O higienismo amarrado à privatização da cidade engendra modos de gestão que segregam certas vidas. Nos jogos de gestão da vida urbana há todo um regime de visibilidades

e dizibilidades que territorializa a cidade. Para pensar os jogos de transgressão/limite é preciso considerar esses esquemas normativos que organizam a apreensão das existências e produzem experiências no espaço urbano, ao passo que essas territorializações produzem subjetividades e permitem considerar ontologias do presente, tanto naquilo que se produz enquanto norma como nos movimentos que transgridem às normas.

A partir do exposto, a racionalidade de regulação das urbanidades, no presente, produz um campo de experiências constituído por lógicas higienistas e privatizantes, apoiadas na colonialidade. O movimento *Menos andarilhos, mais segurança*, problematizado pelos grupos artísticos e culturais, aconteceu no início de 2019 no centro popular o que mobilizou a atenção para considerar as investidas higienistas que afetam e produzem as relações no centro velho. A partir de 2018, houve aumento da população de rua na cidade (Conselho Regional de Serviço Social, 2019), com isso moradoras de rua começaram a se aproximar de zonas comerciais do centro popular durante o dia e não apenas no período noturno, sobretudo os moradores que aglomeravam exclusivamente no centro velho no entorno da antiga rodoviária.

O centro popular comercial é geograficamente conectado ao centro velho por poucas quadras, entretanto, é alvo de políticas de revitalização urbana, sobretudo do projeto Reviva Campo Grande<sup>2</sup>, enquanto o centro velho é gerido pelo abandono. Ambos os territórios marcaram a fundação da cidade, mas apenas uma área é considerada velha, antiga, marginal. O que chamamos aqui de centro popular é voltado para o consumo da população de classe média e média baixa. Com a revitalização arquitetônica de ruas, iluminação, infraestrutura e equipamentos públicos no centro popular, ampliou-se a valorização dessa área. Outras estratégias de revitalização consideradas higienistas já haviam acontecido nas últimas décadas, como a retirada dos tradicionais *dogueiros* dos canteiros da avenida principal da cidade seguindo a lógica de embelezamento urbano.

Durante o processo de reforma para revitalizar, parte da população que mora na rua ultrapassou fronteiras que parecem delinear os espaços que os corpos das moradoras de rua podem ocupar sem que sua existência seja tomada como transgressão à ordem cidadina. Esse deslocamento para as ruas ocupadas por corpos-consumidores tensionou os limites de organização do centro popular em sua lógica higiênica e comercial. Como resposta à ultrapassagem da linha invisível que separa, de certa forma, o centro popular e o centro velho, houve um movimento encabeçado pelo Conselho Comunitário de Segurança (SEJUSP-MS), Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campo Grande (CDL) e Federação das Câmaras de

Dirigentes Lojistas em Mato Grosso do Sul (FCDL) e com auxílio do Rotary Clube da cidade, intitulado *Menos andarilhos, mais segurança*. Esses grupos propuseram um abaixo-assinado solicitando internação compulsória das moradoras de rua e dependentes químicos que ocupam a região central. O texto veiculado nas mídias sociais e na petição online (Secure, 2019) afirmava:

Para uma solução efetiva do problema e pela segurança dos campograndenses, a Câmara de Dirigentes Lojistas de Campo Grande (CDLCG), juntamente com a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas em Mato Grosso do Sul (FCDL), o Conselho Comunitário de Segurança e os abaixo assinados, solicitam uma postura efetiva do Poder Público, Ministério Público e Defensoria Pública, quanto às seguintes intervenções: internação compulsória de usuários de drogas, ação que promova o retorno de estrangeiros e cidadãos de outros municípios às suas origens, além do fim da distribuição de esmolas e alimentos nas ruas da Capital.

A petição online chegou a 150 assinaturas e seu objetivo era atingir 1.5000 assinaturas. A lógica de *menos andarilhos e mais segurança* indica uma forma de gestão da cidade em que a segurança de algumas vidas se dá a partir do extermínio de alguns vivos. A partir de Foucault (2000) essa racionalidade pode ser pensada como uma forma de Racismo de Estado em que, em nome da ascensão biológica da população enquanto espécie, justifica-se o extermínio de outras vidas. A ideia do enclausuramento, por meio da internação compulsória ou do retorno de *estrangeiros* aos municípios de origem, apoia-se em concepções higienistas e se associa à produção de morte por meio da intensificação da precariedade dessas vidas com o *fim da distribuição de esmolas e alimentos* nas ruas. Esse grupo da sociedade civil que organizou o abaixo-assinado em questão, apoia-se em tecnologias necropolíticas (Mbembe, 2016), as quais produziriam retirada de condições para viver e extermínio de algumas vidas, articulando-se às tecnologias de investimento na vida urbana e melhor gestão do espaço, circulação e comércio (Foucault, 2008).

Esses movimentos dão visibilidade à operacionalização do necrobiopoder (Bento, 2018) produzindo vidas a serem investidas e vidas passíveis de extermínio. O ideário de extermínio do outro, do estrangeiro, daquele que não pode habitar o Estado-nação se articula com a produção de vida dos corpos qualificados. As formas de gestão enquadram vidas como não vivíveis, produzindo éticas da violência na cena do reconhecimento. As andarilhas, errantes, moradoras de rua devem desaparecer do campo de visão e em caso de aparição, não há comoção com sua precariedade. Em “o elogio aos errantes”, Jacques (2016) pensa a figura da moradora de rua andarilha como transgressora a automobilidade urbana. O corpo andarilho, em sua

errância como forma de vida, tensiona a política de mobilidade instituída com seu vagar sem ponto fixo e seu parar na urbe. Tensiona a mobilidade dos corpos-consumidores, para os quais a cidade se desenha. O higienismo – aliado à privatização dos espaços e extermínio de algumas vidas – é estratégia de gestão onde se busca promover maior segurança biológica para as vidas que importam, vidas que consomem e são passíveis de proteção e cuidado.

O fato de a população de rua passar a ocupar áreas comerciais, para além das fronteiras invisíveis delineadas para sua ocupação, torna seus corpos visíveis e um problema a ser gerido. Os limites virtuais se delineiam na medida em que vidas insistem em existir, em transpor as fronteiras, em se tornarem visíveis. As zonas de aparição são estratégicas. Ocupar áreas movimentadas amplia a possibilidade de acesso às *esmolas*, alimentação e visibilidade das possíveis violências que seus corpos venham a sofrer. Considerando os limites instituídos pela gestão da cidade, esse movimento de investida higienista se articula com o jogo de limite/transgressão, ao passo que indica a movimentação de limites para responder às transposições de fronteiras pelos corpos que moram nas ruas. Tal resposta indica a busca por manutenção das fronteiras, segregações e cerceamentos em relação a algumas vidas.

Essa tensão limite/transgressão começa a criar sensibilidade para pensar jogos de visibilidade/invisibilidade que produzem ontologias do presente. Os corpos que vivem nas ruas ganham existência ao passo que entram em contato com o poder e deixam rastros de existência (Foucault, 2003a). Enquanto esses corpos existiam fora do campo de visão das comerciantes era como se não existissem, mas na medida em que transgridem os limites das fronteiras invisíveis estabelecidas, novas forças buscam objetivar lugar de invisibilidade dessas vidas e com isso iluminar os limites que produzem a própria invisibilidade.

Esse movimento também indica a visibilidade que os corpos moradoras de rua possuem quando de sua aparição nos espaços. Há um discurso que afirma a invisibilidade desses corpos na cidade. Os esquemas de inteligibilidade dos corpos iluminam a moradora de rua como invisível. Há um enquadramento dessas vidas que as emoldura como invisíveis e existem discussões sobre as implicações dessa invisibilidade nas condições de vida dessas pessoas. Projetos como o SP Invisível, Curitiba Invisível, entre outros, buscam tensionar os enquadramentos de invisibilidade e constituir outras políticas ontológicas para o reconhecimento dessas vidas.

A partir do movimento *Menos andarilhos, mais segurança*, considerando os gestos e corpografias urbanas, é possível considerar que há um jogo de visibilidade e invisibilidade

produzindo formas de gestão e as tensões limite/transgressão. Para além da invisibilidade atribuída às moradoras de rua, sua existência produz e mobiliza gestos urbanos: quando alguém atravessa a rua para mudar de calçada ao avistar um corpo maltrapilho, quando mãos tateiam a chave do carro com pressa para entrar no espaço privado antes do corpo sujo de rua se aproximar, quando os músculos se enrijecem de medo e o olhar de desconfiança e alerta figura rostos que circulam na cidade. Para além de corpos invisíveis, há um jogo de visibilidade e invisibilidade expresso nas corpografias urbanas, face à inseparabilidade de questões urbanas e corporais (Britto & Jacques, 2009). Nesse jogo, a produção de invisibilidade é estratégia de gestão urbana.

A gestão que objetiva vidas como invisíveis em suas necessidades e precariedades também as torna visíveis e perceptíveis por meio de enquadramentos que as emolduram como perigosas, marginais, produtoras de horror e incômodo. Esse agenciamento de afetos de medo quando do encontro ou imanência de encontro com esses corpos se articula com a mobilização de estratégias higienistas que se amarram à privatização dos espaços. Portanto, existem políticas de visibilidade que iluminam essa população no espectro do medo, produzindo grafias do medo. Tais micropolíticas gestuais urbanas objetivam lógicas higienistas, coloniais e de abandono de populações, bem como determinam as zonas que essas populações podem habitar. O movimento *Menos andarilhos, mais segurança* ilumina a busca por estabilização da cidade higiênica e privatista face às possíveis transposições de fronteiras que abalam seu funcionamento.

Portanto, o higienismo produz formas de visibilidade/invisibilidade. Enquanto estratégia de gestão urbana produz micropolíticas moleculares que afetam formas de perceber e visibilizar certos corpos, ou seja, produz gestos urbanos de afastamento/evitação/medo de corpos que vivem nas ruas, por meio da gestão das políticas de reconhecimento. Nos primeiros encontros com o vagão Larica's da Lu, relações de afeto entre moradoras de rua e não moradoras de rua por meio de abraço, beijo e trocas me produziram curiosidade e estranhamento diante dessa zona de produção de diferença em relação às lógicas higienistas e de afastamento que tradicionalmente produzem a cidade. Esse estranhamento é analisador dos limites que instituem relações entre essas vidas e produzem a moradora de rua como corpo evitável, matável, bem como das transgressões e heterotopias que o vagão produz. Estranhar transforma as experiências do vagão em interrogações sobre os limites instituídos e sobre o que somos, sobre nossas subjetividades.

A política higienista apoiada na invisibilização e produção de medo é transgredida no espaço heterotópico do vagão Larica's da Lu, na medida em que outras formas de visibilidade se instauram em relação ao espaço do centro velho, mas principalmente das populações precárias que ocupam aquele trecho da Orla Ferroviária: moradoras de rua e dependentes químicos. Face à gestão que institui o higienismo como modo de gestão da cidade aliado às privatizações e segregações socioespaciais, bem como à gestão que produz invisibilidade da população em situação de rua, outras formas de relação com o espaço e com essas vidas precárias se tornam transgressivas. Nesta corpografia, ocupando o território heterotópico do vagão Larica's da Lu, foi possível voltar a atenção para gestos urbanos que produzem estranhamento ao modo instituído de reconhecimento e visibilidade dos corpos errantes que com isso iluminam os limites que produzem a relação entre diferentes corpos e vidas. Os diferentes corpos, grupos, sujeitos e vidas que ocupavam o vagão se situavam no mesmo plano. Como diz fala de Fernando Cruz do Imaginário Maracangalha citada em um ponto anterior neste texto, na rua “*todo mundo se iguala, a criança, o adulto, o idoso, a mulher, o pobre*” [sic]. A plataforma pública é tomada como superfície de coexistência e partilha.

Podemos considerar como contestação da política de reconhecimento instituída a poesia escrita e recitada por Luanna Peralta, a Lu, em noite de *Slam* Camélias, pouco tempo após a tentativa de retirada. A poesia fala sobre sua história e vida. No trecho a seguir a relação possível com os corpos moradores de rua e andarilhos que ocupam o vagão e seu entorno é abordada:

[...]  
 Para eles, apenas mais um bandido.  
 Mas viemos trazer a nossa parte  
 Trazer luz para onde só se via maldade  
 Alguns, me chamam de madrinha.  
 Até gosto, faz parte.  
 Mas o bom mesmo é perceber  
 que um pouco de atenção tem o seu poder  
 [...]

Nesse espaço heterotópico se produzem relações possíveis entre diferentes corpos, necessidades, *trazendo luz para onde só se via maldade*. O regime de visibilidade é tensionado. Por meio de intervenções artísticas e culturais a estética higienizada afirmada pelos limites da gestão urbana é tensionada e transgredida. Destaca-se que isso não significa eclipsar a diferença entre as condições de vida, necessidades e precariedades, as quais são produzidas nas intersecções de raça, classe, gênero. Mas, implica afirmar a existência de um espaço onde há produção de um comum, de um vínculo comum entre diferentes grupos e vidas, como discute



Davis (2018) sobre a interseccionalidade de corpos e experiências. Para a autora, a conceitualização de interseccionalidade de lutas inicialmente se referia justamente à essa dimensão de vínculo comum entre experiências distintas.

Butler (2018) afirma “minha vida não é nada sem a vida que me excede” (p. 73). O corpo depende do campo de exterioridade para viver uma vida vivível, haja vista a interdependência corpórea e de suportes coletivos e plataformas para sobrevivência. Por isso a aparição corpórea é importante para a autora como forma de acesso ao reconhecimento. Ainda que a obrigação ética com a vida esteja condicionada aos enquadramentos que a emolduram, habitar plataformas públicas e de aparição cria condições para que a vida seja reconhecida, apareça. Por isso, habitar zonas de visibilidade no espaço público é um dos elementos para a possibilidade de ser reconhecido enquanto sujeito de ação, sujeito político.

As experiências do vagão criam uma zona de aparição tanto para as vidas de moradoras de rua e usuárias de droga do entorno quanto para as vidas reivindicadas em intervenções artísticas, rodas de conversa, performances. A habitação comum de plataformas e superfícies implica conexões entre os corpos, ainda que provisórias (Butler, 2019). A heterotopia produzida no vagão transgredir os discursos que marginalizam e precarizam vidas por meio da retirada de acesso aos direitos e condições de vida atualizados constantemente na gestão da cidade higiênica. No jogo visibilidade/invisibilidade essas experiências instauram outro regime de visibilidade em relação às vidas precárias, bem como emolduram por outro conjunto de normas de reconhecimento. Os limites, ao gerirem a visibilidade do espaço, colocam em jogo a manutenção de uma política ontológica corporal que compõem a máquina de gestão urbana. A tensão transgressão/limite coloca em jogo quais vidas são passíveis de reconhecimento e de habitar zonas de visibilidade e quais não são.

Considerando o higienismo como estratégia que compõe a gestão da visibilidade/invisibilidade das populações que vivem na cidade, a experiência transgressiva produzida pelo espaço heterotópico do vagão contesta enquadramentos e regimes de visibilidade que produzem a estabilidade do próprio higienismo enquanto modo de gestão da cidade. Nesta cartografia as intervenções do Imaginário Maracangalha na cidade permitiram pensar principalmente sobre a iluminação do território do centro velho e sobre tensionamentos a uma gestão que abandona territórios que deixam de ser foco do capital. Por meio de suas performances cênicas, a investigação chegou ao vagão Larica's da Lu. As experiências heterotópicas do vagão permitiram articular o abandono de espaços às lógicas higienistas e

privatizantes. Os jogos de transgressão/limite são tensionados pelas experiências artísticas, performáticas e alternativas que produzem heterotopias onde outras políticas de reconhecimento e visibilidade de vidas precárias se instauram.



## **6 GRITAR**

---

**Gritar:** verbo transitivo e intransitivo. Dar ou emitir gritos. Falar em voz alta. Bradar, clamar: gritar por socorro. Queixar-se, protestar, reclamar. Ralhar, admoestar; zangar-se (Dicio, 2020).

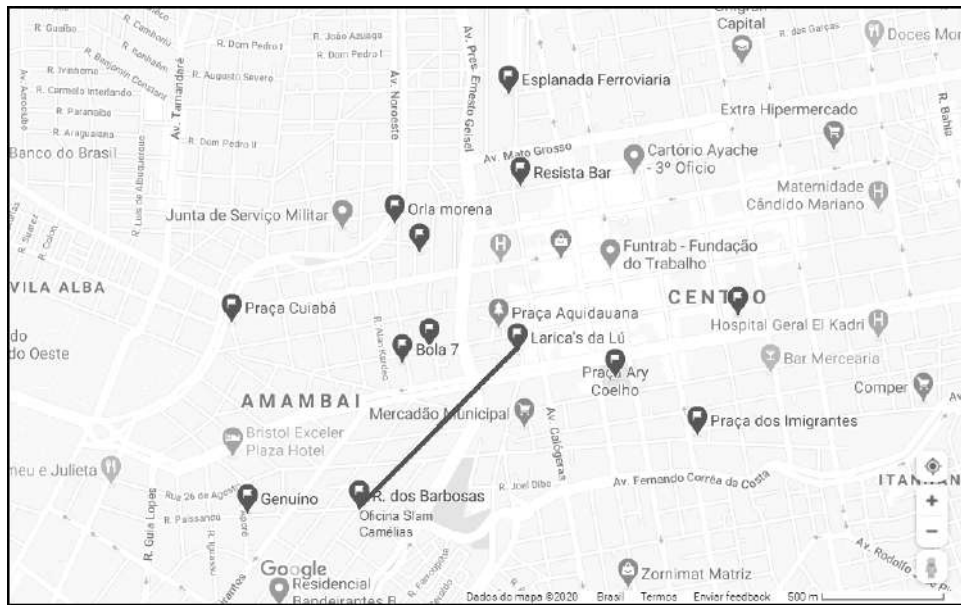


Figura 13. Traçado entre os pontos de pesquisa, do vagão Larica's da Lu para Oficina do Slam Camélias.

Fonte: Adaptada de Google Maps, 2020.



Figura 14. Intervenção do Slam Camélias no vagão Larica's da Lu.

Fonte: Facebook\Marcha Mundial das Mulheres – MS, 2019.

Seguindo linhas produzidas por grupos que ocupam e reivindicam espaços da cidade de Campo Grande, por meio do percurso corpográfico realizado com o Imaginário Maracangalha e diferentes intervenções no vagão Larica's da Lu, a pesquisa faz rizoma com o *Slam* Camélias, pousando a atenção em algumas problematizações realizadas pelo coletivo e o modo como suas poéticas urbanas denunciam limites impostos pela gestão do espaço. Por entre calçada, asfalto, carros e prédios, chegamos a uma casa divertida e cor azul turquesa, cujo interior era estampado com desenhos, rabiscos e escritas na parede. Um espaço convidativo e colorido se abre para uma oficina voltada para mulheres. Berbela Mortiz, performer nas ruas de Campo Grande e implicada politicamente com a ocupação da cidade, propôs em conjunto com o *Slam* Camélias um espaço para dialogar sobre a fala na rua, o corpo na rua e feminismos. O disparador para o encontro foi a problemática: medo de falar na rua e a imposição de silêncio. O medo e a sensação de silenciamento começaram a produzir grafias urbanas entre mulheres que escrevem poesia e por vezes recitaram no vagão em noite em *Slam* ou no microfone aberto. A oficina teve como objetivo acolher e criar coletivamente estratégias para lidar com esses afetos. Falas, narrativas e gestos sobre a sensação de medo, insegurança e angústia em ser mulher e se expressar artisticamente no espaço público foram se esboçando naquela casa. A rua as calava e a experiência de impostar a voz foi comparada a um crime por uma das *slammers*.

Os *Slams* chegaram ao Brasil no início dos anos 2000 e, atualmente, oito possuem recorte feminino, isto é apenas mulheres – negras, brancas, trans, LGBTQs – batalham. Para Conceição Evaristo (2019) os *slams* produzem uma “gramática do cotidiano”, uma linguagem oral gestada desde os lugares de fala dos grupos que a inventam. Esse espaço de contos poéticos sobre vivências, dores e mazelas, por meio de linguagem oral ritmada, revisita a língua imposta e tem como um de seus objetivos tensionar silenciamentos que datam séculos. “Num país com a quinta maior taxa de feminicídio do mundo, onde mais de dez mulheres são assassinadas por dia, só não enxerga a importância desse avanço para nós quem sempre teve sua voz ouvida e propagada”, explica Mel Duarte (2019, p. 10) sobre a importância do movimento *slam*.

Um dos apontamentos na oficina se voltou ao modo como os homens que batalham em outro *slam* da cidade não sentem o peso de suas palavras na mesma intensidade que os corpos femininos, eles não parecem sentir os músculos tensos, o frio no estômago e o rosto corar com a mesma intensidade relatada pelas mulheres ao lançar suas rimas no mundo. A confiança no espaço público parece ser um privilégio de corpos masculinos e como disse uma *slammer*: “a rua me cala” [*sic*]. Além dos sexismos e da intersecção de gênero, o fato de a maior parte das

mulheres que batalham nesse *slam* morarem em áreas periféricas e serem negras também afeta a possibilidade de aparição no espaço público. Considerando as intersecções de raça, classe e gênero (Davis, 2016), os marcadores identitários mulher, negra e periférica singularizam certas corpografias urbanas e produzem tensões na experiência poética e interventiva desse *slam*.

Segundo Lélia Gonzáles (1984), a mulher negra teve sua visibilidade expressa pelas figuras mulata, doméstica e mãe preta no Brasil, sendo mulata e doméstica atribuições do mesmo sujeito em situações distintas, bem como é tributária da figura da mucama no período escravocrata. A escrita poética, o pensamento e a fala no espaço público foram retiradas enquanto possibilidade ao corpo da mulher negra que “naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus e prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão” (Gonzáles, 1984, p. 226). Este enquadramento denunciado por Gonzáles produz efeitos cotidianos e micropolíticos nas corpografias possíveis à mulher negra. Os *slams* são figurados principalmente pela juventude negra que busca afirmar a negritude e a vida periférica por meio da poesia de rua em espaços urbanos visíveis como os centros da cidade. O *Slam* Camélias cria tensionamentos ao enquadramento que produz a visibilidade da mulher negra e também incorpora a ancestralidade e a luta dos povos originários em suas poesias. Campo Grande tem sete aldeias urbanas localizadas em áreas periféricas da cidade e com frágil acesso às condições de vida, os movimentos de retomada são contidos na *bala* neste estado conhecido pelos conflitos de terra nos quais lideranças indígenas são assassinadas. Por meio de poesias autorais, as mulheres que batalham insistem na visibilidade de narrativas subalternizadas, como afirma poesia de Bruna Garcia do *Slam* Camélias:

Minhas rimas são de informação e também para denunciar  
pra me calar vão ter que dá tiro na boca  
Tipo o que fizeram com Marçal de Souza  
Tenho sangue indígena, não é de bacana  
Máximo respeito as guerreira domadora como dona damiana

Por meio de poesias-denúncia a ocupação dos espaços em áreas centrais se compromete com a iluminação de narrativas, histórias e memórias de populações subalternizadas. Romper com silenciamentos e invisibilidades que produzem o espaço urbano asséptico, espetacular e pacificado compõe o modo de vida dessas mulheres que produzem esses espaços heterotópicos em Campo Grande na direção de espaços comuns. Na antologia “querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta”, Mel Duarte (2019) afirma que as mulheres cresceram com o peso do silenciamento e “se não há espaços que nos valorizam, nós devemos criá-los” (p. 11). O

silêncio sistematicamente produzido e imposto aos corpos de mulheres negras, indígenas e periféricas é transformado em ação política por mulheres que, apesar da sensação de silenciamento iminente, transpõem o silêncio e entoam rimas nas batalhas de *slam*. Fazem da invenção poética a ferramenta de transgressão ao tensionarem as normas da língua (Evaristo, 2019), bem como face aos efeitos persistentes dos silenciamentos criam espaços para incitar outros afetos políticos, outras corpografias. Essas *mulheres-que-priorizam-mulheres* (Lorde, 2019) intervêm na cidade a partir de agenciamentos ético-estético-políticos de corresponsabilização na construção de estratégias para reagir à precariedade.

A oficina acompanhada produziu aliança entre mulheres performers e *slammers*. Berbela, que performa múltiplos personagens geralmente improvisados, já foi *refugiada*, *saco de lixo*, *prostituta*, *satanás* e tantos outros corpos. Segundo ela, seu objetivo é multiplicar vozes por meio da arte e de alguma maneira transmitir mensagens por meio de seu corpo. Dizia na oficina: vocês são *corpo-político*, ao enfatizar a dimensão política da performance corpórea.



Figura 15. Performance de Berbela Mortiz no vagão Larica's da Lu.

Fonte: Facebook\ Larica's da Lu, 2019.

A partir de repertório artístico produzido nas ruas e na experiência cotidiana de intervir na cidade, propôs exercício corporal de reprodução da performance “un violador en tu caminõ”. Criada pelo coletivo feminista chileno LASTENIS, a performance se dispersou pela América Latina após protestos antipatriarcais em prol do combate à violência contra a mulher em novembro de 2019.

Na oficina, Berbela explicou estratégias performáticas para encontros (im)previstos com a polícia durante intervenções nas ruas. Em experiências como performer de rua, precisou *se desmontar* corporalmente quando do encontro com a polícia. Em performance sobre violência, suas mãos unidas formaram sinal de arma enquanto um carro de polícia se aproximou com agentes fardados a observando. A performance artística de rua é tensionada pelo encontro com a polícia que agencia corpografias do medo em relação às intervenções policiais. O jogo proteção/violência produz grafias distintas dependendo do corpo a ser resguardado. Como discute Gonzáles (1984), quando se trata da população negra, a polícia assume sua face repressiva, violenta e amedrontadora. Os corpos em devir-negro (Mbembe, 2018) no mundo, como migrantes, periféricos, LGBTQIA+ também se tornam foco desse agenciamento policial. Berbela explica que no encontro com a polícia, os braços devem se deixar cair na extensão do tronco, a cabeça se curvar em direção ao chão, assim como os joelhos que, de preferência, devem ser dobrados no chão em posição de obediência. O gesto de medo irrompe em meio à invenção artística.

Os gestos urbanos dizem respeito às diferentes performatividades do corpo na cidade (Jacques et al., 2013; Magnavita, 2013), desde miúdos movimentos de desvio ou aproximação de objetos, corpos, territórios, direções, até gestos incorporados em intervenções artísticas, dança, canto, performance. Na gestualidade apresentada no encontro com a polícia se performa corpo dócil e irresistente, corpo regulável. Afinal, uma das responsabilidades da polícia é otimizar a circulação urbana por meio de produção de corporalidades. As tecnologias de policiamento tomam a cidade como suporte material para contenção de imprevisibilidades e transgressões aos limites urbanos. Figura de um espetáculo do movimento – com luzes vermelha e azul, sirenes e fardas – a polícia está passível de quaisquer arbitrariedades. Pois no jogo limite/transgressão no plano urbano ela costuma sair vencendo, ao passo que nunca transgride. Os limites se alargam e se adequam à extensão dos tentáculos policiais contemporâneos quando se trata de qualificar práticas de gestão. Nessa direção, a estratégia performática ensinada por Berbela explicita que, no encontro com a polícia, quem transgride



somos nós. Além disso, permite considerar a virtualidade dos limites, fronteiras, permitido/proibido, na medida em que performar artisticamente na rua pode se virtualizar em transgressão quando do encontro com a polícia.

A tensão gestual entre a performance artística e performance de medo é agenciada pelo encontro com tecnologias de segurança e ordem. A vigilância policial redireciona o corpo. Segundo Lepecki (2012) a polícia é figura necessária para considerar a governamentalidade moderna. Com sua função de *fazer cumprir a lei* e ao mesmo tempo suspendê-la arbitrariamente, possui monopólio da determinação sobre a circulação e ocupação do espaço. Foucault (2008b) no curso Segurança, Território e População discute o aparecimento das polícias urbanas na Europa, relacionadas à manutenção da boa circulação na cidade com a emergência dos Estados modernos e da biopolítica: “A partir do século XVII, vai-se começar a chamar de ‘polícia’ o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado” (p. 421). Enquanto aparelho de disciplina e de Estado opera na gestão do corpo, por meio da disposição espacial dos indivíduos e da população, intervindo em diferentes dimensões da vida: demográficas, de saúde pública, climáticas, de saber, ao passo que está em jogo a boa circulação do sujeito livre para garantia e otimização da vida e dos fluxos do vivente. Estratégias higienistas compunham essas tecnologias policiais voltadas para cidade enquanto foco da biopolítica.

Essa forma de policiamento passou por rupturas e transformações nas últimas décadas, mas, para além de alterações, no Sul global e em localidades que viveram processos de colonização, as tecnologias policiais também são tributárias de formas de governo da vida e da morte nas colônias. Mbembe (2016) ao torcer a noção foucaultiana de biopolítica e formular o conceito de necropolítica para responder às formas de governo em territórios colonizados, explica que na compartimentalização dos territórios coloniais o espaço era “a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava” (p. 14). O terror da violência colonial se direcionava à manutenção da exploração, sustentando fronteiras e criando zonas de guerra e desordem. As técnicas de policiamento colonial se produziam a partir do terror, da implantação de um medo absoluto no corpo colonizado, corpo negro.

Davis (2018) explica que a origem da violência estatal em relação à população negra se fundou na colonização e escravidão ao discutir sobre a luta por direitos civis nos Estados Unidos, em que tecnologias de vigilância apoiadas na lógica das patrulhas de pessoas escravizadas foram utilizadas. No Brasil, a polícia também herdou mecanismos do período

escravagista em que as práticas de extermínio e controle se direcionavam principalmente ao impedimento de fugas de pessoas negras escravizadas, contenção de revoltas e motins (Dornellas & Jesus, 2018). O título da música do rapper brasileiro Marcelo Falcão “*tudo camburão tem um pouco de navio negreiro*” é metáfora às tecnologias policiais brasileiras tributárias do período colonial em um modo de governo pelo terror. Como discute Gonzáles (1984), o discurso racista justifica o aparato de segurança e ordem social no Brasil.

A gestão do extermínio e da violência por meio da apropriação do espaço integrou as estratégias na ocupação colonial. Considerando o acoplamento de tecnologias de morte e de produção de vida para gestão das cidades, no recorte do policiamento para garantir circulação de pessoas/consumo/mercadoria na cidade, as políticas de reconhecimento dos corpos que importam e dos corpos tomados pela inimizade policial forjam práticas policiais. A polícia contemporânea indica caminhos de circulação, ao mesmo tempo em que “para a polícia nunca existe a contramão” (Lepecki, 2012, p. 51), tanto que suas intervenções se dão sob o refrão “vamos circular, não há nada para se ver aqui” (Rancière, 2014, para. 11). Nesse ponto, a reunião de corpos em torno de uma performance tensiona a lógica de circulação na cidade, sobretudo quando os corpos performáticos não são qualificados de acordo com a política de reconhecimento das vidas. A rua é tomada como espaço de passagem/circulação e não de encontro, portanto, ocupá-la enquanto espaço comum se torna um desafio, sobretudo quando se trata de mulheres negras e periféricas, como as corpografias do *Slam* Camélias permite considerar.

Considerando os jogos limite/transgressão, o policiamento impõe limites às formas de ocupação do espaço urbano por meio de jogos racistas, sexistas e patriarcais que silenciam mulheres e paralisam suas performances urbanas. Além disso, a lógica policial racista se articula com estratégias higienistas e de privatização do espaço urbano. Nessa direção, a rua enquanto via de circulação reafirma um modo de vida em que os acessos ao lazer, à arte, à saúde, à educação e à alimentação devem se produzir no âmbito privado para vidas-consumidoras. Por isto, a oficina acompanhada e o *Slam* Camélias tensionam a lógica de privatização, espetacularização e circulação pela cidade. Esse *slam* ocupa a cidade com intervenções artístico-poéticas que reivindicam direitos, denunciam violências, explorações e silenciamentos impostos aos corpos-mulher. Tensionam a gestão do reconhecimento das vidas e da ocupação do espaço.

As tecnologias que produzem a não ocupação das ruas sustentam a privatização e a administração dos espaços públicos enquanto instâncias privadas. A privatização e o cerceamento de territórios fazem parte das formas de governo desde o período colonial, como explica Mbembe (2018) sobre o modo como a própria vida (do negro) se tornou propriedade privada a ser assegurada no período pré-capitalista. O policiamento aliado à higienização e à privatização da cidade instaura um modo de gestão cujos limites buscam manter a cidade como plataforma de circulação. Com isso, a gestão eclipsa a dimensão compartilhada e comum da vida, ao passo que naturaliza a expropriação dos comuns e as relações – artísticas, poéticas, afetivas, etc. Ricardo Teixeira (2015) discute sobre os comuns (commons) que estão para além da divisão público/privado. O espaço heterotópico do vagão Larica's da Lu com as batalhas de *slam* ocupam a rua como plano de encontros, reivindicações e partilhas. Essas práticas se tornam transgressivas às lógicas higienistas e privatizantes que mantêm a dimensão comum da rua e da vida urbana expropriada, sobretudo para corpos negros e periféricos.

Na contramão do silenciamento, o *Slam* Camélias produz vozes e barulhos na cidade, como indica o título da antologia organizada por Mel Duarte (2019), os *slams* gestam “poemas para serem lidos em voz alta”. O efeito silenciador sentido pelas mulheres do *slam* e o encontro do corpo do Berbela com a tecnologia policial de desmonte corpóreo, são analisadores de limites que produzem silenciamentos de corpos-mulher-periféricos-negros. O encontro com essa oficina do *Slam* Camélias permitiu conectar as análises sobre limite/transgressões às formas de silenciamento e tensões com tecnologias policiais na cidade.

Considerando o percurso cartográfico produzido até aqui com a experiência do Imaginário Maracangalha, do vagão Larica's da Lu e agora com o *Slam* Camélias, os jogos de limite e transgressão engendrados no território do centro velho têm como pontos de tensão: disputas pela visibilidade do espaço do centro velho gerido pelo abandono, mas reivindicado por grupos artísticos e culturais como superfície de aparição, ocupação, cultura e arte; tensionamentos entre políticas de invisibilidade e visibilidade em relação às vidas precárias (moradoras de rua, usuárias de droga, populações periféricas, etc.) que se articulam com estratégias higienistas e privatizantes das áreas centrais; e limites impostos por políticas de silenciamento e constrangimento de performances artísticas e da fala poética performática, sobretudo de mulheres negras, periféricas, indígenas.

Os grupos acompanhados criam zonas de visibilidade para espaço, vidas, narrativas e reivindicações subalternizadas. Essa transformação de si e do outro, por meio de práticas que

alteram, gestos que contestam e movimentos que deslocam, produzem heterotopias. Espaços outros, espaços heterogêneos onde práticas de liberdade se constituem como experiências transgressivas aos modos de gestão instituídos. A produção de visibilidades e reconhecimentos de corpos e do espaço do centro velho, com o *Slam Camélias*, dá-se por meio de denúncias poéticas para romper expropriações, subalternizações e violências. Ao se parar com estratégias de silenciamento da fala, dos gestos e dos movimentos criados, iluminam limites que tomam essa experiência como transgressiva. A experiência transgressora desse coletivo heterotópico tensiona o silenciamento dos corpos na cidade – sobretudo dos corpos de mulheres negras, indígenas e periféricas ao produzir barulho, palavra, poesia.

Face aos modos de subjetivação produzidos nessas experiências, a gestão acompanhada produz limites relacionados à manutenção de higienismos e privatizações do espaço comum. Por meio de silenciamentos e pelo uso de tecnologias de policiamento, essa gestão também produz efeitos nas performances corpóreas e artísticas. Nos gestos, falas e movimentos que ocupam essas zonas de aparição nas plataformas públicas. Portanto, o rizoma produzido a partir da conexão com o *Slam Camélias* permite considerar as micropolíticas que silenciam corpografias e gestos urbanos reivindicadores e contestadores.

### **Pausa Tática**

Considerando a cartografia percorrida até este ponto de encontro com o *Slam Camélias*, para pensar os jogos de limite/transgressão nas ruas, há certa parada tática para o pensamento em termos de densificação de conceitos. A partir do encontro com a oficina citada anteriormente neste texto, sobretudo, com a problemática a qual ela buscou responder — o silêncio de alguns corpos na rua — foi possível considerar elementos cotidianos no centro velho que fazem o corpo se calar, os gestos urbanos se comprimirem e as performances se pautarem no medo. O silêncio, o ato de se calar e de desmontar o corpo em encontros na cidade dizem respeito às corpografias urbanas com seus gestos e performances. Os grupos acompanhados produzem performances artísticas na cidade, não por meio de uma arte do espetáculo ou arte pacificadora para embelezar o espaço, mas por meio de intervenções que buscam instaurar outro *locus* de experiência em termos de percepções, sensibilidades e sensações, outras apreensões urbano-corporais. Na articulação corpo/cidade as performances artísticas desses grupos propõem uma arte dissensual,

contestadora, resistente, crítica e voltada às necessidades da comunidade com as quais performam.

Para pensar sobre a dimensão política da performatividade é importante apresentar algumas colocações sobre performance. Os Estudos da Performance surgiram na década de 70 expandindo a noção de performance para toda a ação humana, ou seja, argumentando que nossos movimentos corpóreos são agenciados social, econômica e politicamente (Mourão, 2015). É como Berbel Mortiz afirmou: somos *corpo-político*. O início dos estudos sobre ato performativo se encontra na linguagem, mais especificamente no trabalho de John Austin sobre filosofia da linguagem, em que o autor entende a fala performativa como aquela que possui eficácia, ou seja, ligada à realização de ações. Seriam atos de fala que anunciam ações a serem realizadas em contextos que as valide (ex.: é proibido caminhar sobre o asfalto).

Butler (2000, 2018) pensa sobre a dimensão política da performatividade, entendendo a performance como resultado de um trabalho processual, fruto de agências. Em sua obra “corpos que importam: os limites discursivos do sexo” (2019), publicada originalmente em 1995, a autora busca romper com a continuidade sexo-gênero, em que se concebe o gênero como socialmente construído e o sexo como determinado biologicamente e superfície sobre a qual o gênero se constrói. Considerando os processos de subjetivação e em diálogo com Michel Foucault, a autora entende o sexo como uma norma regulatória. Norma constituída por práticas discursivas que engendram os corpos, mais do que os representam, portanto, o sexo é uma linguagem de reconhecimento e inteligibilidade corpórea. Esse posicionamento do sujeito da linguagem, permeado por relações de poder que o constituem, permite romper determinações ontológicas sobre o corpo. O corpo deixa de ser tomado como fato, para ser compreendido como efeito de processos de materialização que se fundamentam e atualizam na repetição de normas regulatórias. “(...) A matéria dos corpos será indissociável das normas regulatórias que governam sua materialização e a significação daqueles efeitos materiais” (Butler, 2000, p. 03). Esse processo de materialização por meio da repetição estilizada de atos constitutivos produz performances, na ação, em um processo de “fazer”, constituir. O corpo é, portanto, performático.

O *continuum* sexo-gênero, enquanto linguagem de reconhecimento, é elemento constitutivo de matriz de inteligibilidade corpórea, portanto, a performance se produz no campo ontológico em que é possível atribuir expressão legítima aos corpos. Os esquemas de reconhecimento corporal são engendrados por políticas ontológicas. Face à essa constituição

normativa, Butler (2000; 2003; 2015) permite considerar possíveis dissidências e contestações. Ao mesmo tempo em que o gênero é “feito” pode ser “desfeito”, no sentido de que há possibilidade de rupturas e alteração das normas que o produzem. De certa forma, desfazer o gênero é uma maneira despossuir sujeições identitárias que nos constituem (Safatle, 2015). Nesse sentido, a categoria gênero outrora utilizada apenas na definição de fronteiras entre normal/patológico, transforma-se em categoria política ao passo que o faz como uma performance política de contestação e despossessão do determinismo sexual.

Nos atos constitutivos da materialidade e performance do corpo, fissuras se abrem e normas podem ser transpostas por meio de negociações com regimes de poder, tal como a instauração de performances de gênero dissidentes. Em *Quadros de Guerra* (Butler, 2015), a autora explica que a ruptura é um conjunto de modificações significativas na iterabilidade da norma. Para Butler (2015), a noção de iterável diz respeito ao que é passível de repetição, como em uma atualização constante que produz normas em diferentes tempos e espaços. Mas essa repetição é passível de modificação em sua iterabilidade (Butler, 2015), como quando repetimos termos para transformá-los, torcê-los, alterando seu sentido ao situá-lo de outro modo.

Em sua obra “Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia” (2019) introduz a noção de performance para pensar uma política performativa nas ruas. A ideia de performatividade ajuda a pensar a iterabilidade, a repetição e atualização em diferentes temporalidades e espacialidades, de normas que produzem corpo, mas também a abertura para modificações na repetição. Com isto, torna-se evidente o deslocamento do conceito de performatividade dos estudos de gênero, campo pelo qual o conceito se tornou referência, principalmente após a publicação de “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”. Nesse deslocamento Butler (2015; 2019) discute movimentos de insurreição política por meio de protestos, assembleias e reunião de corpos em multidão nas ruas como forma de reação às políticas neoliberais que intensificam a precarização de grupos populacionais específicos. A noção de performatividade é alargada para pensar a constituição da violência enquanto problemática social. Assim como o gênero e o sexo, a violência é uma linguagem reiterada por esquemas normativos.

As políticas neoliberais produzem o que David Harvey denomina por despossessão, o que envolve extração, confisco, endividamento, interpelações e diferentes formas de violência em que está jogo a perda de meios de subsistência, de direitos e a imposição de precariedade, material e afetivamente, conforme explicam Butler e Athanasiou (2013). Essas práticas

envolvem espacialidade, deslocamento, territorialidade e situacionalidade. Essa forma de desposseção fragiliza o acesso aos espaços de produção e apoio às vidas em termos de infraestrutura e redes sociais de ajuda. Como discute Vladimir Safatle (2015), em Butler a desposseção pode ser entendida como expressão da produção de vulnerabilidades por meio da imposição de insegurança social e ausência de condições para vida, mas também diz respeito ao movimento de contestação daquilo que nos assujeita, como quando pessoas tensionam normas de inteligibilidade corpórea de sexo e gênero, despossuindo-se do determinismo sexual. Nessa direção, os identitarismos são tensionados no encontro com o outro. Encontrar outras vidas, pautas e constituições subjetivas é uma maneira de desposseção de unitarismos identitários. Portanto, a desposseção que maximiza a precariedade da vida é uma forma de sujeição, do mesmo modo que a possibilidade de ser despossuído na relação com o outro permite abertura para outras ontologias.

Pensando nessas políticas da atualidade, Butler (2018) discute a performatividade em sua dimensão de luta por condições de vida. A ação, enquanto dimensão de constituição e aparecimento entre corpos, é importante para a autora. A performatividade se produz na exteriorização corpórea, no ato de se tornar público e se expor aos esquemas de inteligibilidade corporal. Para se constituir como sujeito da ação, é preciso ser visto, explicitado, publicizado e a performatividade inaugura essa possibilidade de aparição. Uma política do performativo envolve considerar os modos sistemáticos de imposição da precariedade a alguns grupos, agindo sobre a sensação de pertencimento social e justiça (Butler & Athanasiou, 2013). Por isso, pensar políticas da performatividade é importante para considerar os movimentos de visibilidade em certos territórios urbanos e para certos corpos. A autora (Butler, 2018) problematiza o direito ao aparecimento e considera a visibilidade uma estratégia política de reação à intensificação da precariedade imposta a algumas vidas. Isso implica considerar os enquadramentos que emolduram existências e acontecimentos.

Nessa direção, no texto “a liberdade da cidade”, Harvey (2013) cita Don Mitchell, “ao reclamar o espaço em público ou criar espaços públicos, os próprios grupos sociais tornam-se públicos” (p. 34). Lélia Gonzáles (1984) ao pensar a questão da mulher negra no Brasil pós-escravatura, menciona brevemente as condições materiais de existência da comunidade negra no espaço urbano. Enquanto os brancos ocupam moradias privilegiadas, a comunidade negra foi das senzalas às favelas, vivendo em territórios periféricos, cortiços, invasões, conjuntos habitacionais. Ocupar e ser visível no espaço público é uma estratégia política, inclusive para

reagir à despossessão de condições de vida e produzir, por outro lado, arranjos de despossessão das categorias identitárias que nos definem. A despossessão, assim, é tanto perder uma posse ou nunca a ter quanto ser despossuído daquilo que nos assujeita por meio das insurgências de políticas contestatórias/performativas.

Pensar políticas da performatividade em conexão com as performances artísticas no espaço urbano permite considerar a criação de zonas de visibilidade e afetação nas quais a arte aciona sujeitos políticos por meio de suas performances. Conforme explicam Bia Ferreira (2019) e Rui Mourão (2015) o corpo tem potencial de se transformar em espaço artístico-político habitado por arte/ativismo. Tendo em vista a dimensão ética da existência, que diz respeito à constituição de novos estilos de vida, por meio de negociações/resistências ao poder (Foucault, 2012; Deleuze, 2003), a produção de performances outras, de corporeidades outras é uma contestação às formas de governo da vida que produzem os corpos que governam. Nessa direção, a artista Bia Ferreira aposta no Artivismo (neologia para imanência entre arte/ativismo) para visibilizar pautas e lutas políticas. *“Nós temos um papel importantíssimo porque a gente fala com as pessoas. Artivismo deveria ser uma base para quem quer viver de arte. Não tem como você viver de arte se calando diante do que está acontecendo”* [sic] (Ferreira, 2019). A visibilidade performativa dos corpos por meio das diferentes performances artística adquire potência política, como também aborda Fernando Cruz do Imaginário Maracangalha (2015) sobre corpos nas ruas:

A rua é o grande espaço que a gente tem que buscar. Porque é na rua que as coisas têm visibilidade. A rua não serve só para o palanque eleitoral, a rua não serve só para o desfile militar. Ela serve para a manifestação do povo, como espaço de celebração e de conquista. A gente conquista as coisas na rua.

Face ao exposto, a sensação de a rua calar as mulheres não é por acaso, mas é uma corpografia agenciada socialmente. Interrogar como práticas se avizinham e produzem esse efeito de silenciamento permite pensar jogos de transgressão/limite na cidade, ao passo que silenciar é manter formas de abandono e limites. Isso tem como efeito a invisibilização de narrativas, histórias, memórias e gestos corpóreos. A aposta política dos grupos acompanhados nesta cartografia produz heterotopias e outras modalidades de existência, bem como outras políticas performativas.

Considerando a compreensão de ontologias do presente a partir do campo da Psicologia, as performatividades políticas nas ruas permitem considerar outros processos de subjetivação. As reivindicações e performances produzidas nas ruas indicam modalidades de subjetivação



transgressivas às formas acompanhadas tradicionalmente pela ciência psicológica e permitem à Psicologia compreender formas de subjetivação na atualidade. A ciência psicológica se voltou ao sujeito interiorizado (Filho & Martins, 2007), mas também aos espaços internos domésticos e institucionais de controle das condutas coletivas e individuais – para produzir e disseminar concepções de normalidade/anormalidade, conforme discute Nicolas Rose (2008) sobre o impacto da Psicologia na produção de modos de viver, sobretudo no século XX. Portanto, o repertório da ciência psicológica para pensar os processos urbanos se deu na esteira do higienismo aliado à internalização da vida, ou seja, a Psicologia se ocupa da subjetividade interiorizada na forma-indivíduo e na arquitetura dos espaços internos. Sobretudo na clínica individual, dentro das escolas e nas organizações de trabalho (Scarparo & Guareschi, 2007). Por isto, afirmar a rua e os espaços do fora como territórios de produção de outras subjetividades situa a ciência psicológica em um plano de devir e exige novos regimes de audição em relação às vozes que escuta para que seja possível produzir conhecimentos psicológicos e pensar o sujeito em sua atualidade. Nessa direção, a Psicologia se agencia com outros campos, como o Urbanismo, Design e Arquitetura, na preocupação com formas de viver na cidade.

A partir da figura do silenciamento sentido pelas mulheres do *Slam* Camélias, apostar na escuta de corpos que utilizam as ruas como plataforma para explicitar narrativas, histórias e memórias até então invisibilizadas, é forma de se atentar para as ontologias produzidas no presente e compreender outros modos de subjetivação. A criação de zonas de aparição para políticas performáticas permite à Psicologia transformar seu regime de escuta ao se aproximar de performances dissidentes de gênero, de corpos negros, indígenas, periféricos, pobres e migrantes. Aquilo que é reconhecível indica modos de vida que produzem marcas, enquanto formas de subjetivação, dos grupos não reconhecidos pelas políticas de inteligibilidade corpórea, ao passo que suas performances se distanciam do sujeito branco-masculino-cisgênero-heterossexual-classe média, ao qual foi atribuído reconhecimento.

### **Fim da pausa táctica**



**Limitar:** verbo transitivo direto. Determinar os limites de; demarcar, lindar [...] Reduzir a determinadas proporções: limitar seus desejos. Tornar certo, fixo; fixar, estipular, designar (Dicio, 2020).

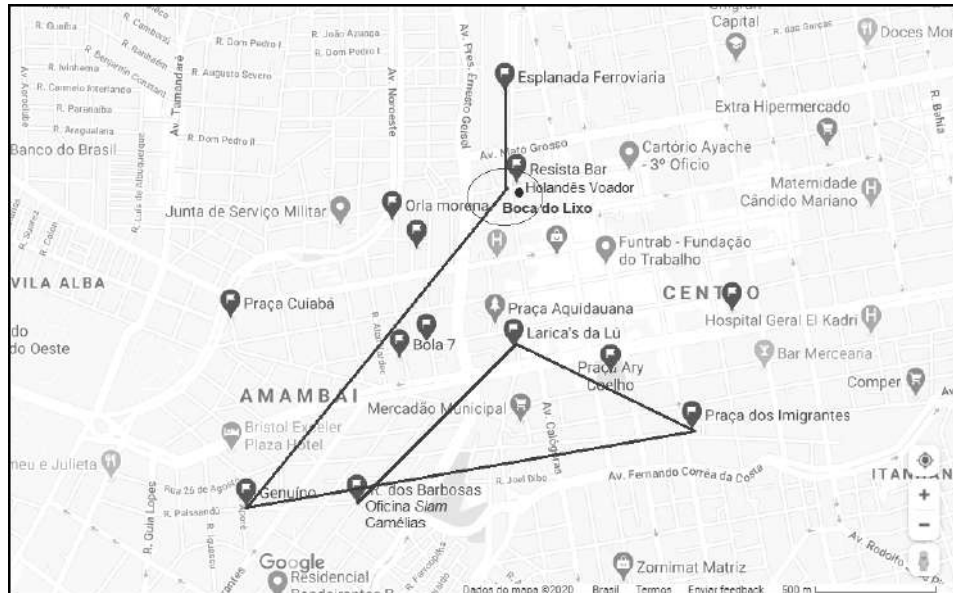


Figura 16. Traçado entre os pontos de pesquisa: vagão Larica's da Lu, praças Ary Coelho e dos Imigrantes, Genuíno bar, Resista Bar, Holandês Voador e Esplanada Ferroviária.  
Fonte: Adaptado de Google Maps, 2020.



Figura 17. Evento “45 dB não” em Resista Bar.  
Fonte: Facebook\Resista bar, 2018.

O percurso cartográfico com o Imaginário Maracangalha para o vagão Larica's da Lu e com o *Slam* Camélias no pensamento sobre os jogos de limite/transgressão produziu rizoma em relação aos silenciamentos face às contestações performáticas, considerando formas de gestão e transgressão na cidade. No plano cartográfico há abertura para novos agenciamentos a partir dos itinerários e conexões produzidas com a cidade, pois as relações se inscrevem dinâmica e complexamente como um rizoma, sem começo nem fim, mas sempre pelo meio em que cresce e transborda em suas múltiplas conexões e aberturas (Deleuze & Guattari, 1995). Não há apoio na ideia de origem ou centro, mas em processos que constituem planos variáveis que se remanejam e recompõem no coletivo a partir dos percursos com a questão de pesquisa. O encontro com o *Slam* Camélias e, mais especificamente, com a oficina de performance que veio responder ao modo como a rua silencia corpos-mulher, permitiu com que a investigação se agenciasse com outras produções urbanas onde a fala, a poesia e o barulho constituem pontos de tensão para pensar a transposição do silêncio na cidade e com isso pensar jogos de limite/transgressão.

O silenciamento micropolítico e molecular produzido nos corpos de mulheres, mais especificamente de mulheres negras, periféricas e indígenas, permitiu mover a atenção em relação a outras práticas e espaços onde há tensionamento de silenciamentos. Esse avizinhamentos de problemáticas possibilitou incorporar práticas de transgressão ao silenciamento nessa investigação. Uma dessas práticas urbanas é o Microfone Aberto, no vagão Larica's da Lu, para que todas tenham acesso à fala, ao levantar de sua voz durante as noites. Outra prática está relacionada ao projeto Sarau de Segunda que acontece na Praça dos Imigrantes, cujo objetivo é criar espaço para artistas locais e coletivos se expressarem musical, teatral, poética e performaticamente na rua. Esses grupos produzem formas de contestação do espaço urbano por meio da fala, do barulho e da transposição do silêncio nas ruas. Com eles, a rua é ser tomada como espaço de reivindicação de direitos, produção de outras corporeidades e exposição/aparição/visibilidade de experiências corpográficas outras, errantes e marginais.

Considerando as políticas performativas, o silêncio imposto a alguns corpos e a aposta na ocupação/barulho como intervenção política nos regimes de visibilidade e reconhecimento instituídos, a figura do silêncio e do barulho começam a compor o plano cartográfico. A partir desses novos agenciamentos para pensar jogos limite/transgressão na cidade, a cartografia se encontra com a Lei do Silêncio que começa a se tornar foco de atenção para pensar formas de governo da vida na produção de ontologias do presente. Essa lei se tornou alvo de comentários

e críticas entre pessoas que frequentam os espaços alternativo-urbano nas ruas de Campo Grande. Portanto, por meio de conexões entre práticas heterogêneas no campo da pesquisa, a Lei do Silêncio começou a mobilizar minha atenção, ao passo que a figura do silenciamento passou a compor o plano de imanência cartográfico.

O Código Civil federal, por meio da Lei nº 3.688 de 1941, define no artigo 42 a perturbação do trabalho ou sossego alheio como contravenção passível de pena de prisão simples ou multa. São descritos alguns exemplos de contravenção: gritaria, algazarra, abuso de instrumentos sonoros ou sinais acústicos, não impedimento de barulho produzido por animal que tenha guarda, etc. Os critérios e instrumentos utilizados para medir/avaliar/regular o que é considerado perturbação ao sossego e ao trabalho não é definido em nível federal pela lei das contravenções penais (Brasil, 1941), apenas em âmbito municipal. Caso não haja regulação municipal, a norma válida para a cidade é estadual.

Aquilo que popularmente se chama Lei do Silêncio é legislada pelos órgãos municipais, por meio de leis orgânicas e códigos de conduta. Apesar da autonomia municipal, há consenso pela utilização do número de decibéis para medir o nível de perturbação sonora, ou seja, a avaliação da perturbação se dá por meio do volume do barulho emitido.

Segundo Zajarkiewicz (2010, p. 33), “a poluição sonora pode ser definida, legalmente, como degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente lancem energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos”. O Decibel é utilizado para medir essa energia. A escala logarítmica em Decibel (dB), desenvolvida em 1920, foi adotada em razão de ser logarítmica, ou seja, é uma forma não linear de medir a energia emitida pelo som. Assim, os decibéis avaliam a energia de ruídos, barulhos e sonoridades que se distribuem através de ondas sonoras no ar. O Código de polícia administrativa de Campo Grande proíbe perturbação do sossego e bem-estar público com “ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma, que contrariem os níveis máximos de intensidade”. A Poluição Sonora é definida, nesse código, como emissão de som ofensiva ou nociva à segurança, à saúde e ao bem-estar da coletividade, direta ou indiretamente por meio de som, ruído, ruído impulsivo, contínuo, intermitente, de fundo. O código define distúrbio sonoro e distúrbio por vibrações como qualquer ruído ou vibração que “a) ponha em perigo ou prejudique a saúde, o sossego e o bem-estar público; b) cause danos de qualquer natureza às propriedades públicas ou privadas” (1992, p. 17).

As leis, normas e práticas que se corporificam em políticas governamentais compõem modos de gestão do corpo social, conforme explica Foucault (2008, 2015c) sobre as formas de governo da vida que funcionam como biopolítica focalizando nos indivíduos enquanto conjunto, população. O limite de decibéis para cada período do dia — matutino, vespertino e noturno — é definido pela legislação municipal. Belo Horizonte, por exemplo, tem o limite de decibéis para ruídos noturnos em 70 dB, conforme Lei Orgânica de 2008. No Rio de Janeiro, a lei Estadual nº 3827, de 2002 vigora para as cidades do RJ e estabelece que são prejudiciais à saúde, segurança e sossego público os ruídos que atinjam 85 dB no ambiente exterior ao de origem.

Em Campo Grande, até 2018, o limite de decibéis para ruídos noturnos era 90 dB, sob o vigor da Lei Municipal Complementar nº 08 de 1996. Essa lei havia alterado dispositivo do Código de Polícia Administrativo que vigorou entre 1992 e 1996. Há mais de duas décadas a gestão do silêncio/barulho estava estabilizada em termos de normas e leis para avaliação da poluição sonora. Em 2018 o Tribunal de Justiça do Estado do MS destituiu a Lei Municipal Complementar de 1996 e reestabeleceu as normas vigentes no Código de Polícia Administrativo de 1992, estabelecendo em 45 dB o limite de decibéis para ruídos noturnos. Esse limite de 45 dB é o mínimo estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Essa redução do barulho e imposição da intensificação do silêncio enquanto medida de gestão na cidade começou a aparecer nas mídias locais como Lei do Silêncio e associada ao fechamento de casas noturnas e bares na cidade, bem como perda de alvará por eventos culturais nas ruas e praças, como o Sarau de Segunda (Primeira Notícia, 2018; Correio do Estado, 2018; Mídia Max, 2018b). Nos espaços frequentados pela classe artística local e frequentadores dos eventos alternativo-urbanos, essa medida se tornou tema de conversas e críticas voltadas ao fechamento de espaços. Afinal, espaços fora do circuito tradicional de casas noturnas foram prejudicados pelo fato de não contarem com acústica para contenção da sonoridade e em conversas-denúncia, posicionamentos críticos indicavam que a nova política não se ocuparia de fiscalizar todos os espaços da cidade, mas a fiscalização se daria de acordo com um jogo estratégico.

Após a alteração legislativa, “em 10 dias cinco estabelecimentos encerraram atividades” (Correio do Estado, 2018) no mesmo ano outros estabelecimentos se fecharam como efeito das multas pela Lei do Silêncio e perda de alvará para funcionamento. Entre eles o Drama Bar, conhecido como reduto do público LGBTQIA+ na cidade; Genuíno, bar no centro velho; Bar

Valu, habitado pela classe artística e de produtores culturais da cidade, sobretudo aqueles que se envolvem com o carnaval de rua; e o Holandês Voador e Resista Bar, ambos com proposta de fortalecer a cultura underground em área central marginalizada.

A tensão governo da vida e silêncio – silenciamento – adquire densidade ao passo que estratégias de governo do barulho e silêncio produzem efeitos nos modos de ocupar a cidade. Principalmente se considerarmos os territórios possíveis de serem ocupados, o volume sonoro, horário e a própria manutenção da existência desses espaços e possibilidade de ocupá-los e reunir corpos. Em diferentes materialidades foi possível acompanhar denúncias e exposições sobre os efeitos da Lei do Silêncio em Campo Grande: em mídias locais (Correio do Estado, 2018; Mídia Max, 2018b; Primeira Notícia, 2018), mídias sociais (Resista, 2018; Genuíno, 2019), produções audiovisuais (Paralelo Comunicação Musical, 2018) e em conversas nos espaços alternativo-urbanos nas corpografias pelo centro velho. O *teaser* de um documentário que viria a ser produzido por um grupo de mulheres ligado à cena alternativa urbana de Campo Grande sobre a Lei do Silêncio, buscou visibilizar tensões e imprecisões do procedimento de avaliação da contravenção de perturbação ao sossego e trabalho. Em cena do *teaser* algumas pessoas conversam enquanto um medidor de decibéis se mantém ligado. Durante a conversa, o medidor se manteve acima de 50 dB e ultrapassava 80 dB quando da ocorrência de risadas e elevação do tom de voz em falas imperativas. Essa cena é provocativa e busca visibilizar que face ao fechamento de espaços alternativos da cidade, a medida administrativa se insere em um jogo de governo da vida por meio de políticas urbanísticas que regulam a sonoridade no espaço urbano. Há uma tensão em como essa gestão se dá, os critérios, o instrumento de medição e as formas de enquadramento da contravenção de perturbação sonora.

A relação entre gestão, silêncio, performance e território começa a indicar despossessão de certas experiências na cidade por meio da regulação das plataformas de aparição e reunião dos corpos. A problemática silêncio/barulho, tendo como elemento estratégico a Lei do Silêncio, conecta-se às formas de gestão das políticas de visibilidade e reconhecimento das vidas que ocupam certos territórios urbanos. Destaca-se que isto não implica afirmar que a alteração do limite de decibéis pela Lei do Silêncio é resposta causal às intervenções produzidas em espaços alternativos na área do centro velho. Portanto, não se busca afirmar causalidades, mas considerar o modo como a Lei do Silêncio se conecta às outras intervenções no centro velho e às tensões que se produzem no jogo de gestão do silêncio e fechamento de espaços.

Em julho em 2018 o Campo Grande News (2018g) veiculou notícia de que o Comando Geral da Polícia Militar deliberou decisão de que operações voltadas à poluição sonora se intensificassem e para que multas fossem aplicadas com valores maiores, acentuando as autuações. As localidades mais afetadas foram as periferias e os espaços heterotópicos acompanhados em área central sem tanta visibilidade como o centro velho. Ao utilizar o volume como poluição e a metrificação dos decibéis, a lei parece entrar no jogo de resposta aos movimentos de contestação da ordem citadina, contribuindo para a proposta de uma cidade silenciada, pacificada e espetacular, onde a rua é espaço de passagem com exceção dos eventos privados voltados ao público-consumidor. Ao mesmo tempo em que essas políticas nos protegem de volumes agressivos e capazes de danificar a audição, também nos protegem do contato com o fora, quer estejamos no espaço privado do lar ou no espaço público.

Na cidade do sujeito biopolítico moderno não apenas aquilo que se vê e se toca é administrado, mas também aquilo que se ouve. Gerir o silêncio parece se inserir no jogo de gestão performática do corpo, da fala, dos gestos urbanos e, a partir disso, das políticas de reconhecimento e visibilidade tensionadas nos espaços heterotópicos. Essa gestão implica considerar quais espaços são alvo de fiscalização, quais proprietários conseguem quitar os valores de multa por transgressão à Lei do Silêncio e conseguem realizar reformas à cada nova exigência administrativa e quais espaços de fato deixam de existir. As alterações das regras do jogo exigem que os estabelecimentos se readequem às normas para ruídos sonoros, demandando investimento imediato em reforma acústica, entretanto, os espaços acompanhados não dispõem de recursos financeiros para reforma acústica imediata, além de o contato com a rua compor a própria proposta de funcionamento. O isolamento acústico pressupõe uma fronteira em relação à rua e uma energia sonora voltada ao espaço privado.

Para problematizar e acompanhar essa gestão do silêncio no território do centro velho, focalizo a experiência do bar Genuíno, localizado no bairro Amambai. O Genuíno faz rizoma com os grupos acompanhados nesta investigação, tanto com presença desses grupos no espaço do bar Genuíno em projetos voltados à valorização dos artistas locais e arte de rua quanto com as conexões que a proprietária Aline Dias estabelece com os espaços culturais, artísticos e alternativos urbanos, auxiliando na organização do Sarau de Segunda e atuando em comissões locais de cultura. O bar inaugurou em 2014 e anunciou que fecharia as portas em 2019. Por meio de postagem no Instagram do bar (Genuíno, 2019) foi informado que o estabelecimento estava com três notificações urbanas emitidas pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e



Desenvolvimento (SEMADUR), estando enquadrado pela Lei do Silêncio. Para o Genuíno receber autorização para o funcionamento precisaria investir em reforma acústica e quitar multas com a prefeitura. Apesar da tentativa de arrecadação de recursos via vaquinha online, a situação culminou no fechamento do espaço. Conforme foi anunciado formalmente em mídia local pouco antes da decisão de fechamento:

Devido às recentes normas estabelecidas, como a medida dos 45 decibéis, o comércio tem sido prejudicado, de modo que, não podendo realizar seus eventos, fica impossibilitado de crescer e cumprir financeiramente com as exigências burocráticas e técnicas estabelecidas pelos órgãos responsáveis. Nos últimos 12 meses, presenciamos o fechamento de casas de shows, espaços alternativos, bares e cancelamentos de festivais importantes da cena. Todos prejudicados pela medida dos 45dcb (Campo Grande News, 2019).

Em postagem no Instagram, o bar anunciou seu fechamento por tempo indeterminado e escreveu que não é fácil concorrer com o circuito tradicional de eventos na cidade, pois a lógica de funcionamento do Genuíno é outra: “fazemos jazz, música regional, arte de rua, e em muitos desses eventos contamos com um público pequeno. Mesmo sem a movimentação necessária para que o bar continue em pé fazemos florir das pedras e seguimos” (Genuíno, 2019). Seguem alguns comentários realizados na postagem (Genuíno, 2019): “Triste demais... CG ainda é uma grande fazenda...”, “Uma grande perda para o fazer cultural dessa cidade”, “Que pena, um dos cenários importantes de divulgação e disseminação dos artistas locais... tristeza define”.

Campo Grande perde outra vez. Perde o publico por não poder ouvir o El Trio aí... O Begget com sua explosão de talento... e todos que fazem parte de verdade. Perde quem perde os filtros do João, a moda alternativa das minas... perde quem teve o privilégio de ouvir Toninho Porto. A cidade coronelista de sempre, matando gente, cultura e gado. Matando indígenas para substituir por pasto. Que o teatro, a musica, a cultura, a semente, os artistas e a resistencia que ainda pulsa nessa cidade perdida, consiga respirar os ares incríveis do Genú outra vez. Um cheiro doce pra vcs!

Sinto muito, sempre foi um dos meus lugares preferido nesta cidade com tão pouco espaços no estilo. Local que tinha alma, democrático, aconchegante, de respeito a diversidade de seu público, correspondendo com diversidade cultural. Sinto muito mesmo, Aline.

A forma de ocupação do espaço produzida pelo bar difere do circuito tradicional de Campo Grande nas áreas centrais, onde é preciso pagar o ingresso para habitar o local e mantém certa distância da rua. A organização da infraestrutura é importante, pois está intimamente conectada ao senso de manutenção da vida e condição de aparição dos corpos, considerando que a precarização da vida se relaciona à desposseção de condições para viver e aparecer na

esfera pública (Butler, 2018). Em espaços que funcionam na lógica de mercado o acesso é condicionado ao pagamento, à autossuficiência privada para acesso ao lazer, música e arte. Ainda que espaços como o Genuíno sejam comerciais, a forma de ocupação transfigura a privatização do comércio. Bandas locais utilizavam o espaço para ensaiar e artistas locais expunham suas produções em eventos como o Interação das Artes, o Domingo Autoral e o Linguagem de Rua. O lucro não era, exclusivamente, o que mobilizava a experiência do espaço, mas os encontros: com a rua, com a arte, com a diversidade, com o próprio espaço marcado pelo abandono.



Figura 18. Intervenção do coletivo Chakaruna no evento Interação das Artes, Genuíno bar.  
Fonte: Instagram\Coletivo Chakaruna, 2019.



Figura 19. Intervenção do artista Anderson Lima no evento Interação das Artes, Genuíno bar.  
Fonte: Instagram/Interação das artes, 2019.

Esses espaços ocupam, de fato, a rua. Parecem funcionar como comerciais e culturais, ou seja, não produzem uma experiência exclusivamente privada de comércio, mas indicam uma hibridização em que bares e casas noturnas se transformam em reduto de grupos comprometidos com a ocupação da cidade e com a expressão artístico-cultural no espaço urbano. No Genuíno, as mesas e cadeiras eram colocadas também nas calçadas e em alguns eventos parte do asfalto era ocupado. No Holandês Voador e Resista as mesas e cadeiras também se encontram na calçada e as pessoas acabam, em alguns momentos, ocupando o asfalto, encontrando-se com vendedores ambulantes e moradores de rua. A rua se torna algo que também passa por nós nesses locais que funcionam em contato direto com o fora da arquitetura privada. Nestes espaços híbridos e heterotópicos, as relações, o barulho e o rompimento com a cidade-silenciada funcionam como contestação do planejamento urbano. Esta espécie de insistência extrapola a função puramente comercial dos empreendimentos citadinos. Com isso, esses modos de existência se transformam em transgressores aos modos de habitar a cidade na medida em que estratégias são engendradas para comprimi-los.

A experiência do Genuíno, mas também de espaços como vagão Larica's da Lu em que há produção de encontros e experiências compartilhadas e coletivas para além da dimensão público/privada, diz respeito à produção de comuns. Ricardo Teixeira (2015) explica que o

problema do comum não é resolvido pela dicotomia público/privado, pois o comum se situa além dessa divisão político-jurídica que vêm operando na gestão da vida. A própria percepção do comum é nebulosa, já que naturalizamos a privatização de diferentes elementos da vida através da privação de direitos, acessos, da mercantilização da vida e neoliberalização econômica. Nessa esteira, para Hardt e Negri (2016) a governamentalidade moderna fragilizou nossa capacidade de enxergar a dimensão comum da vida por meio da naturalização da privatização da existência e da cisão individual/coletivo, público/privado. Para os autores, os mecanismos capitalistas sempre inventam novas formas de expropriar o comum do coletivo, contribuindo para o eclipse da dimensão compartilhada da vida.

As praças, ruas, bancos e árvores que existem na cidade fazem parte da dimensão comum da vida e compõem zonas de aparição política performativa, mas as políticas governamentais insistem em expropriá-las do coletivo, condicionando sua ocupação a uma experiência privada de consumo. O abandono de alguns espaços por meio da retirada de infraestrutura, não conservação de prédios são formas de desapropriar recursos comuns alinhadas à privatização urbana. As experiências acompanhadas – no Genuíno, no vagão Larica's da Lu – tensionam a divisão público/privado, pois apesar de serem espaços comerciais, são espaços abertos à dimensão comum. Neles há abertura para outras políticas de convivência, outros enquadramentos e regimes de visibilidade, os quais tornam possível que nos impliquemos com vidas que não são como as nossas, reconhecendo vínculos comuns. As partilhas comuns instauram outras grafias urbanas, outras corpografias.

Em um encontro do *Slam* Camélias no vagão Larica's da Lu, após a tentativa de retirada do vagão da Orla Ferroviária da cidade, Loren, uma artista, mulher, negra que participa ativamente dos espaços culturais de Campo Grande realizou uma fala no microfone aberto sobre as privatizações do espaço público na cidade:

Perdemos o Drama Bar, perdemos o Resista Bar, perdemos o Holandês Voador e podemos perder esse espaço, . . . Nós somos corpo político e estamos sofrendo perseguição nesse momento, . . . O que está acontecendo aqui é uma política de privatização. O objetivo é privatizar os espaços dessa cidade. Engaiolar a Morada dos Baís, ponto turístico no meio de uma zona abandonada como essa. Querem enjaular. Querem engaiolar, como engaiolaram a praça Ary Coelho, como engaiolaram o Mercado Municipal, como engaiolaram a Feira Central. O próximo alvo é esse. Elitizar os espaços. Privatização dos espaços. Eles sabem que nós não somos meros participantes. O que está acontecendo é uma política de higienização dessa cidade, . . . Eles acham que isso aqui é vandalismo. Vandalismo é o trem fantasma empinado só para inglês ver, que é a mesma coisa que perfumar cadáver, maquiar cadáver. Vandalismo é o Aquário do Pantanal. Vandalismo é o lago seco no Parque das Nações Indígenas. . . Nós podemos perder esse espaço, mas não vão calar nossas vozes [*sic*].

Essa fala inspira pensar sobre a insistência na retirada de condições para uso do espaço público e silenciamento de vozes no espaço urbano. Face à despossessão das plataformas públicas (praças, ruas), os espaços híbridos comerciais/culturais afetados pela Lei do Silêncio mantinham a existência de espaços heterotópicos na cidade como estratégia de despossessão de identidades que definem os grupos que ali ocupam os espaços. O fechamento desses espaços se conecta às formas de precarização da infraestrutura e abandono de algumas áreas urbanas, jogos que impossibilitam a existência de espaços heterotópicos. Além dos espaços públicos serem administrados como instâncias privadas, os espaços privados que não atendem à lógica de produção de lucro e proteção do capital, funcionando como espaços comuns – para além do público/privado – também se tornam foco de regulação. O fechamento ilumina limites da gestão urbana e permite tomar as práticas dos espaços heterotópicos como transgressivas, na medida que suas políticas performáticas e gestuais são contestadoras das corpografias instituídas.

Além do Genuíno, esse é o caso de espaços como o Holandês Voador e Resista bar que se encontravam fechados desde 2018 em razão da perda de autorização para funcionar, mas como é comum ouvir que *acabam sempre ressurgindo, em algum outro lugar de maneira clandestina*. Esses dois espaços noturnos alternativos se localizavam em uma área conhecida como Boca do Lixo, considerada marginalizada na cidade. Essa área se localiza no entremeio entre o considerado centro velho e a área central que ainda é foco de investimento financeiro estatal e privado. Apesar de ser uma região central, os comércios diurnos são precários, escassos e após anoitecer nenhuma porta se mantém aberta: “As únicas pessoas que se propuseram a pegar esse lugar: Holandês Voador, Resista, Brava” (Paralelo Comunicação Musical, 2019). As experiências que iluminam esse território são produzidas por grupos urbanos que habitam esses bares considerados alternativos. A ocupação pelos grupos artístico-culturais altera o regime de visibilidade desses espaços. Com isto, tensionam o jogo que estabiliza visibilidades do abandono, do silêncio e da precarização.



Figura 20. Ponte em área conhecida como Boca do Lixo em Campo Grande\MS.

Legenda: Na esquina visível na figura aparece o bar Holandês Voador.

Fonte: Fotografia Higor Bandeira, 2018. Recuperado de Instagram\kinsofcool\_.

Em postagem no Facebook o Resista bar (2018) aponta que o estabelecimento vem sendo responsabilizado pela permanência de vendedoras ambulantes, moradoras de rua e usuárias de droga na região da Boca do Lixo, o que causou indeferimento de alvará para funcionamento em 2018. A habitação de um espaço comum com esses corpos errantes da cidade (Jacques, 2016) se torna transgressiva e um dos elementos que conta na regulação desses bares. Como denunciado na fala de Loren, anteriormente descrita, a higienização da cidade opera por meio do fechamento de alguns espaços. Como acompanhado com o Imaginário Maracangalha, vagão Larica's da Lu e *Slam* Camélias, espaços que alteram o regime de visibilidade do centro velho. Espaços onde a relação com moradoras de rua, vendedoras ambulantes e usuárias de droga se torna possível, ainda que de modo provisório. Espaços onde intervenções performáticas artísticas e poéticas denunciam violências, explorações e visibilizam narrativas, histórias, memórias subalternizadas.

A região Boca do Lixo se torna visível e as vidas de moradoras de rua e usuárias de droga em seu entorno também passam a ocupar uma zona de visibilidade. Um elemento curioso é o fato de o quadrilátero onde a Boca do Lixo se localiza ser definido pelo Plano Diretor de Campo Grande como uma Zona Especial de Interesse Cultural – ZEIC do bairro Centro (Campo Grande, 2017). Desse modo, existem estratégias normativas para a revitalização econômica;

proteção do patrimônio histórico e cultural; valorização do espaço público; animação cultural e gestão urbana e ambiental dessas regiões listadas no Plano Local para as Zonas Especiais de Interesse Cultural do Centro de Campo Grande (Campo Grande, 2009), mas apesar de a legislação municipal entender a área como ZEIC, parece haver desinvestimento na produção cultural por meio de mecanismos que fragilizam sua ocupação por grupos artísticos e culturais.

Uma fala de Gilfranco Alves (arquiteto e pesquisador que realiza intervenções como *videomapping* em diferentes espaços da cidade, como a área Boca do Lixo, Esplanada Ferroviária, entre outros) em encontro virtual sobre a cultura em Campo Grande em 2020, mobilizou atenção da pesquisa ao citar o fechamento dos bares Holandês Voador e Resista em razão da Lei do Silêncio: *o som incomoda, mas não tem ninguém morando ali, parece que é um ranço [sic.]*. Após a implementação da Lei do Silêncio como forma de contestação aos possíveis efeitos da medida, o movimento “45 Decibéis Não” foi criado por agentes culturais da cidade e um dos eventos promovidos por esse movimento foi o Festival 45Db. Esse festival aconteceu em silêncio no Resista bar, como um provocativo à impossibilidade de fazer barulho em área cultural, de lazer e voltada para a produção musical, como é o caso da região Boca do Lixo. “O espetáculo ficará com o público que fará um show com seus cochichos de 45 decibéis etílicos” (Resista bar, 2018, para. 5). Na mesma noite aconteceu o Silêncio na Ponte com *videomapping* realizado pelo grupo de pesquisa Algo+ritmo na ponte da Orla Ferroviária localizada em frente ao Resista bar e Holandês Voador. Essas provocações tomaram o silêncio como provocação para reagir e contestar as medidas que fragilizam a possibilidade de ocupação do espaço.

A região não é residencial e no período noturno se encontra deserta, pois não há comércio noturno em funcionamento. Elementos como esse oferecem pistas para considerar os jogos de limite/transgressão que operam na regulação desses espaços. Como esse *ranço* se produz? Quais práticas, mecanismos e estratégias operacionalizam o fechamento desses espaços?

Considerando os jogos de transgressão/limite na cidade, interrogar o fechamento desses espaços permite pensar como eles se tornam foco de regulação e, eventualmente, de extermínio. O poder estrutura um campo de possíveis (Deleuze, 2013; Foucault, 2015c), estratégias de governo da vida são engendradas como resposta às urgências que se configuram no campo social em um jogo com as experiências que provocam e contestam as normas instituídas. No governo do campo possível e impossível para condutas e ações, o poder investe em mecanismos

de ordenação, regulação e produção de modalidades de vida. O fechamento desses espaços heterotópicos indica formas de governo que buscam exterminar experiências e em sua dimensão produtiva incita formas de viver relacionadas à privatização e espetacularização da cidade. Se as cidades ocupam centralidade na imaginação neoliberal (Brida & Morozov, 2019), até mesmo o espaço público se torna instância da gestão privada.

A cartografia produzida permitiu encontrar diferentes mecanismos que inibem a ocupação de plataformas públicas de aparição corpórea no centro velho. A Lei do Silêncio se avizinha a esses mecanismos e práticas, inserindo-se em um jogo de gestão e produzindo fechamento de bares e casas noturnas alternativas. Afirmar que a Lei do Silêncio compõe esses jogos de limite/transgressão na cidade indica que sua operacionalização, enquanto estratégia administrativa municipal funciona como estratégia de poder na gestão da urbanidade. As estratégias são mecanismos utilizados no governo da vida, constituindo formas de ação sobre ações possíveis, eventuais, supostas (Foucault, 2014). Nesse sentido, não são da ordem da causalidade, mas organizam um campo de possíveis, suscitando efeitos enquanto parte dos dispositivos de poder que maquinam a gestão da cidade. As estratégias de poder mobilizam as figuras do silêncio e do barulho, ao passo que a gestão recai sobre o nível de energia sonora dos espaços.

Face ao efeito de fechamento de espaços noturnos em áreas não residenciais consideradas abandonadas e da redução do limite de decibéis para 45 dB no período noturno, como a Lei do Silêncio se conecta às outras estratégias e práticas que criam condições de possibilidade para o fechamento/exterminio desses espaços? A Lei do Silêncio parece se amarrar às diferentes tecnologias urbanas que fecham e exterminam os espaços heterotópicos que transgridem o abandono e ocupam o centro velho. Assim como as práticas de policiamento ostensivo na região do vagão Larica's da Lu operam na vigilância do espaço regulando onde é possível pisar e estrangendo gestos urbanos artísticos quando de performances urbanas; a tentativa de retirada do vagão da Orla Ferroviária por meio de notificação da SEMADUR; impossibilidade do evento Sarobá seguir acontecendo no prédio da Antiga Rodoviária; ausência de infraestrutura e oferta de plataformas para o aparecimento dos corpos e das vidas, o que é condição para reivindicação democrática de direitos. Esse conjunto de práticas se situa na tensão transgressão/limite no espaço urbano do centro velho acompanhadas nesta investigação.



## 7.1 Fragilizar

Outras práticas que também apareceram no acompanhamento dos grupos heterotópicos e se avizinham, dizem respeito a impossibilidade de eventos voltados à ocupação artístico-cultural das plataformas públicas acontecerem. Além dos bares como Genuíno, Holandês Voador e Resista, eventos do Imaginário Maracangalha e de grupos de carnaval de rua também encontram dificuldade para obtenção de alvará e autorização para acontecer em plataformas públicas da cidade.

Em 2019, durante cinco semanas, houve presença do Laboratório Efêmero de Campo Grande (Lab CG) na estrutura da Esplanada Ferroviária. A implementação do Lab CG se deu como parte do programa Viva Campo Grande, voltado para revitalização da região central da cidade. O Banco Interamericano de Desenvolvimento em convênio com a prefeitura municipal “identificou o potencial da Esplanada Ferroviária como parque linear” (Lab CG, 2020, p. 14) e indicou o coletivo de inovação urbana TransLAB.URB de Porto Alegre - RS para desenvolver diretrizes para intervenção e proteção na estrutura da Esplanada Ferroviária, a qual tem 94 mil metros quadrados e grande parte se tornou estacionamento da Feira Central.

Uma das atividades do coletivo foram rodas de conversa sobre temáticas pertinentes para a elaboração das diretrizes, denominadas de Fala Local. Uma das rodas contou com a presença de artistas, produtores culturais e moradores do entorno da Esplanada Ferroviária. Nessa roda, representantes do Imaginário Maracangalha, do bar Brava e dos grupos de carnaval de rua Cordão da Valu e Capivara Blasé discutiram a própria dificuldade de ocupar a Esplanada Ferroviária para eventos, ensaios e intervenções locais. Ao mesmo tempo que há um investimento como parte do programa de revitalização do centro da cidade, também existem mecanismos que contribuem para que certos grupos não ocupem o espaço.



Figura 21. Atividade “Fala Local” em Laboratório Efêmero de CG.

Fonte: Laboratório Efêmero de CG, 2019. Recuperado de <https://labcampogrande.morena.br/galeria/>

Fernando Cruz do Imaginário Maracangalha e Silvana Valu, do bloco de carnaval Cordão da Valu problematizaram o fato de o *poder público* retirar iluminação e rede de água de algumas praças, restringindo condições de ocupação por meio da retirada de infraestrutura. “*Quando a gente começa a ocupar, a luz para de funcionar, daqui a pouco não sai mais água da torneira*” [sic]. Também discutiram a dificuldade em obter autorização da SEMADUR e SECTUR para ocupar a plataforma pública, uma vez que os critérios utilizados para deferir alvará privilegiam grandes eventos privados. Há um jogo relacionado às formas possíveis de ocupação e quais corpos e performances podem ocupar.

Dificuldades em conseguir alvará e ausência de regulamentações claras sobre os critérios para conseguir autorização para realização de eventos de rua foram apontados como principais elementos que operam nesse jogo. Eventos na rua como o Sarobá, de teatro de rua, sarais e *slam* precisam de autorização para acontecer, entretanto, os grupos denunciaram a dificuldade no trâmite para acessar o alvará de autorização. Para manter um espaço com som em funcionamento seriam necessárias “*pelo menos sete modalidades de alvará*” [sic], o que fragiliza as condições de possibilidade para os espaços híbridos comerciais/culturais, considerados independentes, manterem-se em funcionamento e acontecerem. Há privilégio para megaeventos privados.

Percorrendo a legislação sobre o uso e ocupação dos espaços públicos, até a data dessa roda de conversa, início de 2019, vigorava a regulamentação do decreto municipal nº 12.165 de 2013 para autorização de eventos e funcionamento de estabelecimentos. A autorização deveria

ser deferida pela SEMADUR por meio da apresentação de um conjunto de autorizações: do Comando da Polícia Militar, Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (DEOPS), Corpo de Bombeiros, licença sanitária e licença ambiental de operação.

Essa regulamentação já produzia efeito de burocratização e despossessão das condições de uso dos espaços públicos por grupos artísticos independentes. Entretanto, em novembro de 2019 foi publicada pela SECTUR uma normativa no diário oficial de Campo Grande intensificando a burocracia e a impossibilidade de ocupar o espaço público. A normativa nº 02 instituiu regras para “uso e ocupação de espaços públicos para fins de realização de evento e atividades de caráter provisório” (Diogrande, 2019, p. 11), buscando uniformizar as exigências para autorização de ocupação das praças e plataformas públicas. Essa normativa se apoia na lei municipal nº 5.793 de 2017, a qual entende que a legislação da cidade deve se apoiar “na promoção de políticas públicas de preservação da ordem publica, da incolumidade das pessoas, do patrimônio e de prevenção às drogas”.

Os eventos de natureza artística, musical, festiva, cultural, esportiva etc., devem requerer com antecedência mínima de 30 dias a autorização com a SECTUR. O capítulo Da Documentação esquadrinha os 17 documentos exigidos para requerer a autorização de uso do espaço. Entre eles é necessário comprovante de contratação de UTI móvel com médico responsável; certidão de regularidade fiscal com a União, Estado e Município por meio da apresentação de certidão negativa de débitos; contratação de brigadista; contrato com empresa de Segurança responsável pelo evento, entre outros documentários com autorização do Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal, SAMU, Poder Judiciário, Polícia Militar e AGETTRAN.

Essas normas e práticas fazem parte de um modo de gestão do corpo social, enquanto uma biopolítica da população (Foucault, 2008b). Para reunião de corpos nas ruas deve ser mobilizado um investimento burocrático espetacular em documentações. Essas regulamentações privilegiam e atendem a lógica dos eventos privados, de grande porte, onde as práticas artísticas e culturais visam o lucro, justificando a mobilização de diferentes instituições, órgãos, empresas. Além da documentação exigida que assegure serviços de segurança e saúde para o evento, há comissão julgadora – composta por três membros da SECTUR – para aprovar ou não o uso do espaço. Um dos capítulos da normativa inclui exigência de vistoria antes e depois da *entrega* e da *devolução* do espaço público. Público, mas administrado enquanto privado.

Essa burocratização é utilizada para impedir e restringir o uso e ocupação dos espaços públicos. Entretanto, esse mecanismo de gestão não governa apenas pelo não, pela negativa e repressão. Mas também ilumina a dimensão produtiva do poder (Foucault, 2015c) criando condições para eventos privados e megaeventos acontecerem na cidade, instaurando uma modalidade de vida voltada para a privatização das experiências no espaço urbano. Há destaque para as obrigações do autorizado a ocupar o espaço público, entre elas “arcar com as despesas de segurança privada” (p. 12).

Apesar da precarização do centro velho e abandono da região, quando esses grupos locais buscam ocupá-lo e reivindicam sua ocupação há manutenção do abandono. As corpografias transgressivas dos grupos heterotópicos acompanhados iluminaram tecnologias e medidas administrativas que operam no movimento transgressão/limite no centro velho. As formas de resistência iluminam os limites que as mantém: quando o Imaginário Maracangalha reclama que o Amambaí não é apenas problema social e reivindica a dimensão cultural do espaço; quando os grupos (teatrais, artísticos, *slams*) ocupam o vagão Larica's da Lu e visibilizam outras experiências na Orla Ferroviária, transgredindo as políticas higienistas que condicionam formas de reconhecimento do outro; quando o *Slam* Camélias produz barulho pela poesia de mulheres negras, periféricas conforme acompanhado, o jogo de abandono e precarização é tensionado. Os espaços que transgridem a Lei do Silêncio no centro velho se avizinham a esses movimentos acompanhados. São práticas heterogêneas que se conectam no território do centro velho, de forma rizomática, por meio de encontros, pelo “meio” como indicam Deleuze e Guattari (1995) sobre as conexões cartográficas.

Quando espaços como o Genuíno e os alternativo-urbanos Resista e Holandês Voador ocupam e fazem barulho na área abandonada da Boca do Lixo criando outras políticas de visibilidade e convivência, tornam-se foco de regulação. As práticas corpográficas acompanhadas produzem eficácia performativa relacionada à transfiguração dos enquadramentos que emolduram o centro velho como marginal, perigoso, precário, abandonado. Essas práticas heterotópicas iluminam os limites que atualizam o abandono, na medida que acionam políticas administrativas de desposseção do espaço. A Lei do Silêncio amarrada ao efeito de fechamento dos espaços alternativos que ocupam o centro velho, permitem considerar o engendramento de políticas que insistem no próprio abandono do território.

Nesse jogo de transgressão/limites, a cartografia produzida até aqui permite considerar o abandono não somente como efeito da migração de fluxos de capital da região do centro velho na década de 90 e da ausência de planejamento urbano na atualidade, mas como elemento estratégico da própria lógica de gestão urbana. A transgressão produzida pelas intervenções que contestam a precariedade dessa região urbana e instaura zonas de visibilidade para o território e para outras formas de subjetivação se encontra com novos limites, os quais produzem formas permanentes de abandono. A gestão do silêncio e do barulho, a partir do efeito da Lei do Silêncio no fechamento de espaços heterotópicos, amarra-se às outras desposseções e silenciamentos urbanos, como sentido pelos corpos-mulher do *Slam* Camélias. Portanto, a figura do silêncio e do barulho auxilia compreender o governo da vida e produção de modos de viver na cidade.



## 8 SILENCIAR

---

**Silenciar:** verbo transitivo. *Ficar em silêncio; calar-se. Fazer calar: a voz de comando silenciou os descontentes* (Dicio, 2020).



Figura 22. Traçado entre os pontos de pesquisa: Esplanada Ferroviária e Praças Ary Coelho, Aquidauana, do Rádio Clube e São Francisco.

Fonte: Facebook\Slam Campão, 2018



Figura 23: Evento Democracia em Vertigem do Slam Campão em Praça Aquidauana.

Fonte: Facebook\Slam Campão, 2018

O silêncio nos espaços públicos — com exceção dos motores de automóveis, buzinas e burburinho dos corpos consumidores nas áreas centrais — contribui para despotencialização de encontros na rua. A rua deixa de passar pelos sujeitos para ser simplesmente aquilo por onde se passa no deslocamento de um ponto ao outro. Referindo-se ao modo de vida urbano no século XIX, Sennet (1993, p. 43) afirma “o silêncio em público se tornou o único modo pelo qual se poderia experimentar a vida pública, especialmente a vida nas ruas, sem se sentir esmagado”. A figura do silêncio, portanto, indica um modo de organização da vida nas cidades e disposição espacial, temporal e sonora de pessoas e coisas. Como modo de subjetivação a figura do silêncio opera na gestão das micropolíticas cotidianas estruturando um campo de possível para as ações corporificadas.

Na transformação dos espaços públicos em espaços de passagem (Sennet, 1993), os passos são rápidos, os ouvidos podem se cobrir com fones para pré-selecionar o que será ouvido e os automóveis transitam com vidros fechados. Há circulação, mas não ocupação da rua enquanto espaço de encontro e acontecimento. O investimento biopolítico nesse modo de vida instaura corpografias da cidade-espetáculo, cidade-pacificada, cidade-asséptica (Britto; Jacques, 2009). São agenciados gestos urbanos onde o sujeito, com sua automobilidade, volta-se para seus trajetos, seu consumo, seu trabalho. Essas corpografias se inscrevem no campo de experiência instituído, o qual se produz como “foco de experiência” (Foucault, 1996) enredado pela relação entre saber/poder/subjetividade. Nesse plano de possibilidades de uma época, o espaço público, ao ser produzido como espaço de passagem por políticas de gestão, fragiliza sua apropriação como comum e plataforma democrática para o exercício performativo político dos corpos.

A figura do silêncio para pensar um espaço de passagem, sonorificado por vozes hegemônicas, onde a produção de comuns e exercício político é difícil, amarra-se à manutenção da dicotomia público/privado articulada à privatização e interiorização da subjetividade. Essa interiorização acompanhada por Foucault (2016) se dá por meio de tecnologias de subjetivação que produzem a experiência de interioridade e uma forma-indivíduo cindido da comunidade. Na cidade, essa experiência interior se conecta ao modo de governo neoliberal em que há pressuposição da autossuficiência corpórea (Butler, 2018).

O liberalismo e neoliberalismo estabelecem um regime de verdade que regulam a prática governamental, segundo Foucault (2008a, 2008b). O mercado se torna dispositivo de saber e as práticas governamentais se apoiam na economia política para estruturar o campo de possíveis



para ações e comportamentos, seja pela ação disciplinar sobre a virtualidade dos comportamentos ou no nível da biopolítica, regulamentando acontecimentos e séries prováveis. A configuração dessas tecnologias produz práticas de si voltadas à interiorização do sujeito, produzindo subjetividades individualizadas como uma prática política conectada às lógicas neoliberais para organização da vida na cidade, perpassando dimensões heterogêneas da existência (trabalho, saúde, segurança, etc.), uma política do silêncio. Esse governo pela individualização, pelo isolamento do indivíduo da vida comunitária e curvado sobre sua própria identidade (Foucault, 2014) é intensificado com o neoliberalismo. A figura do silêncio permite pensar uma política voltada à certo modo de vida na cidade, apoiado na interiorização, individualização e privatização das relações, o que se intensificou com a expansão das políticas neoliberais.

Para Butler (2018) essa racionalidade neoliberal produz a sensação de autossuficiência das vidas, eclipsando a condição interdependente dos corpos, os quais necessitam de suportes coletivos na cidade para lidar com a precariedade. O governo dos suportes e infraestrutura para vida se tornar vivível, apoia-se em normas de reconhecimento dos corpos e são condicionadas por jogos que maximizam ou minimizam a condição precária. Além de um governo sobre a virtualidade das ações e condutas na disposição da vida urbana, – como Foucault (2000, 2008a, 2008b, 2015c) explica e enfatiza a dimensão produtiva e positiva do exercício de poder – o capitalismo neoliberal tem se encarregado da produção e atualização de violências como forma de gestão.

Mbembe (2016, 2018) discute a racionalidade colonial operante nas democracias capitalistas ocidentais nas quais técnicas de poder se voltam para produção de zonas de morte e violência direcionadas para algumas populações. A face repressiva e violenta do poder é incluída nas técnicas neoliberais de governo da vida e da morte em uma necrobiopolítica (Lima, 2018). Subsídios raciais, de gênero e classe operam nas normas que emolduram quais corpos são vivíveis e quais são matáveis, bem como as condições de possibilidade para resistir aos mecanismos de precarização da vida. Na atual forma do neoliberalismo, a precarização da vida deixa de ser apenas efeito do “*deixar morrer*” para ser produzida, isto é: *fazer morrer*, quando se trata da vida de certas populações (Mbembe, 2006; Butler, 2018), o que se articula com a privatização das propriedades e expansão e acumulação de capital. O efeito desse modo de governo na produção de subjetividade e formas de viver a cidade constituem experiências urbanas em que vozes, memórias e narrativas de grupos subalternizados podem ser sufocadas

e silenciadas, uma vez que a visibilidade dessas vozes é estratégia para resistir e negociar com os mecanismos de poder que se excedem.

Em leitura do texto “máscara do silenciamento” de Grada Kilomba (2015) uma dimensão da oposição ao barulho é apresentada: silenciar. O instrumento de metal conhecido como máscara do silenciamento era utilizado por escravocratas brancos para controlar a boca dos africanos escravizados. Essa máscara evitava que o povo negro se alimentasse da cana-de-açúcar enquanto trabalhava nas plantações e impunha silêncio, mudez e medo àqueles corpos. A autora conta sobre Anastácia, mulher escravizada e forçada a utilizar diariamente uma máscara facial que impunha silenciamento a seu corpo. Os relatos sobre a motivação para essa imposição são diversos, mas chamam a atenção aqueles que atribuem culpa às suas ações políticas em termos de tentativa e auxílio em fugas e resistência às investidas sexuais do escravocrata. Para manter as formas de exploração, o corpo que resiste deve ser silenciado.

Audre Lorde (2019) no texto “A transformação do silêncio em linguagem e em ação”, escrito em 1977, discute a imposição de silêncio às mulheres, sobretudo às mulheres negras. A autora considera os silêncios que marcaram sua vida e reflete sobre a implicação política de não se calar diante de subalternizações e violências micropolíticas impostas ao corpo-mulher. Apesar da condição fisiológica de emitir ato de fala, o silêncio pode se impor aos diferentes grupos e populações de forma diferencial, uma vez que os mecanismos de gestão da precariedade da vida afetam as possibilidades de expressão político performativa. Nesse sentido, podemos considerar a colocação de Butler (2018): nem todos os corpos podem falar e se mover, seja por condição fisiológica ou imposição política.

Nisso, a “impossibilidade” de certas populações *fazerem barulho* tem condições históricas, sociais e políticas agenciadas por meio de lógicas coloniais que subalternizaram vozes, saberes e narrativas no decorrer de séculos de processo colonial. A fala, enquanto uma das formas de performance política, depende de condições para vocalização, para ser ouvido, para habitar zonas de aparição onde narrativas de si e do coletivo sejam testemunhadas (Butler, 2018). A produção de barulho na esfera pública cria zonas de exteriorização para aparição de performances políticas que transgridem as normas. O barulho gerido pela Lei do Silêncio, ao “lançar energia em desacordo aos padrões estabelecidos” (Zajarkiewicz, 2010, p. 33) perturba a ordem cidadina. A ultrapassagem do volume de decibéis, segundo o Código de Polícia de Campo Grande (1992), pode colocar em perigo o sossego, o bem-estar público e causar danos às propriedades privadas ou públicas.

A partir dessa figura do barulho nas políticas de administração urbana, o barulho produzido por grupos heterotópicos acompanhados nesta cartografia incomoda, provoca, tensiona a ordem urbana, o campo de possíveis para as ações e condutas. Por meio de expressões artísticas e culturais publicizam narrativas, vozes, histórias. Essa exteriorização se torna reivindicação de direitos, acessos e denuncia a imposição de violência e precariedade a algumas vidas e com isso produzem outros agenciamentos subjetivos no espaço urbano, bem como se inserem na disputa por enquadramentos de espaços e vidas. No centro da praça Ary Coelho, com microfone e atenção do público, uma fala no evento Ato-Sarau “Sar(ato) resistir sem medo”, em março de 2019, permite considerar a produção de outros enquadramentos da cidade: *“Campo Grande não é apenas a capital do boi e das caminhonetes sujas de barro. Precisamos mostrar que Campo Grande não é só isso, que Mato Grosso do Sul não é só isso. Aqui tem indígena, gay, trans, lésbica, negro”* [sic].

Há reivindicação pela constituição de outras ontologias corpóreas e modos de viver. A ocupação de plataformas públicas com vozes, barulhos, artes e intervenções diversas cria formas de aparição e inscrição do corpo no campo político. Esse aparecimento nos espaços públicos (ruas, praças, mídias virtuais etc.) é direito plural e performativo para uma vida democrática (Butler, 2018), em que haja possibilidade de negociar e resistir aos mecanismos de poder. Os corpos negros, indígenas, gays e trans buscam tornar suas performances visíveis, audíveis e perceptíveis, por isso ocupam, gritam e sonorificam as ruas. Nessas zonas de exteriorização criadas pelo barulho e por essa insistência em ser ouvido há contestação dos esquemas normativos – apoiados em lógicas racistas, coloniais, heteronormativos – que anulam a corporalidade e a linguagem de certas vidas. Como resposta a essa política de barulho, novos limites são engendrados micropoliticamente.

Pensando sobre a despossessão dos espaços públicos e as respostas que silenciam efetivamente vozes, esta cartografia pousou atenção no *Slam* Campão. Durante a pandemia de Sars-Cov-2 no Brasil, o grupo realizou um conjunto de lives no uso das plataformas digitais. Um dos movimentos nessas lives foi de rememoração de experiências vividas nas ruas, onde tecnologias policiais apareceram como mecanismos de silenciamento. Esse *Slam* se define como:

Uma maneira de MANIFESTAÇÃO POÉTICA onde debatemos todos as truculências presentes nos dias de hoje (...) Somos um movimento de resistência, uma política poética, buscando dar espaço para nossos jovens e afins para recitar suas poesias independente da competição ou não (Slam Campão, 2017).

Em 2017 a eficácia performativa do grupo acionou a Guarda Municipal ao batalharem na Praça Aquidauana, localizada no centro velho, a poucos metros do vagão Larica's da Lu. O motivo do impedimento se deu pela ausência de alvará para o uso e ocupação do espaço público. Ainda que a compreensão da Constituição Federal de 1988 tome ruas e praças como públicas e pressuponha o direito à cidade, na época a Guarda Municipal se apoiou no decreto municipal nº 12.165, de 2013 para findar a reunião dos corpos e a batalha de poesia. Como resposta ao barulho das poesias que seriam vocalizadas na batalha de *slam*, medidas administrativas foram acionadas para silenciar.

Em live no Facebook do *Slam* Campão (2020), um de seus organizadores rememorou a situação em que a chegada do grupo na praça do Rádio Clube – localizada no centro comercial da cidade e de frente a grandes comércios – mobilizou repressão da Guarda Civil Municipal.

A partir do momento que a gente se juntou ali, a gente sentou numa roda, eles vieram, tentaram desmobilizar, a gente conversou, mostrou o papel. Eles continuaram irredutíveis falando que a gente precisava sair dali, que a gente precisava desocupar aquele local. E nisso um dos poetas que estava com a gente começou a recitar uma poesia. E quando ele começou a recitar essa poesia o guarda municipal disse que prenderia ele por desacato à autoridade. Olha como funciona as coisas: ele ameaçou prendê-lo enquanto ele recitava uma poesia (sic.).

Como resposta à poesia, prisão. O papel mencionado pelo grupo de *slam* se referia a um decreto municipal que assegurava o uso e ocupação de espaços públicos, desde que não houvesse comercialização de produtos. Entretanto, o decreto exigia, ainda, que a ocupação fosse autorizada pela SEMADUR. Não são todas as reuniões da juventude em praça pública que mobilizam tecnologias policiais, mas os corpos em questão – negros, periféricos, pobres – acionam. Na indistinção entre Estado de direito e Estado de emergência, a polícia decide quem pode se manifestar e quem não pode (Lazzarato, 2019). O Estado, por meio de suas medidas administrativas, encarrega-se de operacionalizar tecnologias policiais, de vigilância e de regulação. Nessa gestão foram expropriadas condições para ocupar o espaço comum que é tomado como público e administrado enquanto privado.

As tecnologias policiais assumem formas violentas nesse jogo com as resistências e a política do silêncio assume face repressiva. Em 2018 um dos integrantes do Imaginário Maracangalha foi preso pelo 1º batalhão da Polícia Militar de Campo Grande, durante uma Batalha de *Rap*. A batalha acontecia na praça São Francisco, localizada em frente ao antigo bar Vai ou Racha que acolhia eventos alternativos e *undergrounds* da cidade, fechado em 2017. A praça passou a ser ocupada por moradoras de rua e foco de vigilância policial (Oliveira, 2018),

bem como contemplou alguns eventos alternativos como as batalhas de *Rap*. Nesse dia de batalha, por volta das 20h30min houve intervenção policial a fim de dispersar a reunião de pessoas. A dispersão foi questionada principalmente por um integrante do Imaginário Maracangalha que adotou postura de não resignação à imposição de desocupação do espaço público e “continuou a questionar os policiais, alegando que o espaço público tem o direito constitucional de ser ocupado” (Campo Grande News, 2018). A polícia apontou arma, o agrediu com chutes e o apreendeu.

No imperativo de transformar as plataformas públicas em vias de circulação, as tecnologias policiais podem se recrudescer. A face violenta e repressiva da polícia é acionada por gestos urbanos de contestação. Em declaração ao Campo Grande News (2018), após movimentação entre artistas locais nas mídias sociais, o capitão do batalhão responsável pela intervenção afirmou que a polícia estava no local conforme costume de realizar diligências voltadas ao combate do tráfico e uso de drogas na área e o motivo da prisão se deu “por desacato”.

A guerra em relação aos inimigos eleitos da sociedade, como as drogas, é permanentemente acionada para justificar medidas autoritárias. Além disso, como explica Davis (2018), o uso de violência policial estatal contra populações minorizadas encontra justificativas no suposto terror e violência que esses grupos produziram ao reagir às violências cotidianas, além de ter origem na colonização e escravidão. Como discute Gonzáles (1984), no jogo de violência e proteção dos espaços e vidas, as intervenções policiais se tornam violentas quando se trata da população negra e pobre, haja vista a violência nas favelas e periferias do Brasil. No espaço central do centro velho, com a ocupação desses grupos que remetem a uma corporalidade periférica, dissidente e racializada, as tecnologias repressivas e de extermínio utilizadas em outra espacialidade são acionadas. A tecnologia estatal de governo da vida, sob a forma policial, assume função de ceifar vozes e gestos que ocupam o espaço público.

No jogo limite/transgressão não são todos os corpos e gestos a serem impossibilitados de ocupar e se reunir em praça pública, bem como não é qualquer praça que não pode ser ocupada. Ao mesmo tempo que para receber autorização de alvará para uso e ocupação do espaço público os *slams* e batalhas de *Rap* precisariam atender às exigências voltadas para os eventos privados e megaeventos, como instituído pela prefeitura (Diogrande, 2013, 2017, 2019), outros usos do espaço público não mobilizam necessidade de alvará ou atenção de tecnologias policiais. Em Campo Grande, algumas praças, como a Praça do Peixe no bairro de

classe média Vilas Boas, são tranquilamente ocupadas para o lazer de crianças, jovens, adultos e idosos. Entretanto, a administração da praça se dá em parceria privada. Em cada bloco de grama há uma placa com referência à entidade que financia a manutenção do espaço. Algumas atividades de lazer também são pagas, seja pela população ou por entidades que as financiam. Próxima a uma rua conhecida como *corredor gastronômico*, a ocupação da praça se articula ao comércio nos restaurantes e bares da área. As corpografias se articulam a uma experiência privada do espaço público. São corpos em sua maioria brancos e adequados à certa matriz de inteligibilidade corpórea que produz normas para o reconhecimento das vidas. Não são pessoas pobres, negras, com identidades de gênero dissidentes, moradoras de rua que usufruem dessa praça, bem como a eficácia performativa de seus corpos não busca reivindicar, denunciar ou exigir condições de vida.

Há silêncio, ainda que exista movimento, vocalização e aparição desses corpos. A intensidade, a frequência dessas grafias urbanas não excede limites estabelecidos, pelo contrário, é produzida pela própria gestão neoliberal privatizante. Não há barulho enquanto excesso de energia que perturba e contesta a ordem urbana para publicizar vozes, narrativas, histórias e experiências minorizadas. O impedimento de certas reuniões acontecerem em praças públicas ilumina a dimensão produtiva dessas práticas de gestão (Foucault, 2015c), articulando-se à produção de uma cidade higienizada e privatizada, onde os fluxos de consumo podem se espalhar. Ao serem tomados como transgressões, as batalhas de *Rap* e *slam* no centro velho iluminam os limites que produzem a gestão urbana.

A tensão produzida pela intervenção policial em certas aglomerações e reuniões permite considerar quais corpos, performances e barulhos transgridem. As batalhas reúnem corpos negros, periféricos e pobres, cujas vozes e produção de barulho se tornam mais transgressivos com relação à ordem citadina, ao passo que suas performances corpóreas são dissidentes, são vidas não qualificadas pelo esquema de reconhecimento das vidas ocidental colonial. Ao ocupar plataformas de aparição com poesias, *raps* e intervenções-denúncia, outros gestos e grafias urbanas são inscritos no tempo-espaço, criando heterotopias e reconfigurando o campo político. Com isso iluminam a tensão público/privado na administração urbana, acionando políticas de privatização, higienização e manutenção da despossessão de áreas públicas geridas pelo abandono. Destaca-se que as esferas pública e privada são efeito de um conjunto de práticas e sua suposta dicotomia, em realidade, é provisória e alterada nos jogos políticos que no presente

privatizam sistematicamente plataformas consideradas públicas, em razão da neoliberalização do espaço urbano que eclipsa o direito de aparecer (Butler, 2018).

Os espaços e experiências heterotópicas produzidas têm como uma de suas características a expansão da visibilidade de vozes e corpos invisibilizados historicamente. Nisso, a figura do silêncio, pensada a partir dos efeitos da Lei do Silêncio amarrados aos efeitos de outras práticas de gestão urbana que condicionam o fechamento e extermínio de espaços artístico-culturais no centro velho, permite compreender que há um investimento no próprio silenciamento de vozes. Como efeito dessa política do silêncio, tem-se a retirada de condições para habitação, uso e partilha das plataformas públicas de aparição por meio de diferentes tecnologias, policiais e administrativas. Essa despossessão das plataformas públicas é uma importante estratégia de governo das vidas, pois como explica Butler (2018), precisamos de suportes/superfícies/plataformas para agir e lutar. Ao mesmo tempo em que agimos e lutamos por suportes e plataformas para o florescimento da vida, precisamos desses suportes para a própria luta política. “Não podemos agir sem suportes, contudo, precisamos lutar pelos suportes que nos permitem agir” (p. 82). O direito de aparecer inclui a possibilidade de estabelecer formas corporificadas de vidas para que estas sejam vivíveis.

Os grupos cartografados reivindicam direitos e liberdades na micropolítica de suas intervenções performáticas na cidade e ao mesmo tempo reivindicam a própria liberdade de ocupar espaços, bem como o próprio direito de que os espaços sejam passíveis de serem ocupados e utilizados como plataformas de contestação, resistência e aparição. As vozes das mulheres do *Slam* Camélias reivindicam a liberdade das mulheres se sentirem seguras nas ruas, reivindicam que suas vozes, histórias e ancestralidades sejam ouvidas. As intervenções cênico-performáticas do Imaginário Maracangalha iluminam histórias e espaços esquecidos ou pouco visibilizados, como a história de Marçal de Souza encenada e a ocupação do bairro Amambaí, sobretudo da Antiga Rodoviária da cidade. A existência do vagão Larica's da Lu criou uma heterotopia onde diferentes grupos se reuniam para rodas de conversa, intervenções artísticas e a possibilidade de fala/escuta no espaço coletivo, comum. Essas experiências produzem barulho na medida que buscam intensificar e visibilizar vozes e narrativas, como nas batalhas de *Rap* e *slam* nas praças.

Nesta pesquisa, em razão das cenas com as quais me encontrei, o silêncio aparece como elemento para pensar uma política que silencia. Entretanto, é importante ressaltar que o silêncio toma forma de silenciamento de maneira localizada e situada nesta cartografia, mas ele pode

também compor com políticas transgressivas. O silêncio e o barulho não são essenciais, eles tomam corpo, forma e são performados a partir de agenciamentos coletivos. Como explica Foucault (2004), existem silêncio(s). “Certos silêncios podem implicar em uma hostilidade virulenta; outros, por outro lado, são indicativos de uma amizade profunda, de uma admiração emocionada, de um amor” (p. 240).

Pensando em jogos de transgressão/limite, é importante destacar: ainda que adquira forma de silenciamento, o silêncio também pode funcionar como estratégia para escapar a certos mecanismos de poder. De acordo com Deleuze (2005), Foucault nos mostra que com a forma de governo engendrada a partir do século XIX, as populações se tornaram visíveis. Nas sociedades disciplinares o diagrama de poder enquadra o campo social a partir de um conjunto de tecnologias de poder difusas, locais, microfísicas — que operam como um regime de luz que busca tudo ver, tudo iluminar, para melhor regular, gerir, governar. Fazer falar, fazer ver são imperativos de diferentes estratégias, como os procedimentos confessionais, assim, há quase uma obrigatoriedade na exposição (Foucault, 2004).

Com as mudanças na configuração de poder das sociedades disciplinares e o esboço do que Foucault e Deleuze, inspirados em William Burroughs, chamam de sociedade de controle, há uma intensificação e exacerbação desse poder sobre a vida. Essa passagem diz menos de uma oposição do que de uma intensificação do poder sobre a vida (Mizoguchi, 2002), que em sua exacerbação se interessa pelo controle de eventos fortuitos, pela virtualidade das ações, tomando a vida de assalto (Deleuze, 2013).

Diante dessa forma de governo da vida que busca fazer ver e falar para gerir as virtualidades, certo *ethos do silêncio* (Foucault, 2004) permitiria escapes ao poder. Nessa direção, uma linha de fuga é o silêncio face ao regime que ilumina e retira os sujeitos de certa potência silenciosa do não dizer. Há silêncio(s). Alguns precisam ser rompidos, como afirmam Lorde (2019) e Foucault (2003b), “que o intolerável, imposto pela força e pelo silêncio, cesse de ser aceito” (p. 04), como “zonas de ‘perigo’ que são silenciosamente toleradas” (p. 147). É o caso dos silêncios acompanhados nesta investigação, os quais produzem e atualizam zonas de invisibilidade e não reconhecimento de vidas precarizadas.





## 9 PERTURBAR

---

***Perturbar:*** verbo transitivo direto e pronominal. Ser alvo de alteração ou transtorno; causar desordem: problemas perturbam a ordem [...] Deixar de ter controle sobre; perder o equilíbrio (Dicio, 2020).



Figura 24: intervenção performática do Teatro Imaginário Maracangalha na antiga rodoviária.

Fonte: Facebook\Mara Rojas, 2017.

Considerando as políticas do silêncio que produzem a vida urbana, as corpografias dos grupos heterotópicos acompanhados perturbam a ordem silenciadora. Aquilo que perturba a ordem tem potencial de transformação, o que desestabiliza os limites e introduz nova intensidade aos jogos de limite/transgressão. Através de corpografias outras e performances políticas transgridem molecularmente o campo de experiências instituídos e criam zonas heterotópicas, incitando subjetividades que contestam, fazem barulho. Nesta cartografia, os movimentos artísticos de rua, onde a arte é forma de resistência micropolítica, ajudam a compreender outro *locus* de experiência urbana, considerando a relação corpo/arte, corpo/cidade. A experiência corporal do espaço urbano é produzida em caminhos alternativos, errantes e desviantes que as formas artísticas de ocupar a cidade propõem, contrariando o silenciamento do espaço urbano aliado à privatização, espetacularização e neutralização do espaço (Britto & Jacques, 2009).

Nessa esteira, em discussão sobre o espaço, Lepecki (2013) entende que a produção de um espaço neutro, asséptico e silencioso é marcada pela violência. O autor pensa o chão das intervenções artísticas, principalmente da dança, em que tradicionalmente há busca pela

neutralização e esvaziamento do espaço, o qual deve se tornar liso e branco. Retomando Paul Valéry, para quem a condição para o acontecimento da dança está no alisamento e silenciamento prévio do espaço, Lepecki (2013) apresenta contraponto, uma política do chão. Afirma que as performances acontecem sobre as marcas urbanas, sobre cicatrizes de uma historicidade que diz respeito àquilo que somos, o que se manifesta inclusive pela sonoridade:

O som que precede a dança seria antes a barulheira infernal da maquinaria pesada, o palavarar ou as canções de trabalho dos operários, o chincalhar das ferramentas, o vociferar e os comandos de topógrafos, engenheiros e capatazes. E também, os gritos dos escravos. Apenas depois de um chão se tornar tão liso e vazio e chato como uma folha de papel em branco (agora podemos dizer: apenas depois de um chão se tornar um autêntico Feuillet), é que o dançarino pode entrar em cena, de modo a que a sua execução de passos e saltos não tenha que negociar aquilo que chamamos de “acidentes de terreno”. Ora, esses acidentes não são mais do que as inevitáveis marcas das convulsões da história na superfície da terra – cicatrizes de historicidade. É como se uma topografia da dança já indicasse a predileção dessa arte pelo esquecimento, pelo recalçamento, pelo problemático a-historicismo constitutivo da dança (Lepecki, 2013, p. 113).

O silenciamento das convulsões da história, ao buscar neutralizar o espaço da arte, produz esvaziamento de outras possibilidades, tropeços, histórias, vozes. Esse é o movimento da colonização: esvaziar existências, neutralizar terrenos, exterminar saberes e silenciar narrativas que povos carregavam em seus territórios, como se ali nada existisse. Na lógica da colonização se descobre um continente, esvazia-se e se encobre de branco todo um universo. É justamente dessas existências encobertas, enterradas e esquecidas pelos limites coloniais que as performances corpográficas, acompanhadas nas ruas durante esta pesquisa, alimentam-se: como os *slams*, teatro de rua e outras intervenções cênico-poético-performáticas. Apostam em intervenções artísticas barulhentas, no sentido de expansão dos encontros e testemunhos das histórias marginalizadas, descartadas.

O espaço, enquanto local privilegiado de exercício de poder e de resistência ao poder, torna-se heterotópico. Instaurar zonas de visibilidade para experiências silenciadas produz eficácia performativa política, transgredindo, transformando e transbordando os limites dos enquadramentos que emolduram existências. Enquanto heterotopias, essas produções outras se constituem como experiências do fora (Foucault, 1996, 2018). São lugares fora de todos os lugares, mas localizáveis. Compõem o plano da realidade, mas se situam para além do campo de experiência instituído onde as relações saber/poder estão solidificadas em disciplinas, normas, medidas administrativas. Como explica Laval (2018), o conceito de experiência em Foucault indica o plano de experiência organizado, territorializado, que regula os possíveis em

cada época, mas também indica práticas de liberdade, o exercício de formas de contestação e transformação.

No movimento de invenção de si e produção do espaço em que se vive, o fora indica pluralidade e multiplicidade de forças ainda sem forma. Como entendem Deleuze e Guattari (1995), são forças moleculares, de segmentariedade flexível, sem atualização em forma molar, onde as singularidades múltiplas são codificadas e assumem segmentariedades duras. As experiências moleculares do fora existem no plano real, são localizáveis ainda que não sejam estratificadas enquanto regimes de saber. Essa dimensão criadora, passível de instaurar experiências heterotópicas, situa a vida em sua dimensão ética. Esse *ethos* inventivo tem a liberdade como sua condição ontológica (Foucault, 2004). A não resignação às normas molares permite que micropolíticas sigam produzindo experiências de liberdade, em um jogo agonístico: das desposseções dos espaços às desposseções das identidades.

As intervenções artísticas, culturais e alternativas no centro velho produzem corpografias a partir de sonoridades, vozes, poesia, música e performance que, micropoliticamente, resistem. Por meio de movimentos moleculares na cidade, operam no campo de contestação e transgressão aos limites da gestão, à política do silêncio. Agenciam outras políticas de subjetivação, compostas por uma política do barulho. Manifestações, protestos e atos políticos costumam ser propositalmente barulhentos. O som e o barulho compõem a experiência de contestação. *Fazer barulho* é metáfora acionada como referência ao objetivo de manifestações que buscam inscrever pautas/lutas/corpos/elementos em uma zona de visibilidade, de aparição performativa. Na cidade, a ampliação da energia sonora instaura encontros com o fora, com essas vozes minorizadas e subalternizadas no campo de experiência instituído, que resistem, insistem e tensionam as políticas de abandono.

A figura do barulho ajuda a pensar a dimensão provocativa e transgressora das experiências heterotópicas acompanhadas. A sonoridade é ativa. O barulho é energia, como explica a Zajarkiewicz (2010) ao afirmar que a poluição sonora é legalmente definida pelas atividades que lançam energia em desacordo aos padrões estabelecidos, sendo os decibéis medidores de energia sonora. O barulho é emitido na ação, no movimento, na potência. Por isso a transposição do silêncio em linguagem (Lorde, 2019) exige potência, resistência, contestação e força. Na arte de rua – *slam*, teatro, performance, *Rap*, etc. – a linguagem artística é canal de efetuação da barulheira invisibilizada por políticas do silêncio.

Com a atenção sensível às figuras do silêncio e do barulho, esta cartografia se encontrou com a obra do artista futurista italiano Umberto Boccioni intitulada “o barulho da rua invade a casa”. Nela, traços sonoros se aliam ao visual na produção de uma fusão entre planos pictóricos. A tela projeta em primeiro plano uma mulher na sacada de sua casa que parece ouvir o barulho da cidade e se debruçar sobre a superfície para escutar. Para Danglei Pereira (2009) os quatro planos visuais da tela inserem o barulho na imagem. Tonalidades em vermelho, amarelo e preto se encontram e se misturam em alguns pontos produzindo a impressão de movimento sonoro, por isso o título da obra faz menção à invasão do barulho. Na análise do autor, “o cotidiano moderno invade a harmonia burguesa” (p. 399) e provoca a reflexão sobre a passividade e inércia. A tela desloca a própria produção da pintura como arte silenciosa ao inserir ritmo sonoro na dimensão imagética.



Figura 25. Obra “o barulho da rua invade a casa” de Umberto Boccioni, 1911.  
Fonte: Pereira (2009).

O barulho como aquilo que perturba “o homem burguês face à desordem própria à modernidade” (Pereira, 2009, p. 399) na obra, auxilia a pensar o jogo transgressão/limite com o barulho, não apenas enquanto sonoridade, mas como figura. O cotidiano barulhento que invade espaços internos pacificados traz as “cicatrizes de historicidade” (Lepecki, 2013, p. 113) dos modos de viver que os processos de colonização e urbanização moderna subalternizaram,

descartaram e silenciaram. A colonialidade, enquanto face constitutiva da modernidade, apoiou-se na ideia de progresso, civilização e avanço para expansão dos Estados-nação e formação do capitalismo (Grosfoguel, 2016; Machado, 2014). Como efeito, populações, epistemologias e histórias foram exterminadas, e as cicatrizes dessa violência ainda marcam nosso modo de vida, bem como se conectam às atualizações dessas violências no presente.

O barulho é ativo. O som não se detém por frágeis limites. Ele pode atravessar obstáculos, paredes, deleitando-se pela cidade até encontrar os limites de sua potência. Diferentemente dos olhos, facilmente desviáveis e que podem se fechar para aquilo que não queremos ver, os ouvidos encontram maiores obstáculos na recusa em encontrar o mundo que contesta. Essa resistência da sonoridade mobilizou tecnologias para isolar ambientes do ruído urbano. Segundo o jornal *The Guardian* (2014), as tecnologias têm sido desenvolvidas para aumentar a concentração dos funcionários no trabalho e impedir que a privacidade das pessoas seja violada ao serem expostas aos ruídos que não escolheram escutar, aos barulhos que invadem. Silenciar tem prometido nos ajudar a pensar, concentrar e organizar atividades do dia a dia da forma mais adequada às exigências contemporâneas. Escutar nossos pensamentos e habitarmos verdadeiramente nosso interior se amarra à interiorização do sujeito moderno, cada vez mais voltado para si e desconectado do fora e das vidas que o excedem.

Esse movimento adquire outros contornos com a intensificação da vida digitalizada e engendramento de um sujeito contemporâneo híbrido máquina/humano (Levy, 1989; Nogueira, 2005), que vive ao mesmo tempo em rede e em suas *bolhas* no ciberespaço. Como explica Preciado (2020), estamos transicionando para uma cibersociedade, do orgânico ao digital, da economia industrial para a imaterial, do controle disciplinar e arquitetônico para o microprotético e mídia-cibernético. Nessa esteira, a cidade atual se expande em conexões das mídias digitais, na medida que a midiaticização das relações também conta nos modos de organização da vida urbana, bem como, modos de olhar, agir e experimentar a cidade. Produz-se uma cidade híbrida território-rede comunicacional, o que configura os usos, apropriações e comunicações urbanas (Alzamora, Utsch & Alburquerque, 2016).

O barulho é energia sonora. Tomando-o como figura para o pensamento é possível considerar os ruídos, as sonoridades que ampliam a eficácia performativa dos corpos nas ruas, instaurando zonas de visibilidade na produção do campo político. Em Campo Grande, às segundas-feiras das 18h às 23h, entre 2017 e 2019, a Praça dos Imigrantes se tornava barulhenta com o Sarau de Segunda. *Rap*, samba, poesia, *slam*, eventos como Sarau LGBT, Festival Favela

Literária, entre outros. Diferentes modalidades de apresentação de artistas locais ocupavam a praça, bem como vendedores ambulantes de artesanato e alimentos. Na praça, há um “lambe” com a frase: *uma cidade muda, não muda*. Entretanto, o barulho incomoda os moradores da proximidade. Ainda que essa área central seja comercial, existem alguns moradores em seu entorno que são deslocados do rotineiro sossego. O etéreo silêncio que nos permite focar, concentrar, individualizar nossas ideias é ameaçado pelos ruídos, barulhos, gritos, canções e reivindicações. Por meio do abaixo-assinado com 37 assinaturas, moradoras da área mobilizaram a SEMADUR a retirar alvará de autorização para o sarau em 2019. O alvará foi reconquistado após adequação à normativa da SECTUR que estabelece normas para uso e ocupação dos espaços públicos.

Como na figura do Sarau de Segunda, forças engendram novos limites de contenção do barulho, do volume das vozes que criam outras experiências urbanas. Face à dimensão provocadora do barulho, a política do silêncio começa a se ocupar das zonas de aparição que a política do barulho instaura para vidas, histórias e narrativas. O barulho é um importante elemento na criação de visibilidade. A fala nos espaços públicos é reivindicação dos coletivos que ocupam as ruas, como em poema na divulgação de um cortejo que aconteceu na Praça Cuiabá no centro velho:

Não consentimos que nos calem à força.  
 Não estamos sós, somos voz!  
 A fala que controla  
 Amordaça quem não fala,  
 Mente à gente. Cala mentes;  
 Controla o que se fala.  
 É preciso calar quem sempre  
 dominou o poder da fala,  
 Pois só falam os que têm poder.  
 Nosso poder está em deixar gritar quem nunca pôde falar.  
 Falas de Poder.  
 Poder falar  
 E falar não:  
 Poder falar de calar o poder.  
 Quem sempre falou, agora tem que escutar!

Os cortejos do Imaginário Maracangalha pela cidade inscrevem corpografias artísticas, dançantes, cantantes, festivas e apostam no aumento do volume das vozes subalternizadas. *Deixar gritar quem nunca pôde falar* tensiona o enquadramento de vidas precárias, cujas necessidades, narrativas e histórias são mantidas em zonas de invisibilidade. Uma das peças do grupo, “Tekoha: ritual de vida e morte do Deus Pequeno” conta da história de luta de Marçal de Souza, liderança indígena guarani assassinada na década de 1980, “ele foi perseguido e



torturado por querer dar voz a todas as etnias” como explica Fernando Cruz (2017). A luta de Marçal de Souza produziu barulho e voz ao denunciar a expropriação e exploração ilegal de matéria-prima nas terras de seu povo. Apesar da importância, sua história e memória não ocupam zonas de visibilidade.



Figura 26. Peça “Tekoha: ritual de vida e morte do Deus Pequeno” em Praça Ary Coelho.  
Fonte: Blog Imaginário Maracangalha, 2019.

As intervenções cênicas do teatro de rua tensionam essa invisibilidade e inscrevem corpografias transgressivas em zonas de visibilidade e testemunho. A arte, nesse sentido, é arte do barulho. As escrevivências de Conceição Evaristo ajudam a pensar a potência de transformação e a dimensão contestadora das produções desde seus locais de fala. Sua escrita diz respeito à condição de mulher, negra, brasileira. Em entrevista (Evaristo, 2018), a autora explica:

Quando eu digo que a minha escrevivência não é para adormecer a casa grande e, sim, para incomodá-la em seu sono de virgem, não estou fazendo uma literatura para acharem bonitinho e baterem palma pra mim, estou fazendo uma literatura para os meus pares, para que eles se exorcizem e se reconheçam no meu texto. Já para aqueles que não são meus pares, para que pensem mesmo o que está acontecendo por aí, o que a gente está falando (p. 19).

A produção de escritas, poesias, performances e teatro Artivistas (Ferreira, 2019; Mourão, 2015) não são para *adormecer*, mas para *incomodar*, tensionar, contestar, fazer barulho. São sobre vidas pobres, negras, indígenas, transgênera, migrantes, trabalhadoras, formas de viver em devir-negro no mundo. A análise de Mbembe (2018) sobre o que chama de



devir-negro no mundo considera a expansão de riscos sistemáticos que apenas o corpo negro havia experimentado durante séculos de escravidão e colonialismo, e agora alcançam outros corpos, tornando-se quase uma norma engendrada na instabilidade, endividamento sistemático, flexibilidade e permanente insegurança na organização econômica-política da vida neoliberal.

Para Foucault (2018) existem limites gerais que devem manter certa garantia do não excesso por parte das formas de gestão da vida para que os aparelhos e técnicas de poder não nos governe excessivamente: “Se não opomos um direito aos mecanismos e aos dispositivos de poder, então eles não podem deixar de se empolgar, eles nunca se autorrestringirão” (p. 81). A política do barulho diz não aos excessos do poder, diz não aos silenciamentos, *não consentimos que nos calem à força*. O Imaginário Maracangalha, os grupos artísticos que fazem barulho no Sarau de Segunda, o *Slam* Camélias e outras performances de rua acompanhadas nesta cartografia habitam um mesmo plano de imanência. Além de ocuparem o território do centro velho, estabelecem intersecções na produção de vínculos comuns. Expandem vozes silenciadas, criam zonas de visibilidade. No avizinhamo de práticas que produzem o jogo limite/transgressão, as ideias de política do barulho e política do silêncio ajudam a pensar esses jogos em Campo Grande.

No jogo transgressão/limite o barulho, busca-se impor limite à violência do silenciamento, transgredindo o silêncio imposto pela gestão da vida. As transgressões instauram uma política do barulho na ampliação da potência de expansão de zonas de visibilidade e publicização de vidas precarizadas. Tensionam enquadramentos que abandonam territórios e vidas. Criam zonas de comoção e reconhecimento. Nesse movimento, a política do silêncio toma as corpografias desses grupos como transgressões, urgências a serem reguladas, engendrando um conjunto de mecanismos para reestabelecer limites, silenciar vozes e capturar linhas de fuga. A política do silêncio emerge como parte do dispositivo neoliberal, colonial e capitalista de gestão da vida, amarrada à instauração de formas permanentes de invisibilidade e abandono.

Mecanismos como a Lei do Silêncio, retirada de infraestrutura para ocupação de plataformas públicas, indeferimentos de alvará para certos grupos ocuparem a cidade, vigilância e repressão policial em eventos, também são efeitos do barulho, ao passo que os movimentos transgressivos acompanhados na investigação os iluminaram. O barulho mobiliza a política do silêncio, tornando-se foco de regulação e extermínio. As estratégias de poder mencionadas respondem aos deslocamentos, às fugas, aos escapes. Face à transgressão, enquanto gesto

relativo ao limite, a política de silenciamento os amplia. Está em jogo, na tentacularização de novos limites, a produção de silenciamentos e a instauração de abandonos permanentes. Nesse sentido, a ideia de uma política do silêncio articula estratégias bio e necropolíticas da população, uma vez que os silenciamentos se produzem em jogos agonísticos de poder, mas também podem se tornar repressivos, violentos e autoritários.

Os grupos cartografados, com suas corporalidades performáticas gays, lésbicas, trans, negras, gordas, pobres, tensionam a invisibilidade do espaço e das identidades dissidentes, desqualificadas, não vivíveis. É um jogo de visibilidades e invisibilidades que gere e disputa enquadramentos. A política do silêncio busca manter pobres, migrantes, desempregados, negros LGBTQIA+ no campo silencioso, nas margens. Uma figura discursiva que opera no campo social e ajuda a pensar o movimento de transpor zonas de invisibilidade para se tornar visível é “sair do armário” em referências às pessoas gays que *se assumem*. A aparição, ao mesmo tempo em que produz reconhecimento também aciona éticas da violência, em um jogo. A transposição do silêncio em linguagem, como discutido por Lorde (2019), impõe certos riscos: ao mesmo tempo é aposta de vida que assume o risco para transfigurar a existência (Foucault, 2018). Criar zonas de aparição torna os corpos visíveis e, portanto, mais vulneráveis ao recrudescimento de violências. Mas, ao mesmo tempo, a visibilidade é força “porque a máquina vai tentar nos reduzir a pó de qualquer maneira, quer falemos, quer não” (Lorde, 2019, p. 54). Essa maquinaria enquadra os territórios e corporalidades como marginais, precários, perigosos, como excedentes e irreconhecíveis enquanto vidas.

Assumir o risco de transgredir aciona políticas de silenciamento. A figura do silêncio diz respeito ao que não incomoda, é passivo, não apresenta risco de ruptura com a iterabilidade de normas. Por isso, a política do silêncio é pensada nesta investigação como parte integrante dos dispositivos de governo da vida no presente, pois essa política se compromete com a inibição de formas de transfiguração do mundo, com a conservação da iterabilidade de normas instituídas; regula o aparecimento e as visibilidades, o que é estratégico justamente porque as lutas políticas por uma vida vivível são exercidas nas diferentes esferas de aparição (Butler, 2018); cria condições para a manutenção do silêncio de vozes, histórias e narrativas não hegemônicas e, com isto, permite a manutenção de éticas da violência na relação com essas vidas e de precarização dos espaços de abandono.

A partir dos movimentos acompanhados nesta cartografia, esse jogo de transgressão/limite por meio das políticas do silêncio e do barulho passa pela gestão do espaço

urbano, das plataformas de aparição e visibilidade corpórea. A organização da forma-cidade de disposição da vida é privilegiada no imaginário neoliberal. As estratégias acionadas pela política do silêncio — de desposseção de infraestrutura e acesso aos suportes necessários para o aparecimento — articula-se à privatização dos espaços na esteira da gestão neoliberal de privatização dos serviços de saúde, educação lazer e da vida, tornando todos os elementos da existência rentáveis e voltados aos interesses do mercado. Nesse sentido, o abandono de regiões e de vidas se articula com essa racionalidade, na medida em que o abandono cria zonas silenciosas, resignadas ao próprio abandono e precariedade. Ao ultrapassar os limites impostos pelo abandono, as corpografias acompanhadas se tornam transgressoras e iluminam o engendramento de novos limites. Esses novos limites acompanhados dizem respeito à ação da política do silêncio, uma vez que: se a política do silêncio busca manter, iterar normas que produzem silenciamentos e invisibilidade, a política do barulho deseja transfigurar, alterar, transformar.



## **10 TRANSGREDIR**

---

***Transgredir:*** verbo transitivo direto. *Ultrapassar o limite de algo; atravessar: transgredir a divisa de um estado. Desrespeitar uma ordem, uma lei, um procedimento etc.; infringir: transgredir uma norma social (Dicio, 2020).*



Figura 27. Teatro Imaginário Maracangalha em vagão Larica's da Lu.  
Fonte: Fotografia Higor Bandeira, 2020. Recuperado de Instagram\kingsofcool\_.

Nesta cartografia, as práticas transgressivas aos limites do poder compõem uma política do barulho. Por meio do acompanhamento de processos, articulação entre indícios e corpografias com os grupos heterotópicos que ocupam o centro velho de Campo Grande, foi possível densificar a noção de transgressão para pensar formas de subjetivação situadas e localizadas. No plano de imanência desta pesquisa, em que conceitos e elementos empíricos se inscrevem, há uma vetorização da ideia de transgressão: ela é conceito, ferramenta conceitual para orientar o pensamento no percurso pelo campo empírico, além de se constituir enquanto um conjunto de práticas produzidas nas experiências heterotópicas percorridas. Enquanto conceito, apoiou-se principalmente na forma assumida por Foucault (2015b) no entendimento da transgressão como gesto relativo ao limite. Movimento de ruptura e deslocamento. Prática de liberdade em relação aos limites, normas e fronteiras que produzem o campo de experiência

instituído (Foucault, 2018). Enquanto práticas e movimentos no campo empírico, a transgressão foi acompanhada principalmente pelas corpografias dos grupos que ocupam e reivindicam o centro velho. Essas práticas se produziram enquanto transgressivas ao se articularem e entrarem em contato com o poder, com os limites, por meio da criação de zonas de visibilidade para corpos, vozes, narrativas e experiências invisibilizadas em território urbano central, mas gerido pelo abandono. Ao habitar zonas de visibilidade, a transgressão coloca diferentes elementos em cena, performando-os também.

Em seus diferentes contornos e performances, enquanto multiplicidades agenciadas por diferentes práticas, a transgressão compõe uma política do barulho na cartografia produzida até este momento. Pensando pela lógica rizomática, em que acontecimentos se encontram, deslocam, bifurcam, traçam linhas em conexão, os grupos acompanhados parecem se inscrever em um mesmo plano de imanência no que se refere à aposta de uso e ocupação dos espaços urbanos. Tanto pelo fato de produzirem rizomas entre si nas intervenções e ocupações quanto por contemplarem propostas de ocupação que se articulam e aproximam. Além disso, os limites interpostos se avizinham face às práticas corpográficas. As distintas tecnologias que respondem às urgências produzidas por essas práticas transgressivas se amarram à produção de uma cidade silenciada, privatizada: engendramento de medidas administrativas, leis, decretos; tecnologias policiais de vigilância, repreensão; retirada de infraestrutura de espaços públicos. Com isso, não se pretende homogeneizar essas práticas e reduzi-las a uma causalidade comum. Mas, compreender as formas de conexão e avizinhamentos que produzem os jogos de transgressão/limite na cidade no “entre”, pelo “meio” e na lógica do “e” (Deleuze & Guattari, 1995).

As intervenções cênico-performáticas do Imaginário Maracangalha em articulação com o movimento Sarobá na Antiga Rodoviária permitiu começar a pensar a reivindicação de ocupação do centro velho como prática transgressiva aos enquadramentos que emolduram a região como perigosa, marginal e abandonada. Seguindo pela cidade com as corpografias desse teatro de rua, o encontro com a experiência urbana instaurada pelo vagão Larica's da Lu permitiu acompanhar modos de convivência e relação que transgridem as políticas de reconhecimento de vidas precarizadas, como moradoras de rua e usuárias de droga do território gerido pelo abandono. Com isso, a experiência transgressiva se produziu articulada ao governo do espaço e das vidas. A transgressão começou a aparecer enquanto instauração de experiências heterotópicas em que há abertura para outras modalidades de relação, convivência e

reconhecimento de existências. Apareceram como transgressão, pois acionaram políticas de manutenção dos limites, estratégias de desocupação do território do centro velho e de fechamento do vagão, bem como coexistência de estratégias higienistas no centro da cidade.

Habitando esse território com os grupos mencionados, a problematização do silenciamento no corpo de mulheres que batalham no *Slam* Camélias direcionou o pensamento para as práticas transgressivas com relação à impossibilidade de fala no espaço coletivo comum. Expressões poéticas sobre vivências periféricas de mulheres negras e de pessoas com histórias e vivências subalternizadas apareciam como transposição aos silenciamentos. Por meio de micropolíticas, o corpo dessas mulheres se encontrava com limites impostos pela sensação de emudecimento. Com a figura do silêncio orientando o percurso, a Lei do Silêncio – enquanto limite – permitiu aproximar a pesquisa dos efeitos dessa medida de gestão urbana em Campo Grande. Os espaços comerciais culturais fechados faziam rizoma com os grupos que reivindicavam a ocupação dos espaços públicos com diferentes performances políticas; estabeleciam relações com o fora, com a rua, com pessoas que moram nas ruas, vendedoras ambulantes, em espaços geridos pelo abandono. O fechamento se amarrou às medidas administrativas que burocratizam e impedem a ocupação de plataformas públicas com eventos artísticos locais, voltados à produção de comuns na cidade. Além das medidas administrativas, a violência e repressão policial voltada aos grupos de batalha de *Rap* e *slam*, iluminaram o recrudescimento de práticas de silenciamento de vozes na cidade.

É importante destacar a relevância da conjuntura dessas experiências acompanhadas acontecerem no centro velho, porque a interrogação inicial e curiosidade desta pesquisa foi o fato de as práticas de ocupação de uma região marcada pela gestão do abandono mobilizarem políticas de despossessão do espaço público. A gestão do uso do espaço, ao engendrar novos limites conforme os movimentos artísticos culturais exercem suas corpografias heterotópicas, ilumina a dimensão transgressiva de práticas urbanas: ocupação de prédios públicos, ocupação de praças, performances na rua e poesia na rua. A ocupação do espaço é transgressiva. Não de qualquer espaço, mas de zona próxima ao centro popular e gerida pelo abandono. Não qualquer ocupação, mas de corpos dissidentes, periféricos, LGBTQIA+, negros. Há duas dimensões que se articulam nessas transgressões: uma delas está relacionada à ocupação de um território urbano gerido pelo abandono, transgredindo políticas que justificam e sustentam lógicas privatizantes e neoliberais de organização da cidade; a outra diz respeito à aparição de vidas

precarizadas nesses espaços centrais abandonados, ou seja, ao barulho-denúncia, barulho-reivindicação, barulho-revolta que essas existências produzem com seus corpos políticos.

A transgressão aparece pelas experiências corpográficas que inscrevem na cidade uma ocupação barulhenta que visibiliza vozes, vidas, memórias e narrativas sistematicamente alocadas em zonas de visibilidade. A inscrição dessas performatividades políticas na aparição pública — no território que ao mesmo tempo em que é visível pelo abandono, é central em termos geográficos — torna-se transgressiva em relação às políticas que abandonam, invisibilizam e silenciam. Produzida na relação com a política do silêncio, a transgressão é performada como política do barulho. Essas práticas intervêm na cidade, nos enquadramentos e nos modos de subjetivação ao passo que criam novas zonas de visibilidade. Com elas, foi possível acompanhar o recrudescimento de limites impostos pela gestão urbana que se articulam ao avanço dos conservadorismos, autoritarismos e políticas de morte no Brasil. A política do silêncio, ao objetivar abandonos, fragiliza a capacidade democrática e a possibilidade de resposta aos jogos de poder que precarizam existências. As práticas transgressivas, ao transporem limites instituídos e acionarem o engendramento de novos limites, produzem uma política do barulho, buscam resistir, contestar e tensionar.

As resistências são, sobretudo, contestações aos controles exercidos sobre os corpos, subjetividades. O desejo de viver de outro modo, de transfigurar as formas de vida é a força produtiva das corpografias transgressoras. O movimento do barulho, enquanto figura da transgressão, é expressão da luta por outra forma de viver, outra modalidade de relação entre as pessoas, para além do que está instituído, ainda que essa luta implique correr riscos, pois a experiência alteradora, heterotópica implica certa relação com a morte (Foucault, 2018; Laval, 2018), o desejo de transformação é o que constitui essa política do barulho e sua potência enquanto experiência-limite. A política do barulho objetiva rupturas com a iterabilidade de sistemas normativos que precarizam vidas não inteligíveis. As práticas heterotópicas acompanhadas buscam compor um modo de vida transgressor, barulhento e transformador por meio de conexões moleculares, intervenções artísticas na rua e performances no cotidiano é que a política do barulho agencia outras modalidades de subjetivação.

Percorrendo as materialidades produzidas pelo Imaginário Maracangalha disponíveis nas mídias sociais, como folders e panfletos online de divulgação de seus eventos nos últimos anos que indicam a produção de visibilidade para sua existência, deparei-me com o termo *deslimite*, pego da obra de Manoel de Barros em seu Livro das Ignorâncias, em título de um



poema “os deslimes da palavra”. O autor, assim como o escritor moçambicano Mia Couto, é conhecido pela invenção na escrita, produzindo outramentos nas palavras e na linguagem, por meio de neologismos e uma intensividade vibrátil. Esse termo/conceito utilizado na poética de Manoel de Barros inspira considerar essas formas de transposição das fronteiras que se impõem à virtualidade dos modos de existência. O *deslimite* é a abertura para outras possibilidades de vida, em devir. No jogo transgressão/limite, o deslimite ajuda a pensar práticas transgressivas que ultrapassam limites que organizam e regulam as formas de viver. Pensar em como as práticas corpográficas se tornam transgressões implica considerar de que formas os deslimes acionam o engendramento de novos limites.

As fronteiras da rua, as fronteiras da arte, os limites da poética, da performance, do teatro, os limites dos espaços comerciais, dos bares, das casas noturnas, das praças e dos espaços de encontro da vida são transpostos por uma postura de encarar a vida em seu deslimite. Expandir barulhos, vozes e formas de viver para além da arquitetura dos interiores e dos espaços privados permite alargar os limites da sala de teatro, dos bares, das bordas da calçada e dos territórios. Nisso, há abertura para a inventividade de outras formas de vida: “Quando transgredimos a ordem o futuro se torna respirável” (Imaginário Maracangalha, 2018).

A invenção, em sua potência de variação, não funciona em prol das utilidades produtivas, abre possibilidades imaginativas, confabulações e reinvenções. Por meio da arte, da alegria e da festividade, o Imaginário Maracangalha produz espaços heterotópicos na cidade. Com seus cortejos flamejantes, cintilantes, com suas músicas, com suas vozes imperativas criam uma atmosfera de invenção, fabulação. Nessa direção, Foucault (2015c) em texto de 1966 sobre Julio Verne, “por trás da fábula”, explica a indissociabilidade entre a palavra recreação e recriação — *re-création* e *récréation* na língua francesa. O imaginário tem potência de produzir outridades. “A imaginação que transvê, que transfigura o mundo, que faz outro mundo” (Barros, 2016). As ruínas, o abandono, os prédios degradados são reinventados, ocupados por som, cor e arte.

Donna Haraway (2014), em entrevista, fala sobre a invenção de novas histórias e mundos. Para a autora, é preciso insistir na alegria e no horror que compõem a existência na Terra e visibilizar histórias que dizem respeito ao Bem Viver é uma estratégia para imaginar e sustentar mundos por vir. Também para cultivar a capacidade de reagir às formas de dominação, violência e extermínio das possibilidades de vida. Nesse sentido, está em questão cultivar e

acolher afetivamente faíscas de experiências outras, dessas estéticas da existência implicadas com a possibilidade de se tornar outro.

Pensando sobre a instauração de mundos por vir em face às violências contemporâneas, Butler (2020) pensa a reformulação da raiva no presente e aposta na imaginação de uma forma radical de alteridade “que nos faz parecer um pouco loucas, que nos coloca sob uma luz embaraçosa, para abrir uma possibilidade que outros já fecharam com o seu realismo conhecido” (Butler, 2020, para. 17). No jogo limite/transgressão está em questão compreender como as relações entre pessoas se modificam, alteram-se, por meio de dessubjetivações e experiências-limite que indicam abertura aos outros modos de viver. De certa forma, a política do silêncio fragiliza possibilidades em devir. No extermínio de espaços e dessas heterotopias, impede que modos ainda não imaginados de vida sejam engendrados.

As experiências heterotópicas acompanhadas não funcionam como sublevações e insurgências colossais. Não se voltam para uma pauta política singular, objetiva ou única, ao contrário, parecem se voltar para o cultivo de outras possibilidades de vida. Para Davis (2018), a sensibilização e criação de vínculo comum entre diferentes pautas e necessidades torna possível o engajamento em lutas políticas. Por isso, a noção de interseccionalidade – fruto de lutas históricas de ativismos, experiências e conexões – é importante para considerar as alianças entre vidas e corpos. Sem vínculo comum, não há percepção da dimensão coletiva e interdependente entre os corpos. As formas de violência e precarização não conseguem ser resolvidas no âmbito individual, pois precisam de intersecções entre coletivos, pessoas, grupos identitários distintos para se fortalecer. Essas experiências percorridas dizem respeito às diferentes necessidades e grupos identitários em intersecção.

Nesse sentido, o vínculo comum nesses espaços parece se produzir como uma luta deserta ao mesmo tempo repleta de devires e movimentos. Deserto, pois aberto às criações, invenções, como no território desértico percorrido por nômades, em desterritorialização incessante, permitindo engendramento de novas configurações (Deleuze & Guattari, 1995). Com essa figura do deserto, produzem-se pensamentos, intervenções e corpografias rizomáticas, não voltadas a uma pauta unificada, arborescente como representado na figura da árvore cujos limites são determinados pelo seu fundamento-raiz. No espaço desértico há multiplicidades que se espriam por todos os lados, por meio de movimentos moleculares que passam pelo meio, pelo entre: entre ruas, entre casas, entre becos, entre corpos, com suas velocidades, intensidades, produzindo conexões e entradas múltiplas.

Que cidade queremos?  
 Queremos um mundo possível...  
 Cidades desmilitarizadas, desprivatizadas. Vamos continuar bancando as armas que são produzidas para se virar contra nós?  
 Parece que não mais queremos lutar no ringue deste Estado  
 Nem apresentar em seus palcos,  
 Nem fazer mais leis para nos enquadrar nesse seu labirinto.  
 Falaram expropriação?  
 Direito à verdade. Não queremos justiça militar, nem democracia burguesa e seus pacotes de maldades.  
 Sabemos que por trás da polícia e das migalhas que nos dão e nos tiram está o projeto de Capital e suas grandes corporações privatizando as ruas e nos jogando às margens.  
 Mas, às margens também encontramos tantos outros marginais: Mulheres, indígenas, população negra, refugiados, ambulantes, pessoas em situação de rua, usuários de Crack, LGBT, sem terras, secundaristas, periféricos, artistas de rua.  
 Travesti não é bagunça!  
 E não queremos fechar portas,  
 Queremos derrubar as paredes que sustentam as portas! (Imaginário Maracangalha, 2018, para. 01)

O desejo por um *mundo possível* permite pensar a dimensão transfiguradora das experiências heterotópicas, considerando processos de transformação de si, do outro e do espaço. A ampliação das heterotopias produzidas por esses coletivos inaugura outras possibilidades de vida, outras configurações de poder e subjetivação, em deslimite. As vidas citadas no poema – mulheres, negras, refugidas, ambulantes, indígenas, pessoas em situação de rua etc – cujas vivências locais são silenciadas, necessitam fazer barulho para serem ouvidas e reconhecidas, para que seja possível considerar outros modos de viver na produção de ontologias do presente.



***Pausar:** verbo intransitivo. Fazer pausa. Verbo transitivo. Demorar. Descansar. Tornar lento, vagaroso, pausar a voz. (Dicio, 2020).*

Nesta pesquisa foram acompanhadas experiências em movimento, considerando uma ontologia do presente. Os jogos de transgressão/limite no uso e ocupação dos espaços públicos da cidade funcionam como um diagrama (Deleuze, 2005), em que diferentes relações de força são exercidas, com poder de afetar e ser afetada. Fluxos se modificaram e alteraram para diferentes direções. Matérias com funções formalizadas e não formalizadas coexistem na produção do diagrama, da cartografia das relações de poder, de força. Com a emergência da pandemia mundial de Sars-Cov-2 e sua duração prolongada desde fevereiro de 2020 até o momento presente desta escrita no Brasil (outubro de 2020), outras forças e relações de poder passaram a ser exercidas no território existencial acompanhado, alterando as relações com a ocupação do espaço, as formas de visibilidade das vidas e o cotidiano do centro velho.

No conflito entre o governo federal central e os demais níveis de poder, há uma confusa gestão da pandemia no país. Acionam-se novas tecnologias de governo e são produzidas novas corpografias urbanas mediante a instauração de novas relações com a circulação e ocupação de espaços e com o corpo, que passa a ser percebido como corpo-vetor (Lima, 2020), considerando o risco e proliferação do contágio. Ao mesmo tempo, estratégias descoordenadas e frágeis se articulam à continuidade e engendramento de novas políticas de morte, mediante a retirada de condições para contenção da pandemia, ausência de políticas sanitárias estruturadas e desprezo e abandono pela vida de algumas populações, sobretudo indígenas, negras e pobres. Nesse jogo necrobiopolítico, formas de ocupação do espaço e a produção de política do silêncio e do barulho adquirem outros ritmos, bem como, transmutam-se para outros territórios.

O território do centro velho da cidade se modificou. Campo Grande declarou estado de emergência como resposta à pandemia em 18 de março quando a cidade atingiu o número de 07 infectados. Medidas voltadas para a população em situação de rua e usuárias de droga nas áreas centrais começaram a se articular. Operações entre a Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Guarda Civil Metropolitana e Políticas Militar e Civil se engendraram para responder à presença e circulação de moradores de rua e usuárias de droga no centro velho durante a pandemia. Essas operações passaram a acontecer no entorno da Antiga Rodoviária, na Orla Ferroviária e na Praça Aquidauana (Campo Grande News, 2020). Em abril, com a declaração do toque de recolher no período noturno, uma operação objetivou

encaminhar e acolher pessoas em situação de rua no Centro de Triagem do Migrante da População em Situação de Rua (CETREMI) e em duas escolas municipais da cidade que se tornaram abrigos.

Prisão e internação compulsória também foram incorporadas nas operações, voltando-se às usuárias de droga que vivem e circulam na região, o que se articulou com edições da Operação Laburu que já vinha sendo realizada na região desde 2019. Houve inauguração de nova ala psiquiátrica no Hospital Santa Casa para absorver essa população, o que já vinha sendo solicitado pelas comerciantes da área central de Campo Grande antes da pandemia. Outra estratégia foi implementação de uma unidade móvel do 1º batalhão da polícia militar em frente à Antiga Rodoviária, em 23 de março. Em cerca de 20 dias, houve 79 prisões e 120 encaminhamentos para internação (G1 MS, 2020). A unidade móvel permanece até o momento na área, que se tornou deserta. Se anteriormente era conhecida como cracolândia da cidade, hoje se encontra vazia. Circulando de carro pela área é possível visualizar que as moradoras de rua que não foram presas ou internadas, migraram para trecho da Orla Ferrovária.

Medidas autoritárias passam a ser justificadas pelo estado de emergência declarado e estratégias de higienização da cidade foram fundamentadas no combate ao vírus. Diferentes autoras (Castro, 2020; Lima, 2020; Lepecki, 2020; Safatle, 2020) vêm apontando a intensificação e o aprofundamento do projeto neoliberal de exploração antidemocrática no Brasil com a emergência imposta pela pandemia, bem como, o genocídio de populações. As estratégias para (não) combatê-la se amarram às políticas de morte, orientadas por pressupostos racistas, anti-negros, anti-indígenas e anti-pobres face a distribuição desigual do risco de contágio e os corpos mais vulneráveis à mortalidade.

Lepecki (2020) entende que estratégias de restrição da circulação, isolamento, suspensão e *lockdown* funcionam como concessões de quem pode se mover. Regula-se por quem, quando e para onde os movimentos são permitidos, quais corpografias são possíveis. Para o autor, as metáforas que remetem à reclusão e suspensão de atividades têm como efeito mascarar a hiperatividade do capital que opera enquanto polícia no confinamento, regulando os fluxos de circulação e trabalho enquanto se agita para manter formas de exploração e lucro.

Diante das frágeis e desgovernadas políticas de combate ao Covid-19 no Brasil, o movimento na cidade se tornou – mais do que nunca e sob nova forma – privilégio dos “seres-para-o-movimento” (Lepecki, 2013). Os indivíduos que se entendem autossuficientes segundo o regime neoliberal, o qual oferece sensação de responsabilidade individual para acesso aos

suportes para uma vida vivível se sentem confortáveis para acessar a automobilidade, além dos grupos que se movem para trabalhar, as entregadoras de aplicativo, trabalhadoras de serviços considerados essenciais, trabalhadoras da saúde, etc. Em Campo Grande houve fila para reabertura de um shopping em área nobre da cidade que havia suspenso as atividades durante um mês. Bares em zonas valorizadas da cidade seguiram com aglomeração de pessoas. A (não) gestão da pandemia aprimorou a distribuição diferencial de mobilidade, de movimento e de ação (Lepecki, 2020).

A arquitetura política engendra um espaço, mais do que nunca, purificado e higienizado, bem como o corpo que deve ser protegido, higienizado e coberto com máscara dado seu caráter de vetor (Lima, 2020). Mas, ao mesmo tempo, políticas de afrouxamento do distanciamento social e vigilância das medidas compõem a maquinaria necropolítica. Aquelas que possuem o privilégio de se isolar e distanciar fisicamente, ao inserir pausa e outro ritmo em suas corpografias estariam fazendo o que Lepecki (2020) entende como “retirada movida pelo desejo de agir em apoio mútuo e uma desaceleração do ritmo público da vida cotidiana de modo a expressar o respeito fundamental e absoluto pela vida do outro” (p. 05).

Como efeito das políticas de restrição da circulação na cidade e implementação de estado de emergência em Campo Grande via decreto municipal, a política de mobilidade, circulação e ocupação das ruas se modificou intensamente. Considerando a desaceleração dos coletivos artístico-culturais acompanhados em respeito à vida, com a questão de pesquisa “como práticas corpográficas se tornam transgressões?”, para pensar os jogos de transgressão/limite, seguiu-se acompanhando esses grupos, agora virtualmente nas plataformas de mídias digitais. Como explica Butler (2018) não apenas as plataformas materiais no espaço público são zonas de aparição política. As plataformas digitais também funcionam como campo político, com diferentes modulações de eficácia performativa.

Outras corpografias são engendradas no confinamento em respeito ético pela vida do outro. Entre os grupos acompanhados, os movimentos de performance artística passam a se produzir nas redes sociais mais do que nunca, principalmente no formato de lives. Assim, no confinamento práticas transgressivas migram para outros territórios e se encontram com outros limites, engendram-se outros jogos. Guzzo (2020) interroga as possibilidades de encontro e potência das artes no meio virtual, questionando como cultivar a arte da presença sem a presença física e se é possível produzir artes vivas em meio ao número expressivo de mortes. Outras experiências perceptivas são engendradas pelo uso das tecnologias e há abertura para

um conjunto de problemáticas relacionadas ao impacto da arte independente nas mídias digitais, território virtual no qual os algoritmos governam como os conteúdos são distribuídos.

Mas, nesse momento, outra modalidade de intervenção produzida por esses grupos no meio digital mobilizou a atenção de pesquisa, considerando como práticas se tornam transgressões e sua relação com os limites. O *Slam Camélias* se articulou com a Central Única das Favelas (CUFA) de Campo Grande no projeto Mães da Favela. O Sarau de Segunda transformou suas redes sociais em plataforma para divulgação de artesãs, comerciantes e demais prestadoras de serviço da cidade. O *Slam Campão* passou a realizar lives periódicas entrevistando candidatas às eleições municipais previstas para 2020. Membros do Imaginário Maracangalha se conectaram com ações virtuais de grupos de teatro de rua no Brasil e pessoalmente com ações nas aldeias urbanas dos povos Guarani e Terena em Campo Grande. Além disso, envolveram-se com protestos em prol da desburocratização e transparência na distribuição pelo Mato Grosso do Sul dos recursos disponibilizados em nível federal pela Lei Aldir Blanc<sup>5</sup> visando ajuda emergencial para trabalhadoras do setor cultural afetados financeiramente pela pandemia.

Nessa pausa no movimento de performance artística nas ruas, outros ritmos e intensidades foram inseridos nas intervenções desses coletivos, articulando-se com lutas de resistência à morte. “O ritmo de hoje não é o da semana passada nem o do ano novo, do verão, de janeiro ou fevereiro” (Krenak, 2020). Outras marcas corpográficas se produzem na relação corpo/cidade e as ações encontram outros canais de afetuação nessa desaceleração em respeito à vida. Outro ritmo, outro território, outras experiências transgressivas se instauram.

Como entende Eduardo Viveiros de Castro (2020), a pandemia produziu em nós a experiência que os povos tradicionais já experienciam, de expropriação das terras e corpos. Como os movimentos do Imaginário Maracangalha, *Slam Camélias*, *Slam Campão* e Sarau de Segunda indicam, interromper a mobilidade pelas superfícies urbanas não implica ruptura com a luta pelas vidas que se encontram diferencialmente expostas à vulnerabilidade e ao risco de morte. Mas implica reformular e encontrar outros canais de efetuação da vida política e comum

---

<sup>5</sup> A Lei federal nº 14.017 de 29 de junho de 2020, nomeada como Lei Aldir Blanc em homenagem ao escritor e compositor vítima da Sars-Cov-2 Aldir Blanc, tem como objetivo dispor sobre ações emergenciais voltadas ao setor cultural durante o estado de calamidade pública, tais como: renda emergencial mensal às trabalhadoras da cultura, subsídio para manutenção de espaços artísticos que tiveram suas atividades interrompidas e editais para realização de intervenções culturais e artísticas por via digital. Os recursos disponibilizados pela União devem ser distribuídos de forma descentralizada pelos fundos estaduais, municipais e distritais. A distribuição em Campo Grande se deu conforme disposto no decreto estadual nº 15.523, de 30 de setembro de 2020.



face às violências e desposseções que nos interpelam. Esses grupos insurgem na relação com a aposta em criar políticas de vida, condições para que a vida floresça e resistência à mortalidade imposta pela (não) gestão da pandemia: criando canais para discussão sobre política como o *Slam* Campão, funcionando como canal para suporte e divulgação de serviços locais para sobrevivência das pessoas como o Sarau de Segunda e, desenvolvendo ações em articulação com movimentos sociais, como o *Slam* Camélias no auxílio à CUFA na criação de fundo solidário para as mães da favela.

A articulação de estratégias coletivas para minimizar os efeitos da precariedade imposta se transforma em contestação às políticas de morte e ao silêncio e paralisação do corpo face ao medo do contágio. Esse movimento inserido na pausa contesta a suposição de autossuficiência corpórea. Contesta a política de gestão produzida pelo Estado, uma vez que o próprio Estado é aliado da pandemia na mortalidade da população (Castro, 2020). Contesta as políticas de combate à pandemia que se voltam aos segmentos brancos da população brasileira, uma vez que as práticas de isolamento adotadas (distanciamento social, *home office*, uso de álcool em gel, higienização com água e sabão, etc.) são efetivas apenas para parcela da população. Não existem políticas estruturadas voltadas para as comunidades indígenas, para as periferias, para as trabalhadoras do mercado informal ou pessoas em situação de desemprego, etc.

Em Aquidauana, localizada à 140km de Campo Grande, das primeiras 20 pacientes internadas, 15 eram indígenas, conforme notícia do dia 28 de julho (Mídia Max, 2020). As aldeias urbanas da cidade se encontram em extrema vulnerabilidade. Uma delas, Água Bonita, criou barreira sanitária para conter a disseminação do vírus, restringindo entrada de pessoas no território. Para Milanez e Vida (2020) o avanço do agronegócio e grilagem de terras indígenas ganhou novo fôlego com o extermínio dessa população. Além dos povos tradicionais, vidas de pessoas negras, trabalhadoras e pobres têm concentrado os índices de contágio e mortalidade (Lima, 2020).

Pensando com a política do silêncio e do barulho, agora deslocadas do território geográfico do centro velho, o barulho produzido pelos grupos heterotópicos acompanhados se produziu nas mídias sociais por meio de lives com performances cênicas e poéticas, sobretudo em ações articuladas às comunidades que estão sofrendo em maior intensidade os efeitos da pandemia. Defender a vida ao invés das atividades econômicas e do mercado é transgredir nesse momento em que a defesa do mercado se interpõe às políticas de vida. Transgredir é imaginar um futuro respirável, possível.

Na dimensão ativa da política do barulho produzida por esses grupos, é possível considerar o modo como suas contestações nos interrogam. Interrogam nosso silêncio e nosso regime de escuta. Ao mesmo tempo que a necropolítica não para de maquinar e nos sentimos paralizados, impotentes como cúmplices (Rivera, 2020), Paul Preciado (2020) apostou na utilização da nossa força e tempo do confinamento para pensar “as tradições das lutas e resistências minoritárias que têm nos ajudado a sobreviver até agora” (para. 15). Fernando Cruz (2020) do Imaginário Maracangalha afirma que as populações indígenas nos ensinam a resistir há séculos, Ailton Krenak (2020) também nos diz que diante da pandemia todos sentimos a iminência da Terra não nos suportar e a sensação de ser expropriado de nosso corpo e terra, como os povos originários.

Face ao prolongamento das medidas — frágeis — de isolamento social, essa pausa no movimento permite pensar com a política do silêncio e do barulho os regimes de escuta que nos orientam em relação às necessidades e precariedades da vida, antes, durante e após o período pandêmico. Para Milanez e Vida (2020), o silêncio é cúmplice do genocídio dos povos tradicionais, quilombolas e pessoas que vivem nas periferias. Romper com o silêncio produzido pelo pacto da branquitude na relação entre colonialismo e racismo permite alargar experiências revoltosas, heterotópicas e barulhentas que buscam instaurar outras modalidades de vida. A intersecção de categorias identitárias em prol do reconhecimento do vínculo comum entre as vidas é urgente para a constituição de outros modos de viver (Davis, 2018). Considerando a dimensão de tornar visíveis histórias, narrativas e existências para expandir espaços heterotópicos, a escuta do barulho de vozes invisibilizadas por parte daqueles que não se vinculam em termos identitários com as populações mais vulneráveis é fundamental. Isso explica transformação de si na relação com o outro, com o espaço, engendrando outras políticas de reconhecimento e éticas da convivência.

Na inflexão produzida na desaceleração durante parte da pandemia, quais vozes são ouvidas e quais vozes serão ouvidas na construção de estratégias de resistências às precariedades? A política do barulho interroga nossos regimes de escuta nos diferentes territórios, interroga o que somos e nossa implicação com as vidas com as quais compartilhamos as superfícies do mundo. Isso implica processos de dessubjetivação, transformação de si e do espaço em que se vive (Foucault, 2014). Como entendia Fanon (1983), o problema não é conhecer o mundo, mas transformá-lo. As éticas da violência e a continuidade de necropolíticas em relação às pessoas negras, indígenas, periféricas, migrantes se produz nas políticas de

reconhecimento atualizadas por nós. Essas políticas produzem nossa relação com outro nas ruas e diferentes espaços em que circulamos e habitamos.

Nos movimentos de performance artística — ou seja, em que há intenção de performar devires imaginados, fabulados para provocar pensamentos, entreter, sensibilizar e afetar — são agenciadas outras performances nos arranjos subjetivos, conforme acompanhado nesta pesquisa. Essa política do barulho, produzida na criação de zonas de aparição para existências, narrativas e histórias alocadas em zonas de invisibilidade produz transformações em relação aos regimes de reconhecimento de vidas instituído. Com a desaceleração imposta pela pandemia global, as transgressões desses grupos se voltaram para contestar as necropolíticas.

Mecanismos necropolíticos vêm se institucionalizando nos últimos anos com a intensificação de violências no corpo do Estado brasileiro que é e se torna cada vez mais um necroestado (Safatle, 2020). Este trabalho aconteceu durante período de ampliação dessas violências institucionais e desinvestimento nos suportes sociais para uma vida vivível no âmbito da Saúde, Trabalho, Educação, Assistência Social etc, marcadas pelo desmonte de políticas sociais e retirada de direitos trabalhistas e previdenciários. Especificamente na área da Cultura, destaca-se que a transferência da Secretaria Especial de Cultura para o Ministério do Turismo em 2019 e modificações na Lei de Incentivo à Cultura, teve como um de seus efeitos o cancelamento de editais e de financiamento de projetos culturais, precarizando as trabalhadoras da cultura e as formas de ocupação urbana, isso considerando as intervenções culturais e artísticas nos espaços da cidade, os Artivismos e o modo como essas intervenções produzem modos de viver.

A maior parte dos espaços acompanhados nesta pesquisa deixaram de existir, a maioria antes do período pandêmico (Holandês Voador, Resista bar, Genuíno bar) entre 2018 e 2019 como efeito de políticas do silêncio que atualizam abandonos, outros se modificaram e tomaram novas formas de funcionamento, como o Vagão Larica's da Lu que deixou de acontecer no espaço da rua e se tornou o espaço Larica's Cultural. O investimento no abandono de áreas culturais e movimentos artísticos fazem parte dessa política de precarização que, na pandemia, toma outras formas. Conforme discutido nesta investigação, isso faz parte das preocupações da Psicologia com os modos de subjetivação, sobretudo na transversalização dessa disciplina com outras áreas como o Urbanismo, Arquitetura, Artes, Antropologia etc.

As técnicas *psi*, com sua legitimidade científica para governar os seres psicológicos ao se apoiar em uma política do silêncio, escutam à branquitude e se volta à manutenção dos limites

instituídos, da forma de gestão neoliberal que se espraia. Aliadas ao discurso neoliberal e aspiração da autossuficiência dos indivíduos, a manutenção da normalidade psíquica para a continuidade da vida econômica se direciona ao sujeito branco de classe média, o qual detém o privilégio biopolítico de cuidados e suportes, eclipsando a dimensão compartilhada da vida. A Psicologia atribuiu à escuta lugar privilegiado em suas teorias e métodos para compreender os processos de subjetivação, como explica Lucas Veiga (2018). O regime de escuta da Psicologia privilegiou vozes teóricas emitidas a partir do eixo Europa-Estados Unidos e sobre experiências do sujeito individualizado dos espaços arquitetônicos internos, cujas performances remetem à matriz colonial identitária homem-cisgênero-branco-classe média. De sobrevoo, é válido considerar como, com a legitimação das práticas psicológicas exclusivamente remotas no período pandêmico, a Psicologia atualiza certa elitização em relação às demais áreas da Saúde, e volta sua atuação para o sujeito individualizado de classe média através da tela de um computador ou smartphone, esse sujeito isolado na *sua* casa, com o *seu* ar, cuja “nova fronteira é a sua epiderme” (Preciado, 2020, para. 16).

Pensar sobre o engendramento de outras modalidades de subjetivação, outras políticas de escuta para transformação de si e do espaço faz parte do compromisso ético-político da Psicologia enquanto ciência e profissão. Para além de um *status* de saber e tutela sobre o sujeito, a Psicologia pode ser tensionada pelo barulho de vozes subalternizadas, a fim de expandir políticas epistemológicas comprometidas com a diferença e capazes de responder às necessidades e à realidade de diferentes populações. Apoiar-se em uma política do barulho pode expandir campos de possibilidade ao ouvir vozes negras, indígenas, pobres, periféricas a partir daquilo que apresentam e indicam como coordenadas. Isso permite aproximar a disciplina Psicologia de uma ontologia do presente, considerando o que somos e o que estamos em vias de deixar de ser.

## **REFERÊNCIAS**

---

- Agência Brasil (2017). *População de rua ainda luta para romper invisibilidade e garantir direitos*. Recuperado de <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-08/populacao-de-rua-ainda-luta-para-romper-invisibilidade-e-garantir>
- Alzamora, G.; Carvalho, R. S.; Albuquerque, C. (2016). Espaços intersticiais em rede: aproximações entre Canal Motoboy e Praia da Estação. In: R H Silva & P Zivini. (Orgs.). *Cidade e cultura: rebatimentos no espaço público* (pp. 306-324). Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- Arruda, A. M. (2002). Edifícios escolares em Campo Grande no século XX. *Revista Arquitextos*, 96(2).
- Arruda, A. M. (2016). Entendendo os vazios urbanos de Campo Grande MS. *Revista Arquitextos*, 199(3).
- Avelina, N. (2016). Foucault e a racionalidade (neo)liberal. *Revista Bras. Ciênc. Polít.* 21(2), 227-284.
- Barros, M. (2016). *O livro das ignorâncias*. Rio de Janeiro: Alfaguara.
- BBBC News (2019, dez). *Invisíveis até na morte: a luta de um morador de rua para evitar que sua mulher fosse enterrada como indigente*. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38095909>
- Bento, B. (2018). Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*, (53). <http://dx.doi.org/10.1590/180944492018005>
- Butler, J. (1998). Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do 'pós-modernismo'. *Cadernos Pagu*, 1(1), 11–42.
- Butler, J. (2000). “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo” In G Lopes Louro & T da Silva (Orgs). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp. 151-166). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2018). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2019). *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo: N-1 Edições.
- Butler, J. (2020). *A força da não violência: Judith Butler quer que reformulemos nossa raiva*. (S. York, Trad.). Recuperado de <https://medium.com/@sarawagneryork/judithbutler-quer-que-reformulemos-a-nossa-raiva>

- Butler, J. & Athanasiou, L. (2013). *Dispossession: the performative in the policial*. Cambridge: Polity Press.
- Brasa Comunicação (2017, nov). *Sarobá Boca Quente vem aí: 18 de novembro na Antiga Rodoviária*. Recuperado de <https://brasacomunicacao.wordpress.com/2017/11/16/saroba-boca-quente-vem-ai-18-de-novembro-na-antiga-rodoviaria/>
- Britto, F. & Jacques, P. (2008). Cenografias e corpografias urbanas: um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade. *Cadernos PPG-AU*, Salvador, 7(edic. esp.), 79-86.
- Britto, F. & Jacques, P. (2009). Corpocidade: arte enquanto micro-resistência urbana. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21(2), 337-350.
- Camargo, G. (2012). *Espaços públicos, porém não. Extra Classe*. Recuperado de <https://www.extraclasse.org.br/movimento/2012/11/espacos-publicos-porem-nao/>
- Campo Grande (2009). *Plano Local para as Zonas Especiais de Interesse Cultural do Centro de Campo Grande*. Prefeitura Municipal de Campo Grande: Planurb. Recuperado de: <http://www.campogrande.ms.gov.br/centro/wpcontent/uploads/sites/67/2020/01/20110128134642.pdf>
- Campo Grande (2017). *Plano Diretor - Versão aprovada CMDU – anexo Zona Especial de Interesse Cultural (ZEIC)*. Prefeitura Municipal de Campo Grande: Planurb. Recuperado de: <http://www.campogrande.ms.gov.br/planurb/downloads/plano-diretor-versao-aprovada-cmdu-25-10-2017-anexo-12-18/>
- Campo Grande News (2018a, abr). *Ideias sem ação fazem da antiga rodoviária um cemitério de lojas*. Recuperado de <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/ideias-sem-acao-fazem-da-antiga-rodoviaria-um-cemiterio-de-lojas>
- Campo Grande News (2018b, jul). *Antigo hotel vira banheiro de usuários e traz problemas a trabalhadores locais*. Recuperado de <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/antigo-hotel-vira-banheiro-de-usuarios-e-traz-problemas-a-trabalhadores-locais>
- Campo Grande News (2018c, out). *Heróis da antiga rodoviária vivem a resistência há décadas*. Recuperado de <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/-herois-da-antiga-rodoviaria-vivem-a-resistencia-ha-decadas>
- Campo Grande News (2018d, abr). *Sem estrutura, Guarda Municipal terá que deixar a antiga rodoviária*. Recuperado de <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/sem-estrutura-guarda-municipal-tera-que-deixar-a-antiga-rodoviaria>

- Campo Grande News (2018e, jan). *Bar Bola 7 carrega mais de 20 anos de resistência no bairro Amambai*. Recuperado de <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes-23-08-2011-08/temporada-do-chapeu-termina-com-grande-saroba-na-rodoviaria-neste-sabado>
- Campo Grande News (2018g, jul). *Mais dura contra poluição sonora, PM multa em R\$ 7,5 mil dono de som automotivo* [Reportagem de Humberto Marques]. Recuperado de <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/mais-dura-contrapoluicao-sonora-pm-multa-em-rs-7-5-mil-dono-de-som-automotivo>
- Campo Grande News (2018h). *Prisão de professor em batalha de poesia provoca reação entre artistas* [Reportagem de Izabela Sanchez e Thaís Pimenta]. Recuperado de <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes-23-08-2011-08/prisao-de-professor-em-batalha-de-poesia-provoca-reacao-entre-artistas>
- Campo Grande News (2019, jul). *De estilo boêmio, Genuíno pede socorro para não ser outro bar a fechar as portas* [Reportagem de Thaila Torres]. Recuperado de <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/diversao/de-estilo-boemio-genuino-pede-socorro-para-nao-ser-outro-bar-a-fechar-as-portas>
- Correio do Estado (2018, jul). *Com Lei do Silêncio vigente, bares fecham em Campo Grande* [Reportagem de Taína Jara]. Recuperado de <https://www.correiodoestado.com.br/cidades/com-lei-do-silencio-vigente-bares-fecham-na-capital/333236/>
- Correio do Estado (2019, out). *PM volta mais uma vez à cracolândia de Campo Grande*. Recuperado de <https://www.correiodoestado.com.br/cidades/pm-volta-mais-uma-vez-a-cracolandia-de-campo-grande/362615/>
- Costa, J. F. (2004). *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Cruz, F. (2014). *Há cinco anos, Sarobá ocupa as ruas e resgata botecos de Campo Grande*. Recuperado de <https://www.topmidianews.com.br/algo-mais/ha-cincos-anos-saroba-ocupa-as-ruas-e-resgata-botecos-de-campo-grande/12924/>
- Cruz, F. (2017). *Peça na rua faz crítica social*. Teatro. Recuperado de <https://cimi.org.br/2008/11/28088/>
- Cruz, F. (2020). *Na roda - 2º encontro 04 de julho, 2020. Estudos de Teatro de Rua* [Canal do YouTube]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=dv2TZBVGBXA>
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Davis, A. (2018). *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo.



- Deleuze, G. (2005). *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.
- Deleuze, G. (2013). *Conversações*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). *Mil Platôs v. 1*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2000). *Mil Platôs v. 3*. São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (2016). *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34.
- Deleuze, G. & Parnet, C. (1998). *Diálogos*. São Paulo: Escuta.
- Dicio - Dicionário Online de Português (2020). Recuperado de <https://www.dicio.com.br/>.
- Diogrande (2013). *Decreto nº 12.165, de 04 de julho de 2013*. Campo Grande. Mato Grosso do Sul.
- Diogrande (2017). *Lei nº 5.793, de 3 de janeiro de 2017*. Campo Grande. Mato Grosso do Sul.
- Diogrande (2019). *Resolução normativa Sectur nº 02 de 18 de novembro de 2019*. Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Campo Grande. Mato Grosso do Sul.
- Dornellas, M. & Jesus, M. (2018). O genocídio da população negra no Brasil contemporâneo e seu agravamento a partir da intervenção federal militar no estado do Rio de Janeiro. *Confluenze: rivista di studi iberiamericani*, 10(2), 210-236.
- Duarte, M. (2019). Rompendo o silêncio através da poesia falada. In M Duarte (Org). *Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta*. (pp. 17-29). São Paulo: Planeta do Brasil.
- Enfoque MS (2019, dez). *Usuários saem da linha e são presos após invadir e ameaçar comerciantes da Antiga Rodoviária*. Recuperado de <https://www.enfoquems.com.br/usuarios-saem-da-linha-e-sao-presos-apos-invadir-e-ameacar-comerciantes-da-antiga-rodoviaria/>
- Evaristo, C. (2018). Conceição Evaristo: imortalidade além de um título. Entrevista concedida a Ivana Doralí. *Revista Periferias*, 02(02), 01-26.
- Evaristo, C. (2019). Prefácio. In M Duarte (Org.). *Querem nos calar: poemas para serem lidos em voz alta* (pp. 12-16). São Paulo: Planeta do Brasil.
- Fanon, F. (1983). *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Ed. Fator.
- Ferreira, B. (2019). *Deixa que eu conto a minha história, reivindica Bia Ferreira*. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=fftTK2TedmQ&t=119s>
- Ferreira, J. L. (2014) Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. *Revista Dep. Psico. UFF*. 16(1), 111-120.
- Lima, F. (2018). Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. 70(n. esp.), 20-33.

- Fanon, F. (2007). *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Ed. Fator.
- Filho, K. & Martins, S. (2013). A subjetividade como objeto da(s) psicologia(s). *Psicologia & Sociedade*. 19(3), 14-17.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1989). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1996) Cómo nace un ‘libro-experiencia’. In: M. Foucault. *El yo minimalista y otras conversaciones* (pp. 09-18). Buenos Aires: La marca.
- Foucault, M. (2000). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2003a). A vida dos homens infames. In M. Foucault. *Ditos & Escritos IV – Estratégia poder-saber* (pp. 203-222). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2003b). *Ditos & Escritos IV – Estratégia poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2004). A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In M Foucault. *Ditos & Escritos V – ética, sexualidade e política* (pp. 264-287). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2004b). Uma entrevista com Michel Foucault. *Verve*, 5, 240-259. Recuperado de: <https://revistas.pucsp.br/verve/article/viewFile/4994/3536>
- Foucault, M. (2005). O Que São as Luzes? In: M Foucault. *Ditos e Escritos II – Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento* (pp. 335-351). Editora Forense Universitária.
- Foucault, M. (2006). Polêmica, política e problematizações. In M Foucault. *Ditos & Escritos V - Ética, sexualidade e política* (pp. 225-233). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2008a). *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008b). *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2016). *Subjetividade e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2013). *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: N-1 edições.
- Foucault, M (2014). O sujeito e o poder. In: M Foucault. *Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade* (pp. 118-140). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2015a). Outros espaços. In. M Foucault. *Ditos e escritos, vol. III – estética: literatura e pintura, música e cinema* (pp. 411-422). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

- Foucault, M. (2015b). Prefácio à transgressão. In M Foucault. *Ditos e escritos, vol. III – estética: literatura e pintura, música e cinema* (pp. 28-47). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2015c). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Foucault, M. (2015d). Por trás da fábula. In M Foucault. *Ditos e escritos, vol. III – estética: literatura e pintura, música e cinema* (pp. 210-218). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2018). *O enigma da revolta: entrevistas inéditas sobre a revolução iraniana*. São Paulo: N-1 edições.
- Foucault, M. & Deleuze, G. (1989). Os intelectuais e o poder. In M Foucault. *Microfísica do Poder* (pp. 69-74). Rio de Janeiro: Graal.
- Genuíno [@bargenuino]. (2019, dez). *O Genuíno comemorou recentemente 4 anos de sobrevivência, resistência e arte (...)*. Recuperado de <https://www.instagram.com/p/B5n8hoShqUf/>
- Gonzáles, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais hoje*. 1(1), 223-244.
- Guzzo, M. (2020). *Partilhas sensíveis e essenciais em tempos pandêmicos [ou, quando poderemos novamente ir ao teatro sem medo?]*. São Paulo: N-1. Recuperado de <https://n1edicoes.org/062>
- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo\sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios ao longo do século XVI. *Revista Sociedade e Estado*. 31(1), 25-49.
- G1 MS (2020). *Após instalação de unidade da PM circulação de usuários de droga cai na antiga rodoviária de Campo Grande*. Recuperado de: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-dosul/noticia/2020/04/13/apos-instalacao-de-unidade-da-pm-circulacao-de-usuarios-dedrogas-cai-na-antiga-rodoviaria-de-campo-grande.ghtml>
- Imaginário Maracangalha (2015, jan). *Na rua sem fronteira*. In C Santos [Youtube]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=VMTyEQLdpSA&t=480s>
- Imaginário Maracangalha (2017, nov). *Sarobá Boca Quente*. Recuperado de <http://imaginariomaracangalha.blogspot.com/2017/11/saroba-boca-quente.html>
- Imaginário Maracangalha (2018, fev). *Carta ao XXI Encontro da Rede Brasileira de Teatro de Rua*. Recuperado de <http://imaginariomaracangalha.blogspot.com/2018/>

- Imaginário Maracangalha (2019, out). *Seminário Arena Aberta: poesia falada e performance - fruição de rua*. Campo Grande. Recuperado de <http://imaginariomaracangalha.blogspot.com/p/saroba.html>
- Imaginário Maracangalha (2020, fev). *Bloco Evoé Baco*. Recuperado de <https://www.facebook.com/events/pa%C3%A7a-do-administrador/bloco-evo%C3%A9-baco/183300559748648/>
- Haraway, D. (2009). Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: Haraway, D.; Kunzru, H. & Tadeu, T. (Orgs.) *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano* (pp. 33-118). Belo Horizonte: Autêntica.
- Haraway, D. (2014, ago). *Entrevista concedida a Juliana Fausto, Eduardo Viveiros de Castro e Déborah Danowski*. Recuperado de <https://osmilnomesdegaia.eco.br/entrevistas/>.
- Harvey, D. (2013). A liberdade da cidade. In C. Vainer (Org.). *Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (pp. 27-34). São Paulo: Editora Boitempo: Carta Maior.
- Jacques, P. (2012). *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA.
- Jacques, P.; Castro, C.; Chavier, J.; Lopes, D.; Queiroz, I.; Vieira, L. & Junior, O. (2017). Temporalidades. In F. Britto & P. Jacques (Orgs.). *Corpocidade: gestos urbanos* (pp. 294-349). Salvador: Edufba.
- Junior, W. & Santos, R. (2009). Novas centralidades na perspectiva da relação centro-periferia. *Sociedade & Natureza*, 21(3), 351-359.
- Kilomba, G. (2015). *White I write*. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=UKUaOwfmA9w>.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogá.
- Kopenawa, D. & Albert, B. (2015). *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kureda, V. E. (2020). *Estar em situação de rua na 'cracolândia campograndense': relações ético-morais nas imediações da antiga rodoviária de Campo Grande-MS*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande. MS, Brasil.
- Krenak, A. (2020). *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Larica's da Lu (2019). *Manifesto em defesa do Larica's da Lu*. Recuperado de [https://secure.avaaz.org/community\\_petitions/po/Larica MANIFESTO EM DEFESA DO LARICAS DA LU/](https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/Larica_MANIFESTO_EM_DEFESA_DO_LARICAS_DA_LU/)
- Laval, C. (2019). Foucault e a experiência utópica. In M Foucault. *O enigma da revolta: entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana* (pp. 102-148). São Paulo: N-1 Edições.
- Lazzarato, M. (2019). *Fascismo ou revolução? O neoliberalismo em chave estratégica*. São Paulo: N-1 edições.
- Levy, P. (1998). *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na área da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- Lepecki, A. (2012). Coreo-política e coreo-polícia. *Ilha: revista de antropologia*. 13(1), 41-60. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8034.2011v13n1-2p41>
- Lepecki, A. (2013). Planos de composição: dança, política e movimento. In P. Raposo, A. Cardoso, J. Dawasey, & T. Fradique (Orgs.). *A terra do não-lugar: diálogos entre antropologia e performance* (pp. 111-122). Florianópolis: Editora UFSC.
- Lepecki, A. (2020). *Movimento na Pausa*. São Paulo: N-1. Recuperado de <https://n1edicoes.org/114>
- Levy, T. S. (2011). *A experiência do fora: Blanchot, Foucault e Deleuze*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lima, D. (2020). *Corpo-vetor e corpo-utópico*. São Paulo: N-1. Recuperado de <https://n1edicoes.org/067>
- Lima, M. (2020). *Protocolo de descarte do lixo, contra-colonialidade(s) e o dia seguinte*. São Paulo: N-1. Recuperado de <https://n-1edicoes.org/063>
- Lorde, A. (2019). *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
- Machado, A. F. (2014). Filosofia africana para descolonizar olhares: perspectivas para o ensino das relações étnico-raciais. *Tear: revista de Educação, Ciência e Tecnologias*, 3(1), 1-20.
- Magnavita, F. (2017). Gestologia: breve ensaio sobre uma diferente teoria do gesto. In F. Britto & P. Jacques. *Corpocidade: gestos urbanos* (pp. 206-231). Salvador: Edufba.
- Maricato, E. (2013). É a questão urbana, estúpido! In C. Vainer (Org). *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (pp. 19-26). São Paulo: Boitempo/Carta Maior.
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte e Ensaio*. 32(2), 122-151.
- Mbembe, A. (2018). *Crítica da razão negra*. São Paulo: N1 Ed.

- Mídia Max (2018a, fev). *Palco de muitas histórias, antiga rodoviária vira tema de documentário*. Recuperado de <https://www.midiamax.com.br/midiamaais/2018/palco-de-muitas-historias-antiga-rodoviaria-vira-tema-de-documentario>
- Mídia Max (2018b, dez). *Lei do Silêncio: em audiência na Câmara, barulho de bares divide opinião* [Reportagem de Mylena Rocha e Maisse Cunha]. Recuperado de <https://www.midiamax.com.br/cotidiano/2018/campo-grandenses-lotam-camara-de-vereadores-para-pedir-mudancas-na-lei-do-silencio>
- Mídia Max (2019, ago). *Secando gelo: drogas novas invadem cracolândia de Campo Grande e PM intensiva rondas*. Recuperado de <https://www.midiamax.com.br/policia/2019/secando-gelo-drogas-sinteticas-invadem-cracolandia-de-campo-grande-e-pm-intensifica-rondas-no-centro>
- Milanez, F. & Vida, S. (2020). *Pandemia, racismo e genocídio indígena e negro no Brasil: coronavírus e a política da morte*. São Paulo: N-1. Recuperado de <https://n1edicoes.org/096>
- Mizoguchi, D. H. (2007). *Seguimentariedades: passagens do Leme ao Pontal*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia. Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ, Brasil.
- MS Notícias (2019, fev). *Lojistas querem “afastar” andarilhos do Centro da Capital; OAB repudia medida*. Recuperado de [https://www.msnoticias.com.br/editorias/geral-ms-noticias/lojistas-querem-afastar-andarilhos-do-centro-da-capital-oab-repudia/86538/?fbclid=IwAR3oPFv1K5Uq1-9146PxJeF1X9I3J79IPrs8aoPEiLj45Xp8ct\\_5tSKV2DY](https://www.msnoticias.com.br/editorias/geral-ms-noticias/lojistas-querem-afastar-andarilhos-do-centro-da-capital-oab-repudia/86538/?fbclid=IwAR3oPFv1K5Uq1-9146PxJeF1X9I3J79IPrs8aoPEiLj45Xp8ct_5tSKV2DY)
- Mourão, R. (2015). Performances artivistas: incorporação duma estética de dissensão numa ética de resistência. *Cadernos de Arte e Antropologia*. 4(2), 53-69. <https://doi.org/10.4000/cadernosaa.938>
- Morozov, E. & Bria, F. (2019). *Cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia*. São Paulo: Ubu editora.
- Nogueira, J. F. (2005). *Relações multi\interculturais e identitárias a partir do uso de tecnologias digitais: um olhar sobre o ambiente da Escola Municipal Ñandejara na reserva Te'yikue em Caarapó, no Mato Grosso do Sul* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande: MS.

- Oliveira, P. L. (2018). *Rastros de existência: possibilidades de constituição de si da população em situação de rua* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Psicologia. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande: MS.
- Pallamin (2017). Performatividades e visibilidades. In F. Britto & P. Jacques (Orgs). *Corpocidade: gestos urbanos* (pp. 70-83). Salvador: Edufba.
- Paralelo Comunicação Musical (2018, dez). *45 DB I Boca do Lixo*. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=Tbo44GSfpRQ>
- Passos, E. & Kastrup, V. (2009) Cartografar é traçar um plano comum. In V. Kastrup & E. Passos (Orgs.). *Pistas do método da cartografia experiência da pesquisa e o plano comum* (pp. 15-41). Porto Alegre: Sulina.
- Passos, E. & Barros, R. (2000) A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 16(1), 71-79.
- Pereira, D. (2009) “O barulho da rua invade a casa” e o Guesa: interface. *Revista Baleia na Rede*, 1(6), 389-401.
- Preciado, P. (2020). *Aprendendo do vírus*. São Paulo: N-1. Recuperado de <https://n1edicoes.org/007>
- Primeira Notícia (2018, set). *Lei do Silêncio é responsável por fechamento de estabelecimentos noturnos em Campo Grande* [Reportagem online]. Recuperado de <http://www.primeiranoticia.ufms.br/cidades/lei-do-silencio-e-responsavel-por-fechamento-de-bares-culturais-em/1247/>
- Ranciére, J. (2014). *O dissenso*. Recuperado de: <https://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/10/19/o-dissenso-jacques-ranciere/>
- Rede Brasileira de Teatro de Rua (2017, dez). *Carta aberta do XXI Encontro da RBTR*. São Paulo. Recuperado de: <http://imaginariomacangalha.blogspot.com/2018/02/carta-do-xxi-encontro-da-rede.html>
- Resista (2018, ago). *Resista resiste*. Recuperado de <https://www.facebook.com/events/1649151885206362/>
- Ribas, H. (2004). Dados oficiais da Noroeste do Brasil. In A. Copobianco (Org). *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Recuperado de [https://www.estacoesferroviarias.com.br/ms\\_nob/campogrande.htm](https://www.estacoesferroviarias.com.br/ms_nob/campogrande.htm)
- Rivera, T. (2020). Fechar portas, abrir janelas (estratégias políticas para sair de si). São Paulo: N-1. Recuperado de <https://n-1edicoes.org/077>

- Rocha, A. B. & Reis, P. (2017). Como a arquitetura + design + urbanismo contribuem no/para o processo de (re) invenção das identidades das cidades? *Arcos Design*, edc. esp, 127-146.
- Rodrigues, M. (2010). Aventuras no mundo da higiene: ecos do discurso médico no texto de Erico Verissimo. *Cadernos de História da Educação*, 9(2), p. 439
- Rose, N. (2009). Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Saberes*. 20(2), 155-164.
- Safatle, V. (2015). Posfácio: dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão necessária: ética, política e reconhecimento em Judith Butler. In J Butler. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Safatle, V. (2020). *Bem vindo ao estado suicidário*. N-1: São Paulo. Recuperado de: <https://www.n-1edicoes.org/textos/23>
- Santos, C. (2015). *TranScine*. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=0f2Td8dUiEA>
- Santos, M. (1980). *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes.
- Schwarcz, L. (1993). *O espetáculo das raças; cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Secure (2019). *Menos andarilhos, mais segurança!* Recuperado de [https://secure.avaaz.org/community\\_petitions/po/Poder\\_P\\_Menos\\_Andarilhos\\_Mais\\_Seguranca/](https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/Poder_P_Menos_Andarilhos_Mais_Seguranca/)
- Scarpato, H. & Guareschi, N. (2007). Psicologia social comunitária e formação profissional. *Psicologia & Sociedade*, 19(n. esp. 2), 100-108. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000500025>
- Sennet, R. (1993). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras.
- Silva, M. V. & Brito, D. J. (2019). O impacto de choques no setor cultural brasileiro: uma análise de emprego e renda à luz dos cortes orçamentários. *Nova Economia*, 29(n. esp.), 1249-1275. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/5863>
- Slam Camélias (2019). Slam Camélias MS. Recuperado de <https://b-m.facebook.com/slamcamelias/>
- Spósito, M. E. (2001). A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: *O espaço no fim do século – a nova raridade* (pp. 83-99). São Paulo: Contexto.
- Oliveira, G. (Direção) & Brandão, F. (Produção). (2018). *T'amo na Rodô* [DVD].



- The Guardian (2014, mar). *Noise Cancelling headphones sound modern life*. Recuperado de <https://www.theguardian.com/technology/2017/mar/16/noise-cancelling-headphones-sound-modern-life>
- Teixeira, R. (2015). As dimensões da produção do comum e a saúde. *Saúde Soc.* 24(1), 27-43.
- Vainer, C. (2013). Quando a cidade vai às ruas. In C. Vainer Et. Al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (pp. 35-40). São Paulo: Boitempo/Carta Maior.
- Veiga, L. (2019). Descolonizando a Psicologia: notas para uma Psicologia Preta. *Fractal: Revista de Psicologia.* 31(n. esp.), 244-248.
- Zajarkiewicch, D. (2010). *Poluição sonora urbana: principais fontes*. Aspectos jurídicos e técnicos (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, SP. Brasil.